

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA SOCIAL E INSTITUCIONAL
MESTRADO ACADÊMICO

CRISTIANE CAMPONOGARA BARATTO

**MÃES PELA DIVERSIDADE: TRAJETÓRIAS POLÍTICAS DE
MULHERES-MÃES DO RIO GRANDE DO SUL**

PORTO ALEGRE

2018

CRISTIANE CAMPONOGARA BARATTO

**MÃES PELA DIVERSIDADE: TRAJETÓRIAS POLÍTICAS DE MULHERES-MÃES
DO RIO GRANDE DO SUL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional do Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Psicologia Social e Institucional.

Orientadora: Profa. Dra. Paula Sandrine Machado

PORTO ALEGRE

2018

CRISTIANE CAMPONOGARA BARATTO

**MÃES PELA DIVERSIDADE: TRAJETÓRIAS POLÍTICAS DE MULHERES-MÃES
DO RIO GRANDE DO SUL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional do Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Psicologia Social e Institucional.

BANCA EXAMINADORA:

Profa. Dra. Jaqueline Tittoni (PPGPSI/UFRGS)

Prof. Dr. Henrique Caetano Nardi (PPGPSI/UFRGS)

Profa. Dra. Ceres Gomes Víctora (PPGAS/UFRGS)

Prof. Dr. Marco Aurélio Máximo Prado (UFMG)

Profa. Dra. Paula Sandrine Machado (orientadora) (PPGPSI/UFRGS)

PORTO ALEGRE

2018

AGRADECIMENTOS

O ato de pôr em palavras o agradecimento a todos/as que acompanharam meu percurso acadêmico de mestrado é desafiador. Entendo que abri mão de estar presente com as pessoas queridas inúmeras vezes e que palavras não são suficientes para compensar a falta que fiz. De todo modo, escrevo algumas frases de carinho e gratidão na intenção de soarem como um sincero abraço:

Aos meus pais, Cleunice e Dilson, pelo investimento e incentivo inesgotável na minha carreira acadêmica e profissional. Sem o suporte de vocês, essa trajetória de vida na capital seria inviável. Obrigada pela compreensão das minhas ausências.

Aos meus tios e avós pelo orgulho que sentem de mim. O desejo anunciado a cada visita que fiz de que eu os veja sempre que possível foi um motivador para a conclusão desse trabalho.

À Tainá, minha companheira de vida e de luta. É um privilégio ter sido acompanhada por ti nos campos de pesquisa e de militância. Agradeço infinitamente pelas incontáveis vezes ficou ao meu lado. Tu foste essencial nesse processo.

À família Roldão pela paciência de me receber em sua casa mesmo que eu estivesse com o computador no colo o tempo todo. À Maria Sueli, que me mostrou a força e carinho de uma mulher-mãe. À Talita, que tanto conversou comigo e deixou meus fins de semana mais leves.

Às Mães pela Diversidade que me receberam com muito afeto e interesse. Sinto orgulho e admiração por cada uma e espero que meu trabalho possa contribuir para o crescimento do coletivo. Que a luta de vocês se fortaleça e as mudanças sociais possam acontecer com o trabalho lindo que fazem. Obrigada por me permitir viver intensamente esse período com vocês.

À Paula, minha orientadora, pela sua sensibilidade e saber durante esses dois anos de percurso. Agradeço também pela compreensão da minha condição de estudante e trabalhadora que limitou minha disponibilidade de frequência às reuniões. Sem teu suporte esse trabalho não seria possível.

Aos colegas do NUPSEX pelas contribuições nas construções teórico-metodológicas que fizeram toda a diferença no meu modo de pesquisar. Mariana e Ramiro, obrigada pela acolhida em todos os momentos.

Aos professores Henrique Caetano Nardi e Luis Felipe Rios pelos apontamentos durante a banca de qualificação do mestrado, os quais guiaram meu olhar de pesquisadora ao longo dessa trajetória.

Às professoras Jaqueline Tittoni e Ceres Víctora, e aos professores Marco Aurélio Prado e Henrique Nardi pela gentileza em ler e avaliar o resultado do meu percurso de mestrado.

À amiga Natália, por estar ao meu lado há 9 anos compartilhando as alegrias e dificuldades da vida acadêmica. Obrigada pelo teu carinho, força e presença na minha vida.

À amiga e colega de trabalho Angélica por ter se aventurado num projeto de clínica que tanto me traz prazer e felicidade.

À instituição de fomento à pesquisa CAPES que me concedeu a bolsa de estudos que permitiu a realização desta pesquisa, mesmo com tantas investidas contra a educação e à pesquisa científica no Brasil.

RESUMO

O Mães pela Diversidade é um coletivo formado principalmente por mães que se engajam na luta política para salvaguardar os direitos dos filhos/as LGBTs, bem como se posicionam contra todas as formas de preconceito existentes contra essa população. O Mães tem representatividade nacional, sendo que o estado do Rio Grande do Sul é um dos mais fortes. Nessa dissertação, busquei recompor histórias, trajetórias, articulações que compõem essa virada em direção à luta e a emergência de uma identidade política de quatro participantes do coletivo. Parto do pressuposto de que cada sujeito é construído historicamente e por relações de poder, sendo que sua trajetória de vida é cravejada de acontecimentos que, junto a marcadores sociais de diferença, marcam arranjos singulares. Tratei aqui de um sujeito mulher-mãe, analisando as articulações que as levaram até a “mãelitância” através das noções de norma e identidade política. Realizei um trabalho de campo inspirado pelo método etnográfico, bem como entrevistas em profundidade com as participantes. Também compuseram a análise trechos e textos publicados por representantes do coletivo nas redes sociais. Ao tentar produzir uma experiência no leitor desse trabalho através de uma escrita implicada com o feminismo e a ética, apresentei histórias de vida que se entrecruzam em pontos como sofrimento, amor, luta e reconhecimento de um lugar social.

PALAVRAS-CHAVE: Mãelitância; Norma; Identidade Política; Trajetórias de Vida.

ABSTRACT

Mothers for Diversity is a collective composed mainly of mothers who engage in the political struggle to safeguard the rights of their LGBTs sons and daughters, as well as go against all forms of prejudice against this population. The Mothers has national representation, and the state of Rio Grande do Sul is one of the strongest. In this dissertation, I sought to compose histories, trajectories, articulations that compose this turn towards the struggle and the emergence of a political identity of four participants of the collective. I assumed that each subject is built historically and by power relations, and their life trajectory is marked by events that, together with social markers of difference, mark singular arrangements. I treated here of a subject woman-mother, analyzing the articulations that led to the mother militancy through the notions of Standard and Political identity. My work field was inspired by the ethnographic method, as well as in-depth interviews with the participants. Also compiled the analysis excerpts and texts published by representatives of the collective in social networks. In attempting to produce an experience in the reader of this work through a writing implied in feminism and ethics, I have presented life stories that intersect points like suffering, love, struggle and recognition of a social place.

KEY WORDS: Mother militancy; Standard; Political Identity; Life Paths.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO E APRESENTAÇÃO	9
1 – PERCURSOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS.....	17
1.1 – QUADRO TEÓRICO	18
1.1.1 – Norma	18
1.1.2 – Identidade política	20
1.2 – ABORDAGEM METODOLÓGICA	24
1.2.1 – Aproximações iniciais: entrando em campo	24
1.2.2 – Observação e diário de campo.....	26
1.2.2.1 – Reuniões de organização da Parada Livre.....	28
1.2.2.2 – XXI Parada Livre de POA.....	31
1.2.2.3 – Encontros do Mães	33
1.2.2.4 – II Fórum de Liberdade de Expressão LGBTTI de Charqueadas	35
1.2.3 – Entrevistas: trajetórias acontecimentalizadas.....	37
1.3 – ASPECTOS ÉTICOS	41
1.3.1 – Para além de pesquisar: uma reivindicação feminista	44
2 – TRAJETÓRIAS DO E DAS MÃES PELA DIVERSIDADE: ACONTECIMENTOS E MARCADORES DE DIFERENÇA ..	50
2.1 – MÃES PELA DIVERSIDADE RS: HISTÓRIA(S) DO COLETIVO	50
2.2 – AS PARTICIPANTES DA PESQUISA	58
2.2.1 – Renata.....	58
2.2.2 – Iara.....	61
2.2.3 – Cleuza.....	64
2.2.4 – Caroline	67
2.3 – DIÁLOGOS INTERSECCIONAIS	70
2.4 – “UM PONTO FORA DA RETA”: MULHERES-MÃES QUE TENSIONAM NORMAS.....	77
3 – MÃELITÂNCIA: IDENTIDADE POLÍTICA, LUGARES DE FALA, DE LUTA E DE CUIDADO	82
3.1 – SAÍDAS DO ARMÁRIO: CONSTRUÇÕES DE UMA IDENTIDADE POLÍTICA E DE MILITÂNCIA	82
3.1.1 – Primeira saída do armário: vivenciando a diferença	82
3.1.2 – Segunda saída do armário: tensionamentos à maternidade.....	84
3.1.3 – Terceira saída do armário: politização do afeto	88
3.2 – LUGAR DE CUIDADO: A POLITIZAÇÃO DA MATERNIDADE	91
3.2.1 – Maternidades possíveis.....	92
3.2.2 – O lugar do pai	98
3.3 – LUGAR DE FALA: TORNAR-SE MÃE PELA DIVERSIDADE	102
3.3.1 – Processos de ensino e aprendizagem.....	102
3.3.2 – Diálogos com o movimento LGBT	107
3.4 – LUGAR DE LUTA: ONDE E COMO O COLETIVO ATUA.....	109
CONSIDERAÇÕES FINAIS	116
REFERÊNCIAS	119
ANEXO A.....	124

INTRODUÇÃO E APRESENTAÇÃO

Histórias de violências relacionadas ao modo de expressão do gênero e da sexualidade me acompanham desde a adolescência, quando fiquei sabendo da “saída do armário”¹ de alguns amigos meus. A maioria dessas histórias foram muito duras e passei a me aproximar delas na medida em que o meu preconceito inicial foi caindo por terra. Ter proximidade com a diferença do outro colocou em cheque o meu saber sobre minhas próprias vivências e experiências e, além disso, tornou-me sensível à questão do preconceito contra lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, travestis e intersexuais (LGBTIfobia) e da forma como as famílias lidam com a diferença.

Já meu percurso nos estudos de gênero e sexualidade não são muito anteriores à entrada no mestrado acadêmico. Durante a Residência Integrada em Saúde Mental pelo Grupo Hospitalar Conceição (2014 – 2016), vivenciei situações em que o preconceito e a desinformação guiaram, entre outros casos, o plano terapêutico de uma pessoa *travesti* que ficou em permanência noturna em um *leito masculino* do serviço. Essa situação me inspirou a escrever meu trabalho de conclusão considerando a interlocução com os estudos de gênero e sexualidade².

No ano de 2015, tive a oportunidade de participar da Conferência Municipal de Saúde da População LGBT. Nesse contexto, conheci as Mães pela Diversidade através da fala de uma integrante do grupo, uma moça de cabelo azul que apresentou a página do *facebook* do coletivo na ocasião. Ainda enquanto a ouvia, abri a página indicada pelo celular e vi publicações com dados de violência contra pessoas LGBT³, histórias de famílias que apoiam seus filhos, atualizações a respeito de legislações quanto a nome social e retificação de documentos, entre outras.

¹ Este termo popular, bem como o termo *outing*, serão utilizados nessa dissertação fazendo referência ao momento de “revelação” social da expressão do gênero e/ou sexualidade que diverge da cisheteronorma.

² Deste trabalho, originaram-se dois artigos, o primeiro intitulado: “A Transexualidade em Questão em Serviços de Saúde Mental com Leitos Masculinos e Femininos do Rio Grande do Sul”, disponível em: <http://www.revistas2.uepg.br/index.php/rlagg/article/view/8292>; e o segundo intitulado “Sobre o cuidado à população trans em um CAPS AD III” aguardando publicação na revista Informe C3.

³ O projeto de dissertação trazia a sigla LGBTI, destacando as pessoas intersexuais. Com o decorrer da pesquisa, optei por utilizar a sigla LGBT e LGBT+ na escrita da dissertação respeitando a forma como coletivo Mães pela Diversidade identifica sua luta, apesar da intersexualidade aparecer na pauta dessas mulheres em alguns momentos.

Percebi que o coletivo das Mães pela Diversidade era uma forma de informação e apoio para outros familiares de pessoas LGBT. Lembrei das histórias que acompanhei desde a adolescência e me questioneei: por que não são todos os pais/mães assim? O que faz com que essas mães sejam diferentes de um contingente grande de mães e pais de pessoas LGBTs que, de formas e graus diferentes, acabam violentando seus/suas filhos/as? Guardei essas questões comigo até a entrada no mestrado em 2016.

Estatisticamente, temos a confirmação do crescimento da violência contra as pessoas LGBT+ no Brasil. Apesar de prever proteção contra a discriminação, permitir a adoção e reconhecer a união civil entre homossexuais, o Brasil não tem leis específicas que combatam a homofobia. A associação *Transgender Europe* identifica o Brasil como um dos países com o maior número de assassinatos de pessoas trans no mundo, entre 2008 e 2016. Os dados do Disque 100, serviço telefônico da Secretaria de Direitos Humanos, mostram que, em 2016, mais da metade das vítimas LGBTs de violência sofreram agressões na rua ou na própria casa. A partir disso, interpreta-se que o agressor, em grande parte, é parente próximo (irmão, mãe, pai, tio ou primo) da vítima, seguido de vizinhos e desconhecidos⁴.

Apesar dessas violências que se transformam em estatísticas, Leandro de Oliveira (2011) destaca a noção de “homofobia cordial” que opera por meio da vinculação afetiva no interior de uma relação hierárquica. Isso porque muitas pessoas não gostariam de se reconhecer como preconceituosas e intolerantes, então aparentam tolerar e aceitar a existência de pessoas LGBTs, sem que isso implique em “respeitar” a pluralidade de expressões da sexualidade e gênero que divergem da cisheteronormatividade⁵. A homofobia cordial, segundo o autor, tem a intenção de passar despercebida, como se não houvesse preconceito, como identificado no clássico bordão “não tenho nada contra, *mas...*”.

⁴ Disponível em: <https://www.geledes.org.br/mapa-de-direitos-lgbt-e-dados-sobre-violencia-mostram-divisoes-e-contradicoes/>

⁵ Ao utilizarmos esse conceito, subentendemos a união de outros dois: heteronorma e cisheteronormatividade. O primeiro refere-se “à produção e reiteração compulsória da norma heterossexual” (LOURO, 2005, p. 7), que supõe o alinhamento ideal entre o sexo (mulher, homem) e sexualidade (heterossexual). Já o segundo, pressupõe o alinhamento ideal entre o sexo designado ao nascer (mulher/homem) e gênero (feminino, masculino), como um atributo social.

Para a escrita do projeto de dissertação, realizei uma breve pesquisa a respeito dos movimentos sociais de familiares. Trataram-se de buscas no Portal de Periódicos da CAPES, utilizando como descritores *Movimentos de familiares/de famílias*, *Coletivos familiares/de famílias*, *Familiares ativistas*. Com esses descritores, e após a exclusão de artigos repetidos, encontrei um total de sete produções. Reeditando a busca em maio do corrente ano, encontrei mais dois artigos; os nove estão citados no Anexo A. Neles, destaco dois pontos que chamam a atenção: 1) grande parte do material se refere a movimentos de familiares que se organizaram a partir da violência ou do desaparecimento de seus filhos/as; 2) a prevalência do protagonismo feminino, especialmente de mães⁶.

Em relação ao primeiro ponto, fica nítido que as produções destacam a questão da violência de Estado e o sofrimento das famílias que perdem seus filhos de forma brutal e imprevisível. Um desses trabalhos é o artigo de Rita de Cássia Freitas (2002) sobre as Mães de Acari, um coletivo formado nos anos 90, que reivindicava justiça aos filhos que desapareceram após intervenção policial em uma fazenda do Rio de Janeiro. Outro estudo é o das autoras Cristina Wolff e Tamy Silva (2013), que analisam a história de três mulheres protagonistas na resistência às ditaduras do Brasil, Paraguai e Bolívia (1954-1989). Outras três autoras argentinas, Ruth Teubal, Clarisa Veiga e Cristina Bettanin (2005), também abordam a temática do desaparecimento promovido pela ditadura da Argentina em seu artigo de relatos de irmãos de desaparecidos. Os outros dois trabalhos relativos à violência são de Ana Paula Arosi: sua dissertação de mestrado (2013a), e um artigo derivado da mesma (2013b). Seus trabalhos etnográficos referem-se a movimentos de familiares de vítimas de violência nos estados do Rio Grande do Sul (RS) e do Rio de Janeiro (RJ).

No que concerne ao segundo ponto, referente ao protagonismo feminino e materno, situo esse como um assunto transversal aos artigos que mencionei acima, por mais que as buscas fizessem referência à família genericamente. Algumas formulações comuns foram identificadas, como, por exemplo, a ideia de uma nova representação para a figura feminina a partir da inserção política em movimentos sociais, pois a mulher, enquanto mãe e participante de um movimento, ocuparia um

⁶ Essas mães mencionadas são essencialmente mulheres cis, mas essa não é uma questão que aparece problematizada nos trabalhos.

outro lugar que não o tido como tradicional. As relações de afeto também aparecem em destaque, sendo apresentadas como motivo para a união em coletivos. Apenas um dos artigos coloca a mulher enquanto liderança no trabalho e na luta, discutindo a divisão sexual do trabalho guerreiro entre famílias de quebradeiras de coco babaçu no Maranhão (MARISTELA DE PAULA ANDRADE, 2005).

A articulação entre sofrimento e dor é comum em quase todos os trabalhos analisados, a qual é tomada como elemento para mobilização e luta política de familiares na busca pela “justiça”. Arosi (2013a) afirma que os movimentos, associações e frentes que ela estudou (ONG Brasil Sem Grades, Movimento dos Familiares e Amigos dos Anjos de Realengo e Movimento Gabriela Sou da Paz) “politizam” os sentimentos e afetos, na medida em que investem neles para a constituição dos movimentos. Para ela, a definição dos movimentos tem a ver com a exposição pública da dor. A dor, nesse contexto, torna-se política e age no sentido de denunciar o descaso do Estado com a vida perdida do familiar.

Além desses trabalhos que destaquei, outros três não fazem referência a situações de violência de Estado nem ao protagonismo feminino. Um deles é de autoria da fundadora do Grupo de Pais de Homossexuais (GPH), Edith Modesto (2002), no qual a autora retoma algumas análises de sua tese de doutorado. O artigo parte do trabalho de campo no GPH e do pressuposto de que as mães (que compõem majoritariamente o grupo) sentem dificuldade de aceitar seus filhos homossexuais. Os outros dois artigos remetem a familiares de crianças com condições de saúde diversas: um deles, discorre sobre familiares de autistas que se uniram em grupos de luta para conseguir acesso a tratamento para os filhos (FERNANDA NUNES E FRANCISCO ORTEGA, 2016); e o outro analisa o stress e autoconceito em mães e pais de crianças com síndrome do X-frágil (ZULEIKA ANA CHERUBINI; CLEONICE ALVES BOSA; DENISE RUSCHEL BANDEIRA, 2008). Este último afirma que a condição de Síndrome do X-frágil é transmitida geneticamente pela mãe, e os dados trazem uma comparação entre mães e pais em vários aspectos da vida cotidiana, apontando para a sobrecarga que incide sobre a mulher.

Não encontrei, até esse momento, produções acadêmicas que estudassem especificamente o Mães pela Diversidade. Identifiquei textos de blogs, reportagens e nas redes sociais a respeito do coletivo que o apresentavam como sendo:

[...] um coletivo nacional composto por mães (em maioria) e pais de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais, sendo que algumas famílias que compõem o grupo perderam seus filhos assassinados por conta da homotransfobia. O coletivo surgiu há pouco mais de um ano, no Estado de São Paulo e se expandiu para 14 Estados do Brasil. Segundo seus organizadores, o grupo surgiu como um movimento político para lutar pela garantia de direitos civis, como a criação do ambulatório transexualizador de Salvador (BA), a qual fizeram parte e obtiveram sucesso. No entanto, com o decorrer das atividades executadas, perceberam-se como um espaço de acolhimento e informação para outras(os) mães e pais de LGBTs.⁷

É importante destacar que toda minha busca bibliográfica daquele momento tinha como foco as famílias. A realidade do contexto geográfico em que realizei minha pesquisa, porém, mostra que praticamente só as mães estão envolvidas politicamente com o coletivo, contando com o apoio de outros familiares para algumas ações de ida à campo, como apresentarei ao longo desta dissertação. Por curiosidade, em maio de 2018 reeditei a busca no portal de periódicos CAPES alterando “famílias/familiares” que compunham os descritores pesquisados para o projeto por “mães”. Foram um total de nove trabalhos que faziam referência aos movimentos sociais apenas de mães. Pesquisando também por “mulheres”, foram 283. Pesquisando por “homens”, doze. Iniciei também a busca com o descritor alterado para “pais”, mas percebi que sempre se referiam ao casal heterossexual com figura materna e paterna em conjunto.

Historicamente, o protagonismo LGBT é masculino. A própria sigla que identifica o movimento, por muitos anos, teve a letra “G” à frente – GLS, GLBT. Apesar disso, notamos que os movimentos masculinos de homens heterossexuais e cis, especificamente, não são temas de estudos acadêmicos quanto a essa condição de gênero e sexualidade. Quando lemos artigos e notícias com a temática LGBT, em geral, não lemos sobre família, exceto quando o objetivo é evidenciar a violência intrafamiliar. Já os que falam de família e movimentos sociais, majoritariamente não focam na dimensão da subjetivação política. Os estudos sobre movimentos de mulheres-mães em torno da questão LGBT são menos comuns ainda, apesar dos movimentos femininos/feministas serem de maior número e mais visados nas

⁷ Texto publicado em 31 de março de 2016 no site <https://sexusufs.wordpress.com/2016/03/31/conheca-o-maes-pela-diversidade-coletivo-nacional-de-maes-e-pais-de-lgbts/>

pesquisas. Dito isso, a lacuna de pesquisas sobre famílias, especialmente mães, de pessoas LGBTs a partir da politização de suas práticas e de sua luta, fica evidente.

Dado esse cenário/mapeamento de estudos acadêmicos e o quanto é perceptível os diferentes espaços que as questões relativas a gênero e sexualidade têm ganhado, especialmente no momento político em que nos encontramos, entendemos como urgente o trabalho com tal tema. Por um lado, vemos novelas que discutem a questão, de modo pedagógico ou informativo, ou buscando desconstruir alguns estereótipos, diferentemente do que era tradicionalmente veiculado: essencialmente pela via da ridicularização e do humor ultrajante. Por outro lado, vemos os discursos de ódio (disfarçadas de ajuda) contra as pessoas LGBTs como, por exemplo, as tentativas de autorizar psicólogos a realizarem a prática conhecida como “cura gay”⁸.

Atitudes preconceituosas quanto às expressões de gênero e sexualidade dissidentes da norma podem partir de qualquer pessoa, inclusive de dentro da família, como os dados estatísticos confirmam. Na contramão disso, alguns pais e algumas mães sentiram necessidade de se manifestarem a favor dos filhos/as LGBTs, criando grupos de familiares com vivências próximas e contra o preconceito e violência. No Brasil, encontramos seis desses grupos, são eles: o GPH - Grupo de Pais de Homossexuais, uma ONG fundada em 1997; o Grupo Elos, criado em 2005; as Mães pela Igualdade, 2012; a associação “Mães pela Diversidade”, que foi formada entre os anos de 2014 e 2015; o grupo “Mães pela Diversidade - Trans”, vinculado ao anterior; e o grupo “Famílias pela Diversidade”, de 2016.

A busca, pelas famílias, por pares que vivenciam situações semelhantes, por si só, já indica um movimento importante de virada do que usualmente se trata como intrafamiliar ou privado, e vai na direção de ações no âmbito público, de um coletivo de identidade política que explicitamente entende a diferença e a diversidade como um lugar que agencia possibilidades, e não apenas opressão. Maria Júlia Giorgi, coordenadora nacional do Mães pela Diversidade, publicou o seguinte relato em uma coluna⁹:

⁸ Disponível em: <http://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/juiz-concede-liminar-que-permite-aplicacao-de-cura-gay-por-psicologos/>

⁹ Reprodução de partes do texto publicado em 13 de março de 2015 em: <http://majugiorgi.ig.com.br/index.php/2015/03/13/maes-pela-diversidade/>.

[...] Encontrar iguais é OASIS no deserto onde estamos despejadas! Dividir anseios, medos, revoltas, esperanças, ter com quem chorar e para quem dar a mão, SER COMPREENDIDA, são ingredientes básicos para vida plena, para que possamos sair do tão dolorido anonimato! Nós todas sabemos o que é a tortura da solidão. Sabemos na pele que o machismo é a base da LGBTfobia [...] Onde tiverem 2 LGBTs protestando, haverá uma Mãe pela Diversidade com eles! Em qualquer Casa do Povo deste país em que forem feitas leis para oprimir nossos filhos, as Mães pela Diversidade estarão gritando! [...] **[grifos originais da autora]**

Com esse relato, Maju, como é popularmente conhecida, aproxima-nos dos motivos mais comuns, de acordo com o coletivo Mães pela Diversidade, pelos quais uma família – ou uma mãe, mais precisamente – busca o mesmo: a necessidade de se sentir acolhida por seus pares e a vontade de lutar pelos direitos de seus filhos e suas filhas. Tais objetivos compartilhados superam os limites da localização geográfica, e torna a “diferença” e a “diversidade” pelas quais seus filhos e suas filhas, e elas mesmas, são marcados/as, como algo a ser protegido do não reconhecimento e da violência.

O questionamento que me fiz na Conferência “por que não são todas assim?”, aos poucos, deu lugar a outras perguntas como: “o que faz com que essas mães sejam assim?” e “quais as estratégias, as redes, os processos que constituíram essas mães enquanto sujeitos políticos?”. Por ser um dos coletivos com representatividade no estado do Rio Grande do Sul, pela afetividade que desenvolvi desde antes do percurso do mestrado, e por possuir mulheres-mães como protagonistas, a associação “Mães pela Diversidade” foi escolhida para ser o campo de pesquisa deste estudo. Busquei (re)compor histórias, trajetórias, articulações que compõem essa virada em direção à luta e a emergência de uma identidade política – ser uma “Mãe pela Diversidade”.

Para essa (re)composição, a compreensão de sujeito que utilizei pauta-se numa perspectiva pós-estruturalista segundo a qual o sujeito não existe anterior ao discurso que o constitui, mas se produz concomitantemente a ele, sendo atravessado pelas relações de poder. Esses atravessamentos, compostos por marcadores sociais de diferença (como gênero, sexualidade, raça e classe) vão marcando arranjos singulares que caracterizam as trajetórias de vida (MICHELLE D'ÁVILA, 2016). Outro pressuposto relevante que quero localizar aqui, é a rejeição aos esquemas dicotômicos de pensamento, ou seja, não pretendo ocultar as diferenças em nome de uma generalização, mas sim pensar em termos de pluralidades e diversidades. A recusa às abordagens essencialistas aproxima as

análises deste trabalho ao pós-estruturalismo, como evidenciam Marco Aurélio Prado e Maria Juracy Toneli (2013).

O primeiro capítulo deste trabalho destrincha os percursos teórico-metodológicos percorridos. Apresento o quadro teórico dos principais conceitos utilizados ao longo do trabalho que são: Norma, a partir de leituras foucaultianas e butlerianas, e Identidade Política, tendo como referência central Prado (2000 e 2002) e a noção de Democracia Radical e Plural criada por LaClau e Mouffe. Conto como foram as aproximações iniciais com o coletivo das Mães pela Diversidade, as negociações da pesquisa e campos que fizeram parte desse estudo, bem como explico a metodologia utilizada para as entrevistas com as participantes. Compõem esse capítulo, ainda, os aspectos éticos pautados pela noção de objetividade parcial e a justificativa da pesquisa implicada que localiza meu olhar de pesquisadora.

O segundo capítulo adentra a história do coletivo e as trajetórias de vida das quatro entrevistadas desta pesquisa. Discuto o tema das interseccionalidades e articulações de marcadores sociais de diferença com acontecimentos relevantes que contribuíram para que uma trajetória de luta e “mãelitância” fosse construída. Por meio dos relatos, é possível compreender a relação dos marcadores com processos de subjetivação e engajamento em uma política social. Tensionar (ou não) as normas faz das trajetórias dessas mulheres singulares e únicas, ao mesmo tempo em que possuem pontos em comum – o que as unem enquanto um coletivo.

O terceiro capítulo contém a análise sobre a construção da identidade política das mulheres-mães-militantes. Verbalizar a distância da cisheteronorma, ou seja, “sair do armário” é o principal acontecimento na vida dessas mulheres. Dessa forma, exponho três “saídas do armário” marcadas como acontecimentos relevantes para a entrada na luta política. Após, discuto as maternidades possíveis construídas historicamente e o laço de solidariedade que envolve as Mães pela Diversidade, o qual constrói uma visão de maternidade que legitima suas lutas. Entender a maternidade, pede também que se discuta o lugar do pai nessas histórias de vida. A partir da politização da identidade de mãe, exemplifico alguns dos outros lugares que essas mulheres passam a ocupar e disputar, como o lugar de fala e o de luta.

Por fim, concluo o trabalho articulando os capítulos apresentados com os objetivos iniciais que motivaram o meu percurso acadêmico. Discuto também, aspectos fortes que marcaram a escrita para mim e as dificuldades que se interpuseram nesse trajeto.

1 – PERCURSOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

Nesse capítulo, apresentarei os principais conceitos que utilizei para nortear o entendimento sobre o material coletado/construído junto às Mães pela Diversidade. Em seguida, exploro os campos de observação que compuseram a pesquisa, bem como as perspectivas que embasaram as entrevistas. Ao final, trago discussões sobre a ética e a minha posição nesse trabalho.

É necessário, desde já, pontuar algumas particularidades sobre meu processo de escrita, que compartilho com Joan Scott (1999): 1) Meu entendimento sobre um trabalho pautado na ética feminista de ciência envolve não tratar as narrativas que aqui apresentarei como meros exemplos, coletados para a demonstração de teorias definidas por e para um sujeito universal e descontextualizado. Ao oposto disso, entendo que as teorias buscam explicar o que é da ordem da prática e da vida cotidiana; 2) Ao relatar a minha intensa e rica experiência com o pesquisar a vida cotidiana, acompanhando mais de perto algumas mulheres do coletivo “Mães pela Diversidade”, tenciono produzir, também no/a leitor/a, uma experiência. Entendo “experiência”, a partir da leitura de Joan Scott (1999), não como aquilo que está na origem da explicação, nem como evidência que fundamenta o conhecimento, mas sim como aquilo que buscamos explicar, aquilo sobre o qual se produz conhecimento: “pensar a experiência dessa forma é historicizá-la” (SCOTT, 1999, p. 05).

Tentaremos, a partir da escrita, dar conta dos processos históricos que, através do discurso, posicionam as mulheres-mães enquanto Mães pela Diversidade e produzem suas experiências enquanto tais. Para Scott, a experiência é sempre contestável e vem daí o seu caráter político. É inevitavelmente política a escolha de quais categorias historicizar, sendo, necessariamente, essa parte ligada à minha implicação na produção do conhecimento. Assim, as cenas de acontecimentos que escreverei sobre o modo como elas se posicionam frente as experiências que as produzem enquanto mulheres-mães, não falam de uma verdade única, absoluta e generalizável, já que a ideia de experiência aparece nas relações que vão sendo constituídas e também a partir das minhas escolhas teórico-metodológicas.

1.1 – Quadro teórico

Para a escrita do projeto de dissertação, havia elegido como centrais para a pesquisa os conceitos de Norma (a partir de Judith Butler), Identidade Política (a partir de Marco Aurélio Prado) e Diferença (a partir de Avtar Brah) em diálogo com o feminismo interseccional. Naquele momento, a hipótese era a de que o campo se inscreveria em um universo de famílias bastante diversas em relação a determinados marcadores como classe, raça, expressões da sexualidade. Com o desenrolar do campo e das narrativas das participantes sobre suas histórias de vida, a questão da diferença e da interseccionalidade não tinham o destaque imaginado anteriormente ou pelo menos não do mesmo modo. Foi necessário alterar o quadro teórico-conceitual mantendo as noções de Norma e de Identidade Política, que serão apresentadas a seguir.

1.1.1 – Norma

Na pré-modernidade, os sujeitos eram regulados pela referência à noção de “Bem”. Essa noção foi se construindo como problemática e pouco efetiva para a regulação que se pretendia, dando lugar à norma nessa regulação das práticas sociais dos indivíduos na modernidade, como Joel Birman (2015) expõe detalhadamente em seu artigo sobre lei e norma para Deleuze e Foucault. Ele aponta, ainda, como o discurso da medicina moderna do século XIX se apropriou de categorias como normal, anormal e patológico para regular as transgressões do sujeito. Foi pelo viés das práticas de normalização que a medicina moderna transpôs o seu modelo para o conjunto das ciências humanas, para que as transgressões pudessem ser efetivamente reguladas pelos discursos do saber e do poder (BIRMAN, 2015).

Michel Foucault (1988) em seu livro sobre a História da sexualidade I, propõe a ideia de dispositivo de sexualidade como principal forma de agir sobre os corpos, subjetividades e populações. Em um primeiro nível, o dispositivo age sobre o corpo individual, sobre o organismo, sobre o corpo enquanto máquina. No segundo nível, estão as estratégias dirigidas ao corpo social, à população, constituindo-se em uma biopolítica.

A biopolítica determina lugares e modos de funcionamento dos grupos e populações. Nela, articulam-se técnicas disciplinares com procedimentos reguladores constitutivos da "política da vida", no interior da qual a vida de cada ser humano está em questão (DAGMAR MEYER, 2005). É nesse contexto que se processa a medicalização dos corpos e do sexo das mulheres, justificada em nome da responsabilidade que elas teriam sobre a saúde de seus filhos, a solidez da instituição familiar e a salvação da sociedade (MEYER, 2005 apud FOUCAULT, 1993, p. 137). Aí vemos nascer a norma que regula o gênero e a sexualidade, bem como a maternidade.

Luiz Felipe Zago (2014) afirma que hoje somos governados por “curvas-de-normalidade” que nos posicionam em relação a uma média geral. Nesse contexto, a transgressão caracteriza-se pela tangente à curva, significa estar distante do centro da curva – do padrão. Tanto para ele quanto para Butler (2014), a transgressão está virtualmente posta na norma, na medida que romper com uma norma não significa livrar-se dela, mas supõe redefini-la e, ao mesmo tempo, cria novas regiões de anormalidades. A existência da norma produz a anormalidade e vice-versa, como concorda Guacira Louro (2004) ao falar sobre o caráter performativo que as normas regulatórias do sexo têm de produzir aquilo que nomeiam, ao mesmo tempo que nomeá-lo é produzi-lo.

Muito se fala nos desviantes, nos diferentes, naqueles que estão à margem da norma. Isso porque, para Zago (2014), quem habita a norma (mesmo que ninguém consiga ocupar absolutamente o lugar da norma) usufrui do benefício da sua invisibilidade: “ao passo que os anormais e a anormalidade são identificados, categorizados, classificados, ‘rotulados’ [...] isso porque é necessário conhecê-los e sobre eles é necessário exercer controle” (p. 145). Controle, esse, necessário, pois quaisquer movimentações que fizerem afetam diretamente a norma e os normais, que tentam continuamente estabelecer uma fixidez imutável.

Daqui, destaco dois pontos: 1) a norma excludente é, ao mesmo tempo, “acolhedora” ao estabelecer regras para que os excluídos sejam respeitados. A heteronorma, como menciona Zago (2014), e também a cisnorma, promete aos seus desviantes o “respeito às diferenças” desde que aceitem as regras que ela própria estabelece. É como se ela dissesse: “existem gays, existem lésbicas, existem trans; então devemos definir o que é ser cada uma dessas coisas”. Nesse sentido, quem segue as regras do “bom gay”, da “boa lésbica” e do “bom/a trans” têm direito ao

respeito, ao mesmo tempo em que torna abjetos aqueles que não se encaixam nessas regras. Para o autor: “a dinâmica do ‘respeito às diferenças’ sexuais arma um jogo no qual quem continua sendo ‘respeitado’ é o normal” (p. 153), já que essas categorias passam a ser normalizadas.

E 2) a imutabilidade da norma é impossível se a pensarmos em termos de processos de normalização. Esses processos são sempre inscritos em determinados contextos históricos e sociais, de acordo com um conjunto de gramáticas que regulam os parâmetros do que pode aparecer e do que pode ser pensável (IGOR MONTEIRO, 2015). Dessa maneira, as normas de gênero apresentam zonas de disputa e de conflitos políticos, tensionando possibilidades para o reconhecimento da ação política nesse campo conectadas aos contextos sociais e históricos em que atuam determinados sujeitos (MONTEIRO, 2015).

Esse conceito de norma faz-se relevante para esse trabalho na medida em que é justamente no que rompe e se afasta do que se espera dos sujeitos em termos de gênero e sexualidade que a possibilidade de luta política surge. As Mães pela Diversidade, como apresentarei adiante, são mães de jovens que anunciaram sua diferença. Ao contrário do que podia se esperar como conduta aceitável de um/a familiar de LGBT, ou seja, a exclusão familiar, essas mulheres rompem essa norma junto aos filhos para defendê-los. A própria maternidade aparece aí como um ponto de tensão às normas que merece análise e discussão.

1.1.2 – Identidade política

Pensaremos a conformação da identidade política das Mães pela Diversidade, nesta dissertação, pelo viés da democracia radical e plural, uma abordagem que vem no sentido de crítica ao marxismo e se aproxima, por sua vez, ao pós-estruturalismo. Estarei interessada, nesse sentido, em compreender como um processo de identidade política pode surgir como via de defesa aos direitos das pessoas LGBTs de forma mais ampla do que a centralização na luta de classes, mas entendendo que a subjetivação ou (re)subjetivação acontece durante esse processo complexo permeado por inúmeros marcadores sociais de diferença que demarcam inúmeras relações de opressão.

A Psicologia Política que entende as ações coletivas fundada nessa abordagem adota uma relação marcada pelo fim da naturalização das desigualdades sociais. Para Cynthia Kraus (2017), a necessidade de manter uma postura crítica de interrogar pode constituir um recurso político para as agendas feministas e democráticas. Prado (2000) afirma que a temática da ação coletiva ganhou destaque quando as relações históricas de subordinação foram reconhecidas como relações de opressão e passaram a ser questionadas sobre a suposta naturalidade nas hierarquias sociais. A Psicologia Política, ao tomar as ações coletivas como seu objeto, pode ser entendida como: “um estudo das condições, sejam elas materiais, simbólicas, institucionais, psicossociais, éticas ou políticas, que são necessárias para a constituição de uma identidade coletiva – NÓS – baseada na diferenciação de um elemento exterior” (PRADO, 2000, p. 154).

É na contemporaneidade, quando parece existir uma vulgarização da política e uma negação dos conflitos entre as diferenças e as desigualdades, que esse debate demonstra sua importância (PRADO; TONELI, 2013). A nova visão sobre o político, dessa forma, não implica deixar de reconhecê-lo enquanto uma esfera institucional vinculada ao Estado, mas ampliar a visão para o pluralismo das manifestações políticas em suas múltiplas formas, que vão além da esfera estatal (PRADO, 2002).

Prado e Toneli (2013) citam os estudos de Butler sobre sua visão de sujeito como crucial para a política, pois os “sujeitos coletivos/políticos são produzidos por práticas de exclusão” (p. 354). A partir da abordagem do autor e da autora, é possível estabelecer uma diferenciação: política de identidade, identidade coletiva, estratégia de articulação, de um lado, afirmando uma unidade, e política de coalizão, identidade política, estratégia de aliança, de outro, constituindo alianças contingentes.

A identidade coletiva implica em uma experiência do *nós* enquanto pertença a um determinado grupo, grupo esse regido por regras de quem/como se pertence a ele, quais as relações intra e intergrupos e as possíveis práticas cotidianas do mesmo, compartilhando valores e crenças que definem uma cultura política do grupo (PRADO, 2002). Frisamos, com isso, que as identidades coletivas não são a mera soma das experiências individuais. No entendimento de Brah (2006):

uma dada identidade coletiva parcialmente apaga traços de outras identidades, mas também carrega outros traços delas. Isso quer dizer que uma consciência expandida de uma construção de identidade num dado

momento sempre requer uma supressão parcial da memória ou senso subjetivo da heterogeneidade interna de um grupo (p. 372).

A estratégia de articulação é, então, concebida como a construção de uma relação de equivalência (*nós*) entre diferentes sujeitos políticos, de modo a se construir um projeto contra-hegemônico, ressignificando a identidade de cada um desses sujeitos (PRADO; COSTA, 2011). Ao mesmo tempo, a possibilidade de afirmar e reivindicar um *nós* emerge de uma trajetória devido a aspectos como: as relações entre o poder, o desejo, o amor e a paixão; o trabalho das normas na formação do sujeito; uma concepção não naturalizada da capacidade de agir e da ação possibilidade de formar comunidade e alianças (KRAUS, 2017). A identidade coletiva busca tanto uma equivalência de direitos sociais, quanto a diferenciação expressa no desejo de romper com homogeneizações sociais.

Já a identidade política, por sua vez, é um conjunto temporário de significados que delimitam fronteiras na questão dos direitos sociais e, por isso, é experienciada como um *nós* impedido por um *e/les* na realização de suas demandas. A identidade política se estrutura na consciência das relações de subordinação para o reconhecimento do caráter opressivo dessas, gerando um sentimento de injustiça e privação social que impulsiona a desnaturalização das relações não igualitárias (PRADO, 2002). Esse *e/les*, não é um simples referente empírico tipo “homem, branco, heterossexual”, e sim um conjunto sobredeterminado de práticas e discursos que criam diferentes formas de subordinação a um grupo específico (PRADO; COSTA, 2011). O contraponto *e/les* é o que torna real a possibilidade de constituição desse *nós* em identidade política, pois evidencia relações de poder que constituem tal processo de exclusão (PRADO, 2000).

A estratégia de aliança é definida como a construção de vínculo em torno de demandas específicas entre sujeitos políticos na construção de ações conjuntas, sem que isso implique, necessariamente, na promoção de uma relação de equivalência entre os grupos. Apesar de se pautar no estabelecimento de vínculos entre diferentes sujeitos políticos, assim como a estratégia de articulação, diferencia-se dessa no sentido de que o foco da ação não se encontra na localização de um centro comum da luta política, redefinindo a identidade de cada um dos sujeitos, mas na tentativa de fortalecer bandeiras específicas presentes na *relação* entre eles (PRADO; COSTA, 2011). Uma forma de se utilizar dessa estratégia é quando os movimentos sociais passam a incorporar determinada pauta em suas lutas ao

reconhecerem a legitimidade daquela reivindicação no processo de democratização social almejado, e a construir lutas conjuntas em torno daquela bandeira, sem que isso acarrete na ressignificação da identidade de cada um dos movimentos – também é chamado pelos autores de “momento metonímico” (PRADO; COSTA, 2011).

Entendemos, assim como os autores, que essas duas formas de estratégia política não são opostas, mas são modos complementares de se construir a mudança social (PRADO; COSTA, 2011). O trabalho de coalizão mostra-se como uma alternativa possível e desejável frente às políticas identitárias, pois, como elucida Kraus (2017), articular as condições de possibilidade de formar alianças, indo além do ato subversivo, pode efetivamente conduzir uma política democrática que seja radical/progressista.

Uma política de coalizão, conforme proposto por Butler, deve levar em conta, ainda, a condição precária inerente à vida e à radical interdependência. Todas as desigualdades que persistem na formação e gestão dessa condição precária e, assim, dos sujeitos como formas de vida em sociedade devem ser teorizadas (KRAUS, 2017). Para a autora, são essas desigualdades que nos levam “a lutar por uma política da igualdade, da responsabilidade, e da proteção das condições de subsistência e de persistência dos corpos, para que todos possam viver plenamente sua vida” (p. 140).

Tal visão de identidade política aparecerá na análise de forma a entender as articulações dessas mulheres entre si e com coletivos de lutas semelhantes, formando o *nós*, e também para entender a constituição do *e/les* nas ações feitas pelo Mães. É um desafio, nessa análise, compreender a formação dessa identidade que se organiza em torno e para a defesa de outros que não elas mesmas – os/as filhos/as.

A identidade política, aqui, se articula com a noção de norma na medida em que ela só é possível a partir do tensionamento de normas como gênero, sexualidade, maternidade. Ou seja, são dois conceitos que se complementam nas análises, não sendo interessante trazê-los como processos distintos e separados.

1.2 – Abordagem Metodológica

Nesse subitem, apresento as negociações para escolha e entrada em campo de pesquisa, bem como o embasamento teórico-metodológico para a realização das observações e entrevistas que compuseram meu trabalho.

1.2.1 – Aproximações iniciais: entrando em campo

Para pensar os rumos iniciais a serem tomados pela pesquisa e o planejamento do trabalho de campo, foi imprescindível encontrar-me com uma das mães de referência para o coletivo no RS. Foram dois encontros, sendo o primeiro em maio de 2017, motivado pelo evento do PPG de Psicologia Social e Institucional da UFRGS chamado Interloquções Metodológicas¹⁰. Nesse evento, cada mestrando deveria apresentar um texto resumido sobre a ideia de dissertação que possuía naquele momento. Foi quando abri uma janela de conversa no *facebook* com Renata¹¹, representante da coordenação estadual do Mães pela Diversidade, para que eu pudesse falar sobre a ideia da pesquisa e saber se seria possível me aproximar do coletivo. Marcamos a reunião na sala do Núcleo de Pesquisa em Sexualidade e Relações de Gênero (NUPSEX) para alguns dias depois.

Renata chegou mais cedo e avisou pelo *facebook* que estava à minha espera. Eu estava ansiosa: ia conhecer uma pessoa “chave” para o andamento do meu projeto. Quando apontei no corredor, fui recebida com um enorme sorriso: “tu és a Cris!”. Abraçamo-nos, demos um beijo no rosto e entramos na sala. Renata, muito comunicativa, não esperou que eu explicasse minha ideia de pesquisa – que, naquele momento, era outra – e já afirmou que a pesquisa era bem-vinda. Começou, então, a contar sobre sua entrada no coletivo, sua história de vida, a história de sua filha, as histórias de outras mães. Apenas um primeiro encontro e pude perceber a necessidade que Renata tinha de ter a história do Mães pela Diversidade escutada

¹⁰ Interloquções Metodológicas é um evento anual institucional do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional da UFRGS que tem como objetivo criar espaços de debate sobre metodologias de pesquisa, a partir dos projetos de mestrado em andamento.

¹¹ O tópico “1.3 Aspectos éticos” discutirá a questão da confidencialidade e do anonimato nesta dissertação.

e, com ela, a da sua própria trajetória. Uma história apaixonada e que me provocou arrepios em vários momentos.

Após o Interlocuções Metodológicas, a qualificação e a aprovação do projeto no comitê de ética, combinei de encontrar Renata novamente. Naquele período de quatro meses desde o nosso primeiro encontro, a ideia que havia apresentado a ela tinha sofrido várias alterações e já era tempo de me inserir no campo. Era início de setembro de 2017 quando encontrei Renata em um restaurante vegetariano no centro de Porto Alegre, após três semanas de desencontros. Contei a ela que agora me interessava pela virada política estabelecida pelas mães do coletivo. Falei que a conversa que havia tido com ela havia produzido em mim a vontade de modificar o foco da pesquisa, sobretudo em função do modo apaixonado em que ela traduzia sua luta. Essa nova proposta emocionou Renata, que não mediu esforços para tornar a pesquisa possível. Pensamos alguns caminhos, parte deles realizando a pesquisa *online*, dentro das salas de reuniões vinculadas à página do coletivo no *facebook*. Além disso, vislumbramos, juntas, outras formas de inserção nas ações que o Mães¹² tem feito como, por exemplo, a reunião mensal das participantes e a reunião semanal da organização da Parada Livre de POA. Nesse ponto, como já deve ter ficado evidente, a importância de Renata para este trabalho é de uma interlocutora, no sentido mais genuíno do termo. Com isso, estabeleci uma relação privilegiada e muito facilitada no campo, mas também fui chamada a aprender, na prática, a “pesquisar com” (FREITAS, 2002) de modo profundo, lidando com todos os desafios éticos, afetos e inesperados que esse encontro é capaz de provocar¹³.

Renata pareceu gostar muito da pesquisa, além de estar bem envolvida e motivada a me incluir no coletivo. Queria que eu entrevistasse o máximo de pessoas, de todas as regiões do Brasil. Ao fim daquele encontro, pagamos nossas contas, descemos até uma das portas da galeria e nos despedimos. Renata foi embora por uma saída e eu por outra. Nessa outra porta, um homem esbravejava com o braço esquerdo segurando um livro próximo ao corpo: “mulher que namora mulher não vai pra glória! Homem que namora homem não vai pra glória!” Em uma breve passada de olhar, não vi nenhum casal homossexual sendo atacado verbalmente por esta pessoa. O homem simplesmente gritava para todos que ali

¹² Forma como o coletivo é conhecido coloquialmente.

¹³ Esse assunto será desenvolvido no tópico “1.4 – Para além de pesquisar”.

estavam, como se espalhasse uma palavra que todos concordassem. Estava ali reiterando, gritando, impondo e forçando performaticamente a norma heterossexual sem que fosse contestado. Nem todos são mães e pais pela diversidade. Mas, pensei, o arco íris – que também é meu e dessas mães – resiste ao meio hostil que ainda vivemos.

No dia seguinte, Renata me indicou perfis do *facebook* de algumas Mães pela Diversidade para que eu entrasse em contato. Eram mais três mulheres do RS que haviam se interessado pela pesquisa após ela ter feito um convite: Iara, Cleuza e Giselda, e mais o perfil da coordenadora nacional: Maju. Adicionei essas mulheres e deixei um recado me identificando e falando brevemente sobre o trabalho. Apesar de pedir sugestões de formas de pesquisar sobre o tema com elas, todas me responderam de forma genérica confirmando a participação na pesquisa e aguardando um próximo contato. Ao longo do texto, falarei mais detidamente de algumas delas, pois são pessoas chave para o movimento, e porque fizeram parte da minha trajetória de pesquisa.

1.2.2 – Observação e diário de campo

“ah, então ela vai ficar quietinha, só anotando tudo o que a gente diz”

“quero que tu anotes isso aí no teu caderninho”

“põe, isso que eu vou falar, na tua dissertação”

Essas são falas que escutei durante o trabalho de campo para a presente pesquisa que durou um período de oito meses. Em todos os espaços que fui, levei comigo um caderninho feito à mão de mais ou menos 15x10 centímetros, azul claro e florido. Suas páginas são feitas com papel reciclado, portanto, escuras; as anotações que fiz foram à lápis, difícil de ler sem ter proximidade com o material. Talvez essa composição tenha gerado certa curiosidade sobre o que eu escrevia. E, com essas interpelações, percebi o quanto é utópico ser observadora de algo sem fazer parte da cena como mais uma personagem.

Fui inspirada, nesta pesquisa, pelo método etnográfico, o qual, de acordo com Stéphane Beaud e Florence Weber (2007), pressupõe a inserção da pesquisadora

no campo, experienciando profundamente as dinâmicas e processos que busca analisar. A etnografia supõe um movimento constante de familiarização e estranhamento, ou seja, familiarizar o estranho e estranhar o familiar como pressupostos que definem fontes de conhecimento ou desconhecimento respectivamente (GILBERTO VELHO, 1981). O familiar, para esse autor, é relevante para as investigações preocupadas em perceber a mudança social “não apenas ao nível das grandes transformações históricas, mas como resultado acumulado e progressivo de decisões e interações cotidianas” (p. 132).

Utilizei meu “caderninho” para descrição densa (GEERTZ, 2008) como principal forma de registro dessa experiência. Para fins de registro das atividades de observação, Beaud e Weber (2007) afirmam a necessidade de anotar o desenrolar cronológico da mesma, o que foi feito, bem como o que foi ouvido e o que produziu impacto na pesquisadora. Elas também aconselham fazer anotações antes da ida/entrada no campo, contendo, por exemplo, a negociação para a participação e as expectativas sobre aquele momento, pois isso pode gerar um material rico para realizar análises comparativas com as anotações posteriores à experiência. No caderninho, eu anotava pontos-chaves de todos esses processos e, chegando em casa, passava esses registros para o computador, adicionando uma maior riqueza de detalhes à narrativa.

Os campos de observação foram constituídos após aprovação do projeto no comitê de ética e combinação com a coordenadora estadual do coletivo. Numa das conversas iniciais, pensamos que eu poderia participar dos grupos *online* que o coletivo possui; posteriormente, Renata preferiu não me incluir nesses espaços por julgar que eram específicos para familiares de pessoas LGBTs. Dessa forma, direcionei minha pesquisa para outros locais, além de acompanhar virtualmente as publicações que as mulheres-mães escolhidas para a pesquisa faziam no *facebook* e observar as entrevistas e seus contextos. Desse modo, os ambientes de observação priorizados nesta pesquisa foram: as reuniões de organização da Parada Livre de POA, a própria Parada Livre, os encontros do Mães e o fórum de liberdade de expressão LGBTTI de Charqueadas.

1.2.2.1 – Reuniões de organização da Parada Livre

O primeiro campo que me inseri foram as reuniões de organização da XXI Parada Livre de POA, a convite de Renata. Elas aconteciam desde abril/maio de 2017, semanalmente, às 18:30 de quartas-feiras, e eram abertas a todos/as que desejassem participar. Participei de três reuniões acompanhando Renata, única representante do Mães nessa atividade. Duas delas aconteceram na sede de uma ONG chamada SOMOS¹⁴, no centro histórico de Porto Alegre, tendo sido a primeira no dia 6 de setembro. O prédio é muito antigo e fica dentro/em cima de uma galeria comercial. Desci do elevador no sexto andar e identifiquei a sala do SOMOS por um cartaz colorido; essa e outras três salas ficam num outro corredor, que tem uma grade trancada para limitar o acesso. Aguardei ali, escorada na parede, ao lado de um telefone público – pensei que estava estragado devido ao tempo, mas, todas as vezes que aguardei reuniões ali, alguém o usou.

Eram quase 18:30 quando chegou Renata, correndo e nervosa. Abriu as grades, a porta, disse que eu podia sentar e ficar à vontade enquanto corria para o banheiro. Sentei em uma cadeira estofada azul, mais ou menos no meio da sala, com a porta à direita, uma janela grande com a bandeira de arco-íris pendurada. À esquerda, mesas com computadores à frente e o corredor com o banheiro na diagonal esquerda. Era uma sala retangular pequena, com algumas estantes metálicas cheias de livros repetidos. As paredes tinham cartazes de filmes como MILK, Transamérica, entre outros, mas o que mais prendeu meu olhar foi o pôr do sol entre nuvens e a silhueta de prédios comerciais do centro com as luzes ligadas. Logo entrou um senhor que aparentava mais de 50 anos. Quando já haviam umas dez pessoas aguardando a reunião começar, apresentei-me como psicóloga e pesquisadora. A partir dali começou a reunião, de fato, com vários assuntos administrativos. Interessante que, por mais burocráticos que os assuntos fossem, cada pessoa ali trazia algo de sua experiência com outras Paradas Livres e sua

¹⁴ O SOMOS – Comunicação, Saúde e Sexualidade é um grupo situado em Porto Alegre (RS) que realiza ações transdisciplinares, tendo como base os direitos humanos, com ênfase em direitos sexuais e direitos reprodutivos, a partir da articulação das áreas de educação, saúde, comunicação e arte (<http://somos.org.br>).

história de vida. Este senhor, que representava a ONG NUANCES¹⁵, era quem tinha mais informações e colecionava o maior número de participação em Paradas Livres, então tinha uma posição mais central para iniciar cada assunto a ser discutido.

De dez pessoas, quatro éramos mulheres. Em um momento em que todas estavam sendo chamadas de “bicha”, Renata contestou: “tem três sapatão e uma mãe de sapatão aqui”. Todos me olharam como se tivessem descoberto um segredo meu. Em alguma das conversas que tive com Renata, comentei sobre ter uma namorada, mas não havia dito que era sapatão, até por não me identificar dessa forma. Talvez minha presença, a partir daquele momento, tenha ficado mais leve para o grupo: eu era, afinal, uma das “bichas”.

Perto das 20 horas, começaram as manifestações para encerrar a reunião e ir embora. Renata, o senhor do NUANCES, eu e mais duas pessoas descemos os seis andares do prédio pela escada de emergência pois eles disseram que àquela hora os elevadores demoravam demais. A escada em caracol era interminável. Saímos do prédio e da galeria, caminhamos um pouco até Renata correr para pegar seu ônibus no terminal de ônibus do Mercado Público, e as outras pessoas se despedirem aos poucos até que eu fiquei completamente sozinha seguindo o fluxo das pessoas que andavam para a direita em direção ao terminal de ônibus do camelódromo¹⁶.

As reuniões seguintes tinham mais ou menos o mesmo formato: a pessoa que tinha mais informações ou repasses ficava em uma posição centralizada, numa figura semelhante à de coordenação. O início, de fato, acontecia sempre após alguns minutos de conversas triviais e trocadilhos de conotação sexual – que Renata cortava com pedidos de “vamos se respeitar” e “ninguém precisa saber disso”.

Na segunda reunião que fui, em outubro de 2017, havia vinte pessoas naquela sala pequena, uns em pé, outros sentados no chão... muitos não me conheciam, mas me cumprimentavam mesmo assim. Não tive oportunidade de falar o que fazia ali, como da outra vez, pois tinha muita gente e os assuntos eram

¹⁵ O Nuances é uma ONG de livre expressão sexual. Realiza diversas atividades culturais e manifestações, além de auxiliar na promoção e prevenção de saúde da comunidade LGBT (<https://pt-br.facebook.com/nuanceslgbs/>).

¹⁶ No centro de Porto Alegre, existem pelo menos cinco terminais de ônibus públicos, sendo que o do “camelódromo”, local onde o Centro Popular de Compras é localizado, é o principal terminal para as linhas que se destinam aos bairros da zona norte da cidade.

urgentes. Dessa vez não fiz anotações na hora, tentando desviar das interpelações sobre o caderninho; fiz anotações no ônibus indo para casa após a reunião. Na saída, eu e Renata fomos para a mesma parada de ônibus esperar a linha que poderíamos pegar em comum. Enquanto aguardávamos, Renata falou sobre sua família informalmente, mostrando que se sentia à vontade comigo, até que um contato com seu marido fez com que ela fosse ao encontro dele pedindo muitas desculpas por não ficar ali comigo e por não poder me dar carona.

A terceira e última reunião que fui, dia 11 de outubro, foi quando faltava um mês e meio para a realização da Parada. Nesse dia, a reunião precisou trocar de local e foi eleito o Diretório Central de Estudantes (DCE) da UFRGS, em função de sua localização mais ou menos central. Ao chegar no endereço, subi um lance de escadas de tábuas acompanhadas por corrimões de ferro e passei por vários ambientes até um espaço com várias cadeiras, uma diferente da outra, em círculo, com algumas pessoas já sentadas conversando sobre o clima, entre elas, Renata. Um menino que eu não tinha visto nas reuniões anteriores conversava com ela: “tu estás representando que ONG aqui?”. Renata explicou sua filiação e ele perguntou quem era sua filha. Ao que Renata respondeu e ele afirmou “conheço ela, tua filha é maravilhosa” e ela, orgulhosa, responde rindo “eu sei, eu que fiz e criei!”.

Nas reuniões, Renata fez referência à sua filha sempre que pode, sempre sorrindo e endereçando seu olhar a mim, reivindicando meu olhar para o orgulho que sente pela filha e dela mesma pôr a ter criado sozinha. Ao final da reunião, mais uma vez, Renata se desculpou por não poder me dar carona – mesmo não tendo combinado nada nesse sentido com ela.

As reuniões de organização da Parada seguiram acontecendo até a semana anterior à realização da mesma, mas deixei de participar delas para me envolver com outros campos. A inserção nas reuniões foi importante para entrar em contato com a forma como as mães se inserem no movimento social LGBT, que, em grande parte, estava sendo liderado por jovens naquele momento. Renata e o Mães têm o respeito das entidades organizadoras e o apoio dos mais velhos do grupo na medida em que a sua posição *de mãe* é universal a todos/as ali presentes.

1.2.2.2 – XXI Parada Livre de POA

Os eventos de maior visibilidade nos quais participam o coletivo Mães pela Diversidade são as paradas LGBTs que acontecem por todo o Brasil, sendo as de São Paulo e Porto Alegre com maior destaque devido à antiguidade em que acontecem (são as mais antigas do país) e, justamente por isso, atraem o maior número de pessoas aos eventos que já são consagrados. A XXI Parada Livre de POA, que teve como tema “Berro contra os retrocessos”, aconteceu no dia 26 de novembro de 2017. Foi minha primeira parada desde que vim morar na capital. Eu estava acompanhada da minha namorada e, além de desejar muito conhecer o evento, desejava aproveitar o momento para acompanhar as Mães.

Entramos no parque pelos arcos. O movimento de pessoas foi aumentando progressivamente a partir do chafariz central, onde também havia muitos vendedores de bandeiras colorindo o trajeto com varais cheios de arco-íris, bótons, tiaras e bebidas. Encontrei as Mães em frente à tenda do NUANCES; todas estavam vestidas com uma blusa preta com a logotipo do coletivo colorida e grande na altura do peito. Eu conhecia duas ou três delas e avistei mais duas que não conhecia. Elas distribuíam um folder do coletivo que continha várias fotos das mães em ações públicas e um texto convite para que novas mulheres-mães entrassem para o coletivo.

Fiquei por ali curtindo os shows de *drags* que estavam acontecendo. Duas Mães pela Diversidade que têm filhos *drags* acompanharam com emoção suas apresentações. Algumas foram chegando com seus/suas filhos/as e os/as companheiros/as desses. Exceto Renata, que foi sem a filha. Todas distribuíram folders e percebi que os “alvos” não eram apenas possíveis familiares, mas também jovens que me passavam a imagem de ser filhos e filhas para elas.

Acompanhar essas mulheres naquele contexto envolveu testemunhar momentos de choro, abraços, fotos, alimentação coletiva e problematizações. Por exemplo, conversaram sobre os banheiros possuírem figuras que remetiam a masculino (boneco preto de pernas abertas) e feminino (boneco preto de vestido e pernas fechadas). Segundo Renata, nos anos anteriores, a organização conseguiu “tapar” essas referências, evitando segregações. Vale notar que, apesar disso, as pessoas que usavam os banheiros não se importavam em entrar em um ou outro, independente do gênero atribuído na sinalização.

Um dos momentos importantes para o coletivo na Parada é a fala ao palco. Em 2017, a apresentadora convocou o Mães pela Diversidade, introduzindo-as como aquelas que arrasaram na novela¹⁷ e incentivaram o empoderamento. Enquanto isso, elas entravam segurando o banner do coletivo, até Renata pegar o microfone:

Boa tarde a todas e todos, gente linda. A gente veio aqui hoje pra dar o nosso berro contra os retrocessos, o nosso berro contra o preconceito com os nossos filhos, o nosso berro contra a falta de direitos e de políticas públicas. [...] Então a gente berra contra isso, e a gente berra pelo direito dos nossos filhos existirem, a gente berra porque a gente é mãe de sapatão, a gente é mãe de *drag*, a gente é mãe de bicha com muito orgulho! E a gente vai seguir berrando até que todas e todos tenham direito de amar livremente [...].

Sem que fosse pedido, gravei em vídeo esse momento e, após o evento, enviei para Renata que compartilhou no seu *facebook*. “Agora que já subimos no palco e falamos, podemos aproveitar!”, disse ela com latinhas de cerveja na mão que trazia para as outras mães que ali estavam – ela também me ofereceu.

O segundo momento de destaque na Parada é a caminhada. No ano em questão, o coletivo abriu a caminhada. Resolvi ir para o local de concentração quando percebi que as Mães não estavam mais ali, após uma hora e meia de atraso. Estavam entre nove mães, carregando a faixa, enroladas em bandeiras, chorando emocionadas e dançando com a música do trio elétrico que vinha atrás. Uma delas era mais velha, me passava uma ideia de avó. Oscilei entre ficar ao lado delas, registrando fotograficamente a sua caminhada e seguir um ou outro trio elétrico. Mesmo estando à frente de toda a Parada, elas cuidavam de quem as seguiam, avisando sobre buracos na rua ou sobre o movimento dos carros ao lado. Foi ficando escuro e tarde; a única parte do meu corpo que eu sentia com mais força eram as costas, que me doíam. Elas sentiam o cansaço e foram indo embora, especialmente as que não moravam em Porto Alegre. A parada terminou no mesmo ponto de onde tinha partido, e as mães que restaram se abraçaram em despedida, indo cada uma para o seu lado, sem um encerramento oficial, que era uma expectativa que eu tinha.

¹⁷ A novela referida é “A força do querer”, exibida pela Rede Globo e que mostrou uma personagem mãe de um homem trans buscando o coletivo Mães pela Diversidade.

1.2.2.3 – Encontros do Mães

As Mães pela Diversidade RS tentam, na medida do possível, extrapolar as relações apenas virtuais realizando encontros ou reuniões. Essas atividades costumam ter uma periodicidade mensal, conforme calendário organizado anualmente. É comum haver hiatos em períodos de férias de verão, quando a maioria delas viaja. Normalmente, as reuniões são feitas na sede do SOMOS, durante as manhãs de sábado, devido a sua localização mais central, o que facilita o acesso para quem vem de outras cidades. Os encontros são pensados basicamente com dois objetivos: acolhimento/apoio entre as mães e estudo/capacitação em questões de gênero e sexualidade.

A primeira reunião que fui, aconteceu em outubro de 2017, a penúltima do ano. Ao me convidar para esse encontro, Renata pediu que eu chegasse uma hora depois do início para que a presença de uma pesquisadora não constrangesse as mães que estariam ali pela primeira vez. O horário marcado para o início era 9:30h, portanto, eu chegaria às 10:30h no local combinado: o trabalho de Renata, também no centro histórico de POA. Cheguei no horário acordado, subi de elevador após aprovação do porteiro e, quando me aproximei da grade, uma mulher sentada de frente para a entrada disse, apontando para mim: “uma mãe nova”. Renata espiou e disse “não gente, ela não é mãe, é a Cris”. Entrei e sentei em uma cadeira na mesma roda que elas. Nas apresentações, elas repetiam, em ordem: nome – cidade – mãe de [gay, lésbica, trans, *drag*], o que motivou a minha apresentação no mesmo molde. Elas balançaram a cabeça concordando com a minha participação enquanto pesquisadora, ao mesmo tempo em que diziam “pode tirar fotos se quiser”. Não tirei fotos de nenhum dos encontros que participei por acreditar que não cabia tal ação num momento tão íntimo construído por elas.

Naquele dia, estavam reunidas oito mulheres, que percebi como brancas, com mais de 40 anos de idade, aparentemente de classe média. Duas se apresentaram como “mães de *drag*” (os filhos serem gay e bissexual não parecia ser questão para a diversidade naquele momento), três de lésbicas, uma de gay e duas de trans. Sete delas se identificaram como heterossexuais e uma como bissexual. Ao terem a palavra, elas contaram como foi a saída do armário dos filhos para a família, da preocupação que sentiram quanto à reação dos mais velhos, e da surpresa que foi quando eles reagiram de forma tranquila. Todas elas, pelo que

relataram, aceitaram de forma tranquila a saída do armário dos filhos/as. Estar no coletivo fortalece essas mulheres para, além de defenderem seus filhos e filhas, enfrentarem pessoas na rua que se mostram preconceituosas; as que não enfrentam, são pontuadas pelas outras com um “ainda não”, como se indicassem que, em algum momento, todas elas farão o mesmo.

Havia poucos dias em que as Mães pela Diversidade tinham aparecido em uma novela em canal da rede aberta de televisão, o que, quando foi mencionado, causou comoção entre as presentes, pois viram o aumento da busca pelo coletivo desde então. Violência e medo. Ativismo dos filhos e das mães. Esses foram alguns dos assuntos conversados nesse dia, marcando que situações e sentimentos como esses são vivenciados por todas elas.

Abril de 2018, participo pela segunda vez da reunião do Mães, dessa vez na sede do SOMOS, onde é de costume acontecer. Essa era a primeira reunião oficial do presente ano; em janeiro, haviam tentado realizar um piquenique que foi frustrado devido a uma chuva muito forte. Conheci duas mulheres-mães novas enquanto aguardava a abertura de grades no corredor do prédio, entre elas Caroline, uma moça jovem de cabelo colorido e roupa preta. Caroline falava sobre seu filho, explicando para a outra que um guri trans é: “alguém que nasceu biologicamente mulher e se identifica como homem”, nas palavras dela. E ela explicou, ainda, que travesti é quem se identifica enquanto mulher mas não tem a “disforia de gênero”, definida como “vontade de mudar o corpo”.

Concomitante à explicação de Caroline, Renata chegou, cumprimentou todas e abriu as grades. Aos poucos, chegaram mais três conhecidas. Uma delas avisou que havia chamado um casal, pais de gêmeos, em que um deles se assumiu gay aos dezoito anos. Esses pais estariam com dificuldade de aceitar e Renata julgou que minha presença lá seria importante para dar um suporte em como lidar com eles. Minha presença lá foi reivindicada como psicóloga, além de observadora. O casal não foi.

A defesa dos próprios filhos e das pessoas LGBTs entrou em pauta nessa reunião também. Sutiã, leite materno, peitos. Gordofobia. Privilégios. Diferença entre travesti e *drag queen*. Tatuagem uma parte do corpo com a nova logo do Mães, que agora é preta. Os temas variavam de acordo com as experiências trazidas por cada mãe, constituindo, às vezes, uma escuta e apoio para aquela que falava, ou um momento de aprendizado sobre algum tema mencionado.

Nesse encontro, só haviam representantes da capital do Estado. Eram seis mulheres brancas com idades das mais variadas (aparentavam de 30 a 60 anos). Caroline, ao escutar minha conversa com Giselda sobre a dificuldade que estávamos tendo para realizarmos a entrevista, se ofereceu para ser entrevistada no lugar dela e ambas concordaram. Esse grupo diferiu do que participei anteriormente: não tiveram apresentações e fui mais convidada a falar e a me posicionar sobre os assuntos falados. Por vezes, percebi meu olhar sendo reivindicado como psicóloga ou colaboradora do coletivo, quase como parte delas. E foi recíproco o sentir-me a vontade para, de fato, estar presente de outra forma no encontro.

1.2.2.4 – II Fórum de Liberdade de Expressão LGBTTI de Charqueadas

O fórum aconteceu no dia 17 de maio de 2018, data em que se comemorou 28 anos da saída da homossexualidade dos manuais diagnósticos de doenças. Iara, moradora da cidade, foi organizadora do evento e ocupou um lugar no conselho local representando o Mães pela Diversidade como uma entidade LGBT. Renata reuniu algumas mães de POA para irem de carro até Charqueadas e me confirmou “tua vaga está garantida!” para que eu fosse com elas. No dia, marcamos um ponto de encontro na zona norte com outras duas mulheres para partirmos juntas. O evento estava programado para começar às 18h, após reunião das Mães pela Diversidade na casa de Iara.

Sáimos de POA e fomos em direção à Charqueadas, cidade da zona carbonífera do Estado que fica há mais ou menos uma hora da capital. Boa parte do caminho coincide com o trajeto que atualmente faço diariamente para o trabalho, em Guaíba. O caminho foi divertido e o tempo passou rápido enquanto estávamos rindo do GPS e das músicas que tocavam. Iara estava nos esperando na frente de casa com sua irmã. Entramos e fomos para os fundos para que elas tirassem uma foto no muro de arco-íris que Iara pintou, junto à piscina. Primeiro uma foto só delas e depois comigo e com a irmã da Iara também. Nessa região dos fundos, uma das paredes tinha dois quadros: um com o primeiro chinelo do Jean, filho de Iara, e outro com uma roupinha de bebê; todas as outras mulheres-mães faziam o mesmo com objetos da infância de seus filhos/as.

A mesa em que tomamos café era quadrada e com oito lugares. Enquanto comíamos e bebíamos, chegou uma família de mãe e pai pela diversidade (vestiam a camiseta do coletivo) e a filha adolescente do casal. Logo após, chegaram a mãe e a tia de Iara. Renata levou alguns objetos produzidos por ela mesma para vender e juntar dinheiro para auxiliar as participantes do coletivo que iriam na Parada LGBT de SP em junho de 2018. O “pai pela diversidade”, que até o momento eu desconhecia (inclusive, não sabia que existiam pais no coletivo do RS), compartilhou uma situação muito semelhante às que as mães contam nos encontros do coletivo: no trabalho, um amigo fez piada sobre gays e ele não ignorou, defendeu a filha e falou sobre o incentivo à violência que aquilo levava.

Ao chegarmos no evento, fiquei sempre perto das Mães pela Diversidade e da banca com produtos delas para a venda. Algumas pessoas importantes da cidade paravam ali para conhecer as mães e, como eu estava junto, acabava também sendo apresentada, enquanto “pesquisadora da UFRGS”. Uma delas, ao saber da pesquisa, falou sobre a honra em me ter ali, me convidou para outros eventos na cidade e tentou me convencer o quanto aquela gestão municipal era aberta a discussões como diversidade de gênero e sexualidade, como se quisesse me vender uma imagem devido ao meu pertencimento institucional. Tratava-se da primeira-dama, descobri depois. O local era um auditório grande, com cadeiras de plástico pretas enfileiradas, paredes de vidro com janelas na extensão das laterais. Uma bandeira de arco-íris gigante cobria toda a frente, junto ao microfone e caixas de som. O auditório foi enchendo com estudantes e jovens. As mães estavam em maior quantidade do que elas mesmas esperavam: eram sete mulheres (sendo que duas delas estavam indo em uma ação do coletivo pela primeira vez), dois pais e uma filha.

Ouvimos o depoimento de um jovem gay expulso de casa e violentado, que foi atendido por uma participante do coletivo que trabalhava no CRAS da cidade. Esse foi o momento de maior silêncio e respeito no auditório. Fiquei com olhos marejados com a história de vida do rapaz, e não segurei as lágrimas quando, ao perceber o sofrimento do jovem, as mães caminharam dos fundos à frente do auditório e o abraçaram afirmando “aqui tu tens amor”. Renata pegou o microfone nessa hora e falou que os pais precisam aparecer e sair do armário para que menos histórias assim aconteçam. Ao encontro disso, a fala da mãe e do pai pela diversidade que ficaram todo o tempo de mãos dadas ou abraçados, contou a

história deles com a sua filha – que chorava de emoção na plateia. Renata cochichou para mim que ele certamente foi o primeiro pai a falar junto a uma mãe. O casal foi muito aplaudido pelos ouvintes.

Sáímos após as 22hrs, mesmo sem o evento encerrado, pois tínhamos um longo tempo de viagem para voltar à capital. No caminho, as três mulheres-mães falaram de situações muito difíceis com os ex-maridos, além de situações de violência na infância – coisas que não apareceram nas entrevistas nem em outros encontros que tive com elas. Após deixar as duas mulheres em outra região da cidade, eu e Renata seguimos viagem para a zona norte. Neste longo caminho, ela interessou-se pela minha vida, fez perguntas sobre a minha família, minha namorada e sobre a pesquisa.

Esse evento foi como um fechamento dos campos de pesquisa e percebi um fortalecimento dos vínculos com as mulheres-mães. Elas ficaram à vontade na minha presença e me senti uma colaboradora do trabalho delas, não apenas uma pesquisadora totalmente externa ao coletivo.

1.2.3 – Entrevistas: trajetórias acontecimentalizadas

Realizei entrevistas em profundidade com quatro pessoas que se destacaram à frente das ações do coletivo das Mães pela Diversidade, de janeiro a abril de 2018. As quatro mulheres-mães foram as que demonstraram interesse na pesquisa através de um convite feito pela coordenadora estadual do coletivo, incluindo ela própria. Inicialmente, o projeto de dissertação previa que alguns/mas atores/as que compunham as histórias de vida de cada mãe também fossem entrevistados/as, por exemplo, amigos/as, parentes, psicólogos/as, e outros, visitados, como instituições (escolas, igrejas, por exemplo). Devido à limitação de tempo e por considerar que o foco nas entrevistas e na observação nos espaços já mencionados contemplavam os objetivos do trabalho, optamos por apenas entrevistar as representantes do movimento e investir no trabalho de campo.

As entrevistas integraram a etnografia e tiveram o cuidado com a contextualização do momento em que foram realizadas, buscando (re)compor trajetórias de vida de mulheres que representam o coletivo em ações públicas do mesmo. Segundo Beaud e Weber (2007), o aprofundamento nas entrevistas

etnográficas não visa produzir dados quantificados e nem serem “representativas” de certa população, portanto, não se pretendem numerosas, razão pela qual as quatro entrevistadas foram suficientes para as análises propostas no projeto de pesquisa.

Para Valdete Boni e Sílvia Quaresma (2005), as entrevistas, a partir dessa perspectiva, podem ser enquadradas como abertas e semiestruturadas e têm como vantagem a sua elasticidade quanto à duração, permitindo uma inserção mais profunda em determinados assuntos. Elas também possibilitam uma troca afetiva maior entre entrevistadora e entrevistada, o que permite abordar assuntos mais complexos e delicados.

De fato, foram inúmeros os momentos em que as mulheres-mães se emocionaram durante as entrevistas. Retomar acontecimentos de vida que, em sua maioria, eram carregados de afetos, provocou choros, suspiros, olhares parados, desconfortos visíveis com uma mudança na posição da cadeira. Eu também me afetei com as histórias. Por muitas vezes, senti meus olhos marejarem, tive arrepios ou respondia com exclamações que ficaram registradas no gravador. As entrevistas foram profundas para todas as personagens envolvidas na cena.

Os contatos para marcação das entrevistas se deram via *facebook* e *whatsapp*, sendo que a ordem das mesmas foi escolhida conforme a maior proximidade com cada uma das participantes. Renata me indicou os perfis das mães pelas redes sociais e as fui buscando e entrando em contato. Nesse momento, expliquei o objetivo do encontro e pedi que cada uma escolhesse o local que se sentiria mais à vontade para conversar e me coloquei à disposição para me deslocar para onde fosse necessário. A grande maioria escolheu conversar na sua própria casa e/ou locais próximos. Dessa forma, participaram da entrevista: 1) Renata, coordenadora estadual, 45 anos, mãe de Flora, uma menina lésbica. Ela me recebeu a primeira vez em sua casa na zona norte de POA, e uma segunda vez em uma cafeteria no centro da cidade; 2) Iara, 49 anos, mãe de Jean, um menino gay e *drag queen*. Ela me encontrou em uma confeitaria de Charqueadas e, logo após, levou-me para conhecer sua casa; 3) Cleuza, 49 anos, mãe de Diego, um menino trans. Ela foi entrevistada na sua residência, em Cachoeirinha; e 4) Caroline, 29

anos, mãe de Niko, uma criança/adolescente trans. Ela foi entrevistada junto ao marido em seu apartamento, localizado na zona sul de POA¹⁸.

O interesse pelos métodos biográficos, segundo as autoras portuguesas Maria José Magalhães, Angelica Cruz e Rosa Nunes (2012), é de especial interesse para o quadro das ciências sociais e para as pesquisas de cunho feminista, pois investe na revalorização do sujeito da ação social e em sua agência política. A forma como entendemos e utilizamos os métodos biográficos atualmente faz parte de um processo histórico de modificações que Cláudia de Lima Costa (1999) explicita em seu artigo. Para ela, as histórias de vida tensionam o individual e o social pois revelam justamente a conexão entre esses dois polos. A grande contribuição do artigo de Costa é afirmar que o mundo pesquisado não existe independente do olhar do/a observador/a, e o textos narrados devem ser lidos junto ao contexto de criação, cabendo ao pesquisador revelar sua parcialidade na construção das histórias causada pelo seu olhar que constrói seu próprio objeto de estudo.

A pesquisa com histórias de vida, por sua vez, implica em uma interação dialógica presencial entre narradora e investigadora, da qual emergem a co-enunciação e co-construção de um produto cultural com a forma de narrativa (MAGALHÃES; CRUZ; NUNES, 2012), totalmente localizada e posicionada em um contexto. Suely Kofes (2015) realizou uma pesquisa para a tese de doutorado que consistiu de uma etnografia da relação entre patroas e empregadas. A autora defende o uso de "estórias de vida" – e não histórias de vida –, pois as primeiras são constituídas:

1º) de relatos motivados pelo pesquisador e implicando sua presença como ouvinte e interlocutor 2º) de um material restrito à situação de entrevista. Isto é, estarei considerando apenas o que foi narrado ao pesquisador pelo entrevistado sem a complementação de outras fontes; 3º) daquela parcela da vida do sujeito que diz respeito ao tema da pesquisa, sem esgotar as várias facetas de uma biografia.

Para Lisandra Moreira e Henrique Nardi (2009), uma outra metodologia pode ser usada, a genealogia. Essa entende a história partindo da ideia de condições de proveniência, o que inclui a herança, um conjunto de falhas, as fissuras, a inscrição dos acontecimentos no corpo, e, ainda, da ideia de ponto de emergência, que tem fruto uma luta de forças. Ou seja, o importante, do ponto de vista metodológico, para

¹⁸ As participantes e o contexto das entrevistas serão explorados no Capítulo 2 desta dissertação.

essa pesquisa, a partir dos debates em torno das histórias/estórias de vida, ou ainda da genealogia, é destacar que o entendimento dos processos de subjetivação política dessas mulheres-mães não foi tomado enquanto histórias individuais, mas, principalmente, na articulação de suas trajetórias com o contexto sócio-histórico mais amplo (MOREIRA; NARDI, 2009). Para dar conta de uma proposta de investigação de trajetórias até a participação no coletivo, partimos de uma pergunta ampla: “Como você se tornou uma Mãe pela Diversidade?”. A partir dela, os pontos que elaboramos no roteiro foram sendo respondidos sem que fosse necessário perguntar diretamente, na maioria das vezes, criando narrativas de uma história acontecimentalizada (GABRIELA JAQUET, 2016). Embora eu tenha perseguido uma perspectiva biográfica, não trabalhei exatamente com a metodologia específica das histórias de vida.

A noção de “acontecimento”, cunhada por Gilles Deleuze (1974), é apresentada como não sendo da ordem dos corpos. Os efeitos do acontecimento são, segundo ele, atributos lógicos ou dialéticos. Dessa forma, o acontecimento se dá no âmbito da linguagem e é nela que vemos sua existência e inscrição. Os acontecimentos que contam, segundo Hélio Junior (2005) “são os que têm para nós um valor, não intrínseco ou essencial, mas atribuído, e somente estes seriam de fato individualidades” (p. 107). Tenta-se atribuir significados a determinados acontecimentos, destacando-os da massa indistinta dos demais. Quando a pergunta da pesquisa é feita para as participantes, já partindo de um acontecimento proposto como tal pela pesquisadora, é uma história marcada por outros acontecimentos que emerge. O que interessa para a história são, portanto, as singularidades, os eventos, inscritos como acontecimentos, que não se repetirão, os marcados temporalmente mesmo que sem uma linearidade.

A história acontecimentalizada é, portanto, essa narrativa que nomeia acontecimentos. Nomear é, para Jaquet (2016), um gesto simultâneo de sua convocação: afirmação da potencialidade criativa e profundamente engajada na atualidade. A história acontecimentalizada questiona a rarefação do porquê teriam aparecido determinados enunciados e não outros (JAQUET, 2016).

O acontecimento está intimamente relacionado à norma, pois quando aparece nas narrativas das trajetórias, aparece como uma ruptura de uma linha ou caminho de inúmeras possibilidades, como algo da ordem do novo que se produz a partir de um corte que mudou o rumo das multiplicidades para apenas uma delas. A ruptura,

para Deleuze (1974), não é interior nem exterior, ela está na fronteira, insensível, incorporal, ideal. Assim, ela tem com o que acontece no exterior e no interior relações complexas de interferência e de cruzamento (DELEUZE, 1974).

As entrevistas foram áudiogravadas com consentimento das participantes, assim como indicam Boni e Quaresma (2005) e Beaud e Weber (2007). Registrar no gravador permitiu estar totalmente presente e livre na condução da entrevista, oferecendo melhor qualidade de escuta e direção. A transcrição que foi feita posteriormente incluiu a análise detalhada do contexto, dos silêncios, gestos, risos, entonação de voz das entrevistadas, elementos esses registrados no diário de campo após cada entrevista.

Freitas (2002), em sua pesquisa com cinco mulheres, traz questionamentos semelhantes aos que me fiz quanto às transcrições. Para ela, a transformação dos relatos em “frias transcrições” era perturbador, pois queria, assim como eu, garantir a emoção que a palavra falada carregava. Transformar a fala em escrita é um processo difícil, principalmente quando o desejo é de expressar tudo o que foi sentido e, ao mesmo tempo, construir um afastamento que permitisse o trabalho de análise. A autora, do mesmo modo como o faço neste momento, admite que a escrita exigiu “um exercício de vigilância constante, nem sempre concluído com êxito total” (FREITAS, 2002, p. 74).

1.3 – Aspectos éticos

Por tratar-se de uma pesquisa com seres humanos, o projeto de dissertação foi adequado conforme as Resoluções nº466/2012 e nº510/2016 do Conselho Nacional de Saúde (CNS) e encaminhado à apreciação do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) do Instituto de Psicologia da UFRGS. O referido CEP aprovou a pesquisa sob o Parecer Consubstanciado nº2.228.846, na sua segunda versão. A primeira versão do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) citava como possíveis riscos, mesmo que mínimos, sentimentos desconfortáveis e/ou mal-estar em função de lembranças dolorosas que poderiam ser despertadas nas entrevistas. Como resposta a isso, o CEP solicitou que fosse incluído o encaminhamento que se daria caso esse desconforto e/ou mal-estar acontecesse. Realizei a alteração

pedida, o que resultou no projeto de pesquisa aprovado em torno de um mês após a primeira submissão.

Porém, devido ao método etnográfico proporcionar uma relação próxima e afetiva entre entrevistadora e participante, pude perceber que, quando as lembranças dolorosas apareciam nas narrativas, o próprio seguimento da entrevista teve um papel de acolhimento e resolutividade, como é possível perceber através do relato de uma participante poucas horas depois da entrevista:

Adorei participar da entrevista e falar da minha trajetória enquanto mãe. São momentos como esse que me dão força para seguir em frente [...]
(**Mensagem de texto recebida via *Whatsapp* de Iara**)

As feministas têm interesse num projeto de ciência que ofereça uma explicação posicionada e reflexiva em relação às práticas de dominação, ao privilégio e opressões (DONNA HARAWAY, 1995). Posicionar-se implica em responsabilizar-se por nossas práticas. Elucidar essa(s) posição(ões) é assumir essa responsabilidade com todas as consequências dela(s). Para Haraway (1995), a política e a ética são a base das lutas nos projetos de conhecimento nas ciências exatas, naturais, sociais e humanas e são construídas em relação. Por isso, apesar das demandas de um Comitê de Ética, é na produção da pesquisa em si, no contato com as participantes e no afetar-se da pesquisadora, que a ética se constrói.

Em resumo, a objetividade feminista na produção científica “tem a ver com uma visão crítica, consequente com um posicionamento crítico num espaço social não homogêneo e marcado pelo gênero” (HARAWAY, 1995, p. 31).

Outro ponto relacionado a ética que merece destaque diz respeito ao anonimato das participantes. Como as quatro mulheres-mães são figuras públicas por representarem o coletivo, a questão do anonimato foi debatida e negociada a cada entrevista, cabendo a cada uma escolher a forma que lhe fosse mais conveniente de ser citada na pesquisa, ideia essa que teve inspiração nas colocações de Vinciane Despret (2011). Mesmo com a concordância e assinatura do TCLE, explicitarei que, caso houvesse desejo de mudança quanto à forma de ser citada na pesquisa, ou mesmo a desistência da participação, isso não acarretaria em nenhum ônus a elas e/ou à pesquisa.

Essa questão do anonimato das participantes-figuras-públicas parecia simples de ser resolvida: perguntar a elas como queriam ser identificadas. Porém, durante a

entrevista com a segunda participante, me dei conta de que as entrevisto *enquanto mães*, ou seja, elas sempre se referirão a uma segunda pessoa, seu filho ou filha. As histórias de vida das mães estão interconectadas às histórias desses/as outros/as personagens – elas só são mães (e mãelitantes) em função deles/as –, sendo que esses não passaram por um procedimento de decisão e consentimento a respeito da melhor forma de serem incluídos/as na dissertação. Foi então que pensamos que os filhos e filhas poderiam ser questionados sobre como gostariam de ser citados na pesquisa. Nas entrevistas seguintes, ao final, pedi que cada mãe conversasse com seu/sua filho/a sobre essa questão e me desse um retorno posteriormente, exceto com o filho de Cleuza, que pude falar pessoalmente durante a entrevista. Com as duas primeiras participantes, realizei novas conversas falando sobre a questão e fazendo o mesmo pedido.

Uma das filhas, inicialmente, optou por ter seu nome identificado pelas iniciais; ao perceber que, através da leitura dessa dissertação que se construía, ter uma pessoa só identificada dessa forma, não garantiria o anonimato da participante, já que sua mãe estava identificada com seu próprio nome, ofereci que ambas pudessem repensar essa questão que podia ser solucionada pela mãe optando por ficar anônima também ou pela filha criando um nome fictício. Em decorrência disso, a filha optou por ser identificada com um nome semelhante ao seu, mas ainda de forma anônima. Alguns dias depois, sua mãe me procurou pelas redes sociais muito feliz por sua filha ter refletido sobre a sua participação na pesquisa e desejar ser identificada. Resultou, desse processo, a opção das mães de terem seu próprio nome utilizado na dissertação, inclusive justificando que isso fazia parte da sua “saída do armário”, decisão semelhante à dos filhos e filhas.

Também compõe a discussão ética dessa pesquisa a negociação feita com as participantes sobre as narrativas de suas histórias de vida, o que aqui chamarei de “validação das entrevistas”. Um trabalho sobre vidas de pessoas públicas que sustentam sua luta justamente a partir de suas histórias e que optam por utilizar o nome próprio, merecia um cuidado particular. Foi pensando no possível impacto emocional de ler uma versão de si, bem como na repercussão decorrente de publicizar questões pessoais que as vezes se escondem na luta, que enviei, logo após finalizar a narrativa produzida sobre cada uma, para que elas pensassem sobre o conteúdo e forma de escrita sobre elas. Era 20 de julho de 2018 quando enviei individualmente os textos. Mesmo afirmando que não precisariam ter pressa

na leitura e retorno, todas me responderam com menos de uma semana. No geral, as reações foram de gratidão e choro, como, por exemplo, na fala de Renata: “ah, sua linda! Me colocou em lágrimas com o teu texto! [...] você me fez refletir o quanto ainda carrego ‘culpas’ e preciso melhorar! Sou grata!”, e Iara: “tá muito lindo, não precisa mexer em nada, só tenho a te agradecer por tanto carinho, não sei se mereço”. Ao contrário delas, Caroline reagiu com humor, ia me mandando mensagens conforme o andamento da leitura achando graça da forma que eu a percebi. As quatro mães aceitaram o texto sem sugerir modificações. Incluí-las nessa parte do processo de escrita foi importante no sentido de valorizar a construção conjunta de uma história sem me distanciar delas, validando as suas opiniões e respeitando seus interesses.

1.3.1 – Para além de pesquisar: uma reivindicação feminista

“Tu também é LGBT?, me perguntou Caroline. Respondi balançando a cabeça que sim”

“Eu não sou uma Mãe pela Diversidade, eu não sou nem mãe. Mas eu sou filha”

Esses trechos de diário de campo são, respectivamente, a confirmação de pertencimento a um grupo identitário e a minha apresentação no primeiro encontro/reunião das Mães pela Diversidade que participei. Considerar-me parte de um movimento que luta pelos direitos de existir e de ser respeitada, ao mesmo tempo em que pesquiso com mulheres que lutam pelos *meus* direitos de existir e de ser respeitada, trouxeram alguns encontros que extrapolam a simples relação pesquisadora-pesquisadas, encontros, esses, que foram marcados por uma dúvida: estou aqui pesquisando *ou* estou aqui militando? A ideia dessa seção é justamente apresentar as intersecções entre militar e pesquisar que vivenciei no período acadêmico do mestrado, analisar as relações que construí durante a pesquisa e responder à demanda feminista de posicionalidade quanto ao local de onde parte meu olhar de pesquisadora, partindo da ideia de “saber localizado” de Donna Haraway (1995), tema esse tão caro à ética em pesquisa. Esse conceito refere-se à localização limitada e parcializada do conhecimento da pesquisadora que não

conhece a totalidade do seu “objeto”, de modo que podemos nos tornar responsáveis pelo que aprendemos a ver.

Tratarei aqui do feminismo pós-estruturalista. Nessa perspectiva, operar com o conceito de gênero demanda cinco pressupostos, segundo Meyer (2005), são eles: 1- assumir que diferenças e desigualdades entre mulheres e homens são social, cultural e discursivamente construídas e não biologicamente determinadas; 2- delinear o foco para a relação de poder em que as diferenças e desigualdades são produzidas, vividas e legitimadas; 3- considerar que as análises e intervenções empreendidas neste campo devem tomar como referência as relações de poder e as muitas formas sociais e culturais que educam homens e mulheres como "sujeitos de gênero"; 4- desconstruir a homogeneidade, a essencialização e a universalidade dos termos utilizados para tornar visíveis os mecanismos e estratégias de poder que instituem e legitimam essas noções; 5- explorar a pluralidade, a conflitualidade e a provisoriedade dos processos que delimitam possibilidades de se definir e viver o gênero em cada sociedade e nos diferentes segmentos culturais e sociais (MEYER, 2005, p. 86).

Evidenciados os motivos desta sessão, gostaria de expor um momento crucial para pensar a minha posição no processo de pesquisa, que foi o protesto contra a “cura gay”, ocorrido em setembro de 2017. Quando fiquei sabendo do evento pelas redes sociais uma semana antes, não pensei duas vezes em ir ao local. O evento foi motivado por uma decisão emitida pela Justiça Federal do Distrito Federal que autorizava, de forma liminar, que profissionais da psicologia fizessem práticas de reorientação sexual. Isso ia na contramão da determinação do Conselho Federal de Psicologia que, em 1999, proibia psicólogos de oferecer tratamentos de cura/reversão. Eu, enquanto psicóloga e enquanto militante, precisava marcar posicionamento contra essa violação de direitos. Em seguida, Renata me avisou que estaria lá com outras Mães pela Diversidade. Foi um aviso juntamente a um convite para estar lá com elas, já que eu estava acompanhando os eventos políticos em que as mulheres-mães se engajavam.

Logo que cheguei ao ponto de encontro – os arcos da Redenção – reconheci Renata pela bandeira branca com o símbolo colorido do coletivo amarrada nas suas costas. Me aproximei, cumprimentei, apresentei minha namorada que me acompanhava e conheci as outras participantes que ali estavam. Eram as mulheres que adicionei no *facebook* e essa foi a primeira vez que as vi pessoalmente. Fiquei

acompanhando a exibição das faixas que elas carregavam e observando as articulações com outros coletivos LGBTs que também protestavam no local. Às vezes, me afastava e me incluía em outras atividades do evento. Quando isso acontecia, me questionava se a minha posição de pesquisadora não exigiria que eu estivesse com elas o tempo todo. Ao mesmo tempo, quando estava com elas, desejava dedicar meu olhar a outras coisas. Esse período foi o primeiro de minha inserção no campo e configurou as primeiras relações pessoais com as participantes da pesquisa. Já aí, me descobri no *entre* pesquisar e militar, podendo estar no mesmo local exercendo minhas duas funções. Descobri-me compartilhando com elas a luta e a existência.

Alinne Bonetti e Soraya Fleischer, organizadoras do Dossiê: Entre Pesquisar e Militar (2007), afirmam, na apresentação dessa publicação, que, cada vez mais, testemunham muitos/as pesquisadores/as engajados/as nas questões políticas e comunitárias dos sujeitos pesquisados. As autoras apontam que, por um lado, esse envolvimento favorece a inserção no campo e, por outro, traz desdobramentos inesperados à pesquisa, tais como o desencantamento com a militância. Elas apostam na importância em elucidar as relações entre pesquisador/a e pesquisados/as e as negociações que permearam essa relação, como as expectativas do grupo estudado, exigência de engajamento nas suas causas, devolução dos resultados da pesquisa e seus desdobramentos, entre outros.

Fleischer (2007) escreveu um texto para esse Dossiê sobre seu vínculo de militância e pesquisadora em duas ONGs. Foi necessário, para ela, estabelecer negociações sobre qual seria o seu papel desde a primeira visita através do que chamou de “conversa ritual”, semelhante às aproximações iniciais que mencionei com as Mães pela Diversidade. Era o momento de socializar intenções e construir o início de uma relação de confiança.

As duas identidades, de militante e de pesquisadora, em muitos momentos ficavam contraditórias para a autora, principalmente quando era convocada a posicionar-se com relação a determinadas atividades. A curiosidade que tinha sobre a ONG a levou a realizar pequenas tarefas para essa, principalmente a produção de documentos escritos. Ela entende isso como uma “troca” necessária para que pesquisadora e pesquisadas se sintam minimamente equitativas: a ONG permite que ela tenha acesso a dados para sua pesquisa, e pede que ela faça atividades que contribuam para o bom andamento do local (FLEISCHER, 2007).

Uma contradição percebida entre as duas posições é a de que a produção de conhecimento antropológico se orienta pelo princípio da dúvida, enquanto a militância precisa se ater a um conjunto de certezas. Há uma tensão entre a dúvida e a fé, mas: “quando a produção de conhecimento e a militância baixam um pouco a guarda e deixam que um referencial dicotômico lhes caracterize, acredito que há mais possibilidades de encontro” (FLEISCHER, 2007, p. 86).

O compartilhar lutas e interesses me levaram a encontros por coincidência com as representantes do Mães como, por exemplo, a Feira do livro de POA, em novembro de 2017, poucos dias antes da Parada Livre. Tratava-se de uma roda de conversa chamada “Livros fora do armário” com uma autora e um autor de livros com temática LGBT. Eu e minha namorada fomos convidadas para sentar ao lado de Renata assim que adentramos a tenda, o que fizemos. As três saímos juntas dali ao final e Renata, com um discurso a respeito de segurança, me convenceu a aceitar a carona que ela tanto falava nas reuniões de organização da Parada.

Para a Parada Livre, também em novembro, não havia dúvidas quanto a minha posição como militante e pesquisadora. A maior parte do tempo fiquei ao lado delas, tanto durante os shows quanto na hora da caminhada, afinal, era o evento mais importante para a visibilidade das Mães pela Diversidade e eu já as conhecia com maior proximidade, ficava mais à vontade. Chegando mais para o final do caminho percorrido, elas me chamaram para caminhar *com* elas, junto à faixa. Já estava escuro, tanto eu como elas já estávamos cansadas e com muitas dores. Ser chamada para caminhar com elas me tirou de uma posição de expectadora externa para compor conjuntamente. A partir daí, percebo que minha relação com todas as mulheres-mães mudou.

Nos contextos de entrevistas que se iniciaram em janeiro, vivenciei uma aproximação com cada uma das participantes de uma forma mais profunda em suas vidas. Quando coloquei a possibilidade de entrevistá-las onde se sentissem mais à vontade, abri a possibilidade de constituição de um espaço único e de intimidade com cada uma delas. Na primeira entrevista de Renata, que optou por me receber em sua casa, tive contato com o cachorro, a gata e a própria filha dela. Como uma forma de cuidado para quem se deslocou até lá, ela me ofereceu coisas que havia feito especialmente para a ocasião, como água saborizada e um bolo integral de maçã. A segunda entrevista, na cafeteria, aconteceu no dia do meu aniversário. Renata havia recebido uma notificação do *facebook* sobre isso e, quando me

encontrou, me abraçou forte e me presenteou com um marca-página de papel reciclado que ela mesma havia feito: “só uma lembrancinha para não esquecer de mim”, disse ela.

Com Iara, não foi diferente. Para ser entrevistada, ela escolheu uma confeitaria de “doces de Pelotas” próximo à rodoviária de Charqueadas. Fui de ônibus até lá e aguardei até Iara sair do trabalho para me buscar. Fomos de carro até a confeitaria ouvindo um CD que ela gostava e logo iniciamos a entrevista. Num primeiro momento, ela não quis que eu a entrevistasse em casa pois estava bagunçada devido a uma obra. Com o passar do encontro, o contexto de proximidade fez com que ela se sentisse mais à vontade para me levar lá e fazer um *tour* pela cidade, ao passo que ela ia marcando os lugares que passávamos com elementos da história que havia me contado na entrevista. Conheci seus cachorros, seus gatos, sua mãe e, posteriormente, sua irmã. Ela aguardou o ônibus do meu retorno à POA junto a mim, enquanto me convidava a ir outras vezes para Charqueadas acompanhá-la em eventos municipais.

Já Cleuza, entrevistei-a em seu apartamento em Cachoeirinha, junto com seu filho Diego e uma menina que o acompanhava. Cleuza me pegou de carro na parada de ônibus que indicou para minha descida, após me dizer que havia pedido para seu filho o fazer e ele recusar. Ela comprou coisas para comermos e me deixou à vontade, mesmo assim, se achou uma péssima anfitriã por não ter feito ela mesma a comida para o café da tarde. Ela me tratou com muita cordialidade e naturalidade, querendo, inclusive, que eu ficasse em pé no seu sofá para ver melhor os quadros de fotos que estavam pendurados na parede. Por fim, Cleuza optou por ir até um compromisso em POA e fez questão de me deixar em casa. Segundo ela, já estava tarde e era perigoso aguardar ônibus nas paradas sendo que ela podia me dar carona sem desviar muito do seu caminho.

Caroline, a mãe que eu havia visto apenas uma vez, também quis me receber em seu apartamento para ser entrevistada. Combinamos um dia em que eu saia mais cedo do trabalho em Guaíba e fui direto para a zona sul. Não havia tido tempo de almoçar, o que a deixou preocupada em me receber com um café, suco e bolo vegano de laranja. Nesse ambiente, conheci seus gatos, seu filho Niko e seu marido Frederico. Por não ter um vínculo prévio, o encontro ficou circunscrito na realização da entrevista, que se deu de forma mais rígida e rápida. Desenvolvi uma proximidade diferente quando viajamos juntas até o fórum de Charqueadas, onde,

além de conversarmos mais sobre outros assuntos, por exemplo, coisas pessoais da minha vida, ela ficou à vontade para compartilhar mais da sua história. A partir desse momento, notei que seu olhar sobre mim, que até ali parecia me colocar em uma posição de pesquisadora em busca de dados, mudou para uma possível colaboradora em pautas feministas nas redes sociais.

Nos contextos em que a militância e a pesquisa se sobrepuseram, minha namorada estava comigo. As mulheres-mães, além de interessar-se pela minha vida, interessaram-se também pela dela, desenvolvendo um carinho e cuidado maternal com nós duas. Elas adentraram a minha vida quase da mesma forma que adentrei a delas. Aos poucos, me descobri fazendo atividades “de pesquisa” muito mais pela relação que desenvolvi com elas e com o coletivo do que pela necessidade de seguir armazenando material de pesquisa, bem como sendo convidada a seguir promovendo reflexões junto a elas – talvez na lógica da troca necessária que mencionei anteriormente.

A dimensão do cuidado (expresso nas caronas e na alimentação oferecida a cada encontro) e aproximação que se criou delas em relação a mim, me dão certeza de que não fui apenas uma pesquisadora. Ser LGBT, estar nos mesmo espaços de luta e de interesse, gostar de acompanhar as mães em qualquer contexto, despertou uma identificação em mim como uma filha para elas. Tornei-me muitas vezes filha das Mães pela Diversidade, tornei-me parceira de luta, fotógrafa. Tornei-me esse “além de pesquisadora” que me fez seguir acompanhando o coletivo e estando com elas mesmo após a avaliação de que o trabalho de campo já poderia ser encerrado. Para mim, elas se tornaram além de participantes da pesquisa, família.

É com esse olhar de pessoa atravessada por diversos marcadores, com o olhar de LGBT que milita, com o olhar de psicóloga que defende a democracia e direitos humanos, com a posição que fui inscrita pelas participantes como filha, como pesquisadora em Psicologia Social, que se dá a minha construção do objeto de pesquisa e minhas análises. Estar em múltiplas posições em campo, com múltiplos olhares, me ajudou a entender o(s) diverso(s) lugar(es) ocupados pelas Mães pela Diversidade, os quais apresentarei no capítulo 3 dessa dissertação: lugar de fala, de luta e de cuidado.

2 – Trajetórias do e das Mães pela Diversidade: acontecimentos e marcadores de diferença

O coletivo Mães pela Diversidade, como já dito anteriormente, surgiu de um encontro de mulheres-mães em São Paulo no ano de 2014. Desde então, na sua trajetória de estender-se para outros estados do Brasil, muitas histórias de mulheres-mães compuseram o que hoje conhecemos por esse coletivo apoiador da luta e defesa dos direitos LGBTs. Esse capítulo se propõe a (re)compor a trajetória do coletivo no RS desde a perspectiva das participantes entrevistadas e de textos escritos e publicados pela coordenadora nacional em direção à constituição de um *nós*. A seguir, apresentarei as trajetórias de vida das entrevistadas Renata, Iara, Cleuza e Caroline situando o que as levaram até o coletivo com base nas entrevistas realizadas e nas observações de campo. Ao aprofundar tais histórias e discutir os marcadores de diferença que acontecimentalizam as trajetórias dessas mulheres, contribuimos para a construção de múltiplos olhares sobre a formação do Mães.

2.1 – Mães pela Diversidade RS: história(s) do coletivo

*“A gente sofre do mesmo mal né, do medo da agressão, do medo de perder o filho,
do medo da violência”*

“É o nosso amor que nos move mesmo, a coisa é movida pelo amor, não tem...”

Maju Giorgi, coordenadora nacional do Mães, é a maior responsável pelo registro histórico do coletivo. Publicou no facebook em 10 de novembro de 2017 e em 23 de abril de 2018 uma síntese do “estado da arte” do coletivo hoje. Segundo ela, o Mães está representado em 23 estados, sendo São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul os mais fortes. O Mães pela Diversidade é um coletivo independente, laico e suprapartidário que nasceu de “um encontro natural de mães de LGBTs do Brasil inteiro”, a partir da preocupação quanto ao avanço do fundamentalismo e a necessidade de dizer que amam e vão lutar pelos filhos. Até

hoje, como vemos nas falas citadas na abertura dessa sessão, o que as une é tanto o medo da violência, quanto o amor que transborda para além dos próprios filhos/as.

No Brasil, somam-se experiências de grupos de familiares LGBT, que se constituíram a partir de diferentes impulsionadores, mas com semelhanças no propósito de encontrar pares com vivências próximas. É o caso do primeiro grupo brasileiro que se tem registro, o GPH – Grupo de Pais de Homossexuais, uma ONG fundada em 1997, com o objetivo de acolher pais que desconfiavam ter ou que tinham filhos/as homossexuais. Através da coordenação e facilitação de mães de homossexuais, o GPH está presente em cinco estados e busca suprir a falta de um ambiente seguro e acolhedor, no qual pais e mães possam trocar informações e experiências sobre seus filhos e sobre “o difícil processo de aceitação”, conforme descrito página do grupo na internet¹⁹.

Em 2005, nasceu o Grupo Elos, visando garantir a defesa dos Direitos e Cidadania de pessoas LGBTs. Sua finalidade fundamental é a promoção do direito à liberdade da orientação sexual e da identidade de gênero das pessoas, bem como promover a prevenção e a assistência no que diz respeito à Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (HIV/AIDS) e outras Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST). Em 2008, a ONG Elos LGBT/DF foi instituída e registrada oficialmente de acordo com a legislação brasileira. Desde esse momento, a Elos segue com ações e atividades na busca por políticas públicas afirmativas e efetivas à população LGBT no âmbito do Distrito Federal e região do Entorno²⁰.

Em 2011, após a fala do deputado Jair Bolsonaro sobre preferir um filho morto a um filho gay, a *All Out* (organização global pelos direitos LGBTs), reuniu mulheres de várias partes do Brasil e lançou uma campanha com retratos e histórias de mães em diversas cidades brasileiras no Senado Federal como parte do seminário “Famílias pela Igualdade”, promovido pela Frente Parlamentar Mista pela Cidadania LGBT. As Mães pela Igualdade formaram-se a partir dessa campanha. Através dessa exposição, alertaram parlamentares, governantes e a sociedade para a crescente onda de violência contra LGBTs que têm classificado o Brasil como um dos lugares mais perigosos do mundo para essa população. Em 2012, a campanha virou um movimento nacional, quando a exposição foi realizada no Rio de Janeiro,

¹⁹ <http://www.gph.org.br/quemsomos.asp>

²⁰ <http://www.eloslgbt.org.br/p/quem-somos.html>

proporcionando o encontro dessas mulheres-mães. As reivindicações comuns a elas foram as de que seus filhos e suas filhas pudessem construir suas famílias, sem problemas com adoção de crianças, a aprovação de uma lei que criminalize a LGBTfobia e a normatização do uso do nome social pelas pessoas trans e travestis. Atualmente, o movimento agrega mães e pais do Distrito Federal e de 8 estados (Espírito Santo, Minas Gerais, Pernambuco, Rio de Janeiro, São Paulo, Santa Catarina, Paraíba e Piauí)²¹.

No final de 2016, um novo coletivo de luta por direitos da população LGBT+ nasceu na Bahia. O grupo “Famílias pela Diversidade” foi fundado após o desligamento de integrantes do movimento Mães pela Diversidade em atuação naquele estado. Com a divulgação de uma carta aberta, o novo coletivo elogiou as ações do grupo de origem e teceu algumas críticas como: falta de capacitação de seus membros; ausência de regimento interno com definição explícita e acessível a qualquer pessoa das diretrizes do coletivo; falta de apoio financeiro às ações. Além disso, o grupo Famílias pela Diversidade, diferentemente do Mães, pretende dar visibilidade, voz e caráter legítimo de representatividade a todas e todos integrantes da nova entidade, que agora é formada por filhas/os, irmãos/os, avós/ôs, netas/os, tias/os, sobrinhas/os, amigas/os e toda rede de afetos que pode ser considerada como família²².

Como vemos, apesar da formação de diferentes grupos, os motivadores são semelhantes. O objetivo inicial das Mães pela Diversidade era lutar pelos direitos civis dos filhos, mas descobriram-se um espaço de acolhimento para famílias de LGBTs. Hoje lutam contra o *bullying* escolar, a opressão, a segregação, a discriminação e a violência. Aceitam mães independente de classe social, raça, credo ou ideologia política, o que, segundo a diretiva assumida formalmente pelo grupo, permitiria o acesso de toda a sociedade sem produzir mais segregações.

O Mães pela Diversidade levanta prioritariamente três bandeiras. A primeira é a equiparação da LGBTfobia ao racismo, no sentido da equidade legislativa na punição contra o preconceito e a violência. A segunda bandeira é o casamento igualitário legalizado. E a terceira, a mais importante para elas no momento, é a afirmação sobre a existência da criança LGBT e o reconhecimento de que ela é

²¹ <http://www.geledes.org.br/maes-pela-igualdade/#gs.DkELxql>

²² <http://www.clippinglgbt.com.br/familias-pela-diversidade-um-novo-coletivo-lgbt-nasce-na-bahia/>

violentada diariamente²³. As Mães pela Diversidade têm ampla visibilidade, tanto nacional, quanto internacionalmente. Além de terem ganhado inúmeros prêmios, elas estão na Vice-Presidência do Movimento de Mães de LGBTs Latinoamericanas.

Ao considerar-se suprapartidário e laico, o coletivo deixa claro que não firma alianças com representantes de partidos políticos nem vínculos religiosos de nenhuma ordem. Segundo Gabriele dos Anjos (2002), é justamente o acesso direto a instâncias e agentes da esfera política que possibilita aos movimentos não apenas protestar, mas impor ao poder público políticas que impeçam a discriminação contra os homossexuais. A autora acredita que “não existe, ao que parece, possibilidade de permanência no espaço político sem a sustentação de representantes da política partidária, ao passo que estes últimos podem absorver completamente a representação da ‘causa’” (p. 230). Ter alguém que possa levar adiante e legislar pela causa dos movimentos e o financiamento das ações dos mesmos são motivos levantados por Anjos para que alianças partidárias sejam feitas.

Ao negar a incursão por tal caminho, a questão do financiamento aparece como intimamente relacionada. O financiamento atual das ações das Mães pela Diversidade parte “do próprio bolso” das participantes. Segundo Renata, em São Paulo, algumas participantes fazem colares, canecas, camisetas, guarda-chuvas; em eventos, esses produtos são comercializados e o valor arrecadado é direcionado para auxiliar as ações das mães. Para Maju, conforme o que publicou na rede social, e Renata, em entrevista, essa forma de arrecadação lhes confere uma certa “liberdade”, já que as coordenações estaduais têm uma certa autonomia para tentar ter dinheiro. Apesar dessa suposta liberdade, a falta de grandes financiamentos exige uma certa participação de cada mulher-mãe, seja para ir nas ações por conta própria seja para a confecção e compra dos produtos em nome da coletividade.

A questão financeira do coletivo é definida em um documento chamado “Diretrizes Coletivo Nacional Mães pela Diversidade” que Renata me entregou em mãos. Trata-se de um texto de duas páginas que apresenta o coletivo em diversos aspectos para as novas mulheres-mães que o acessam, sendo o tópico “5- Caixa \$\$\$” o qual define o que Renata afirmou acima:

²³ Estão se referindo à campanha #acriançaLGBTexiste que será explorada na sessão “3.4 – Lugar de luta: onde e como o coletivo atua”.

Cada estado fica responsável pelo seu caixa para suas despesas, que pode ser conseguido através de doações, vendas de produtos e parcerias com empresas, mas é terminantemente proibido lucro pessoal obtido em cima do nome e da logo do grupo. Se isso ocorrer a pessoa será automaticamente desligada do coletivo.

Além disso, o tópico “8- Pagamento de palestras, mesas e eventos” do mesmo documento, prevê que as atividades das mães sejam gratuitas e sem fins lucrativos, podendo receber apenas ajudas de custo. Se não há um retorno monetário sobre o trabalho voluntário feito por essas mulheres, o que as mantém ligadas ao coletivo? Além da causa da luta, podemos pensar, junto a Anjos (2008), que a militância traz retribuições não materiais que atuam como motivadores da permanência, como: reconhecimento, prestígio, admiração dos companheiros de luta, satisfações morais, e até possibilidade de controle sobre coisas e pessoas. Participar do coletivo doando seu tempo e financiando as próprias ações, não parece um preço tão caro comparado as retribuições acima e que são igualmente referidas pelas narrativas das entrevistadas.

Apesar do nome do coletivo se referir à figura feminina, em uma entrevista publicada em maio de 2018²⁴, uma Mãe pela Diversidade afirmou que esse não é um grupo só de mulheres-mães, mas também de homens-pais de pessoas LGBTI²⁵. Na introdução desse trabalho, trouxe estudos que falavam sobre coletivos liderados por mulheres e o quanto a maternidade tem destaque. A mulher, enquanto mãe e participante de um movimento, ocupa um outro lugar que não o tido como tradicional. As relações de afeto também aparecem em destaque nesses trabalhos, sendo apresentadas como motivo para a união em coletivos.

A expressão feminina na luta se aliou ao feminismo e ampliou as pautas de luta das mães. Renata aponta os avanços que percebe na sociedade relacionados à desigualdade de gênero reconhecendo, por exemplo, como ganhos importantes a possibilidade de as tomarem decisões sobre o próprio corpo, a inserção no mercado de trabalho, a escolha do parceiro ou de não ter um. Acredita, contudo, que existem pontos mais frágeis, como o fato de as funções da casa ainda ficarem com a mulher, a disparidade de salário se comparado aos homens na mesma função. Enquanto

²⁴ Matéria intitulada “Mães pela Diversidade saem do armário para enfrentar LGBTIfobia contra os filhos”, publicada em 11/05/2018 <https://nacoesunidas.org/maes-pela-diversidade-saem-do-armario-para-enfrentar-lgbtifobia-contra-os-filhos/>

²⁵ Explorarei a presença e participação masculina no tópico “3.2.2 – O lugar do pai”.

Mãe pela Diversidade, ela acredita que foi possível romper com inúmeros machismos velados do cotidiano, como as mulheres que conseguem enfrentar os maridos e dizer que a culpa não é delas pelo filho/a nascer assim. Ela atribui isso ao empoderamento que o coletivo, articulado à perspectiva feminista que o caracteriza, promovem.

O coletivo, segundo o que as entrevistadas afirmam, inclui e une gente do Brasil inteiro, pessoas que perderam o filho/a devido à homofobia, gente que já tentou o suicídio por isso, apagando as inúmeras diferenças entre uma e outra. Isso ficou registrado também no regimento oficial que o coletivo fez para se tornar uma associação. Esse documento que tive acesso na segunda entrevista inicial com a coordenadora estadual, contém itens como o Artigo 3º que expõe os objetivos da associação:

- a) Promoção da cultura, da educação, da saúde, da assistência social e do voluntariado, estimulando o respeito e a tolerância à orientação sexual e à identidade de gênero e às diferenças culturais, sociais e raciais, na criação de condições para a construção de uma cultura solidária e ética;
- b) Criar, implantar, auxiliar e executar programas, projetos e atividades de promoção das manifestações culturais e artísticas relativas à orientação sexual e identidade de gênero e às diferenças culturais, sociais e raciais.
- c) Fomentar e promover a manifestação da cultura brasileira, em suas diferentes formas de expressão, como teatro, pintura, dança, artesanato ou quaisquer outras formas, com ênfase nas iniciativas que busquem e fortaleçam o respeito ao público LGBT;
- d) Promover palestras, debates, encontros, cursos e outros eventos, com ou sem a parceria do Poder Público ou de outras instituições, públicas ou privadas, nacionais ou internacionais, sediadas no país ou no exterior, sobre temas de interesse da Associação;
- e) Estimular e desenvolver estudos e trabalhos com a finalidade de incentivar a implantação de políticas públicas nas áreas da saúde e da assistência social e outras iniciativas compatíveis com suas finalidades;
- f) Criar, implantar, auxiliar e executar programas, projetos e atividades de promoção da saúde e da assistência social, destinados à população LGBT;
- g) Firmar convênios ou acordos, com entidades governamentais ou não, públicas ou privadas, nacionais ou internacionais, que visem à consecução de seus objetivos;
- h) Criar, implantar, supervisionar e prestar consultoria em projetos de formação de lideranças para o fortalecimento de entidades e movimentos socioculturais.
- i) Promoção do voluntariado, da ética, da paz, da cidadania, dos direitos humanos e da democracia.
- j) Desenvolvimento de quaisquer outras atividades necessárias ao cumprimento dos objetivos sociais. (p. 2-3)

A intenção do Mães, expressa pelo estatuto de Associação, é ficar em São Paulo, devido ao fácil acesso por todos os estados brasileiros – que passariam a ter filiais – e por já ter lá o atual setor jurídico, o contábil e a coordenação/presidência. A

história do surgimento das filiais muda conforme cada região. No Rio Grande do Sul o coletivo começou a partir do desejo de Renata em buscar Maju num evento em São Paulo. Após essa aproximação inicial, Renata voltou para o RS já com algumas atribuições e foi recebendo novas mães interessadas em ajudá-la. Com o estatuto, as aproximações de possíveis representantes do grupo se torna criteriosa e cuidadosa, visando a continuidade do trabalho preconizado por elas.

As Mães pela Diversidade explicitam o seu trabalho principalmente pelas redes sociais. Como uma forma de dar visibilidade a isso, o coletivo tem participado de entrevistas em canais abertos e fechados de televisão. O Mães tem vivenciado um crescente aumento da procura através do *facebook* desde então. Segundo Renata, após a menção a elas na já citada novela “A força do querer”, elas passaram a receber em torno de cem novas mensagens por dia, tendo as mais diversas demandas, entre elas relatos de intenso sofrimento familiar, ideação suicida de mães que não aceitam seus filhos, “de gente que diz assim ‘ai, não sei o que fiz de errado’, [...] de casamento que acaba”.

Os perfis de quem procura o coletivo são os mais diversos. Tem quem o busque com demandas de sofrimento, e tem quem o busque com objetivo de compor politicamente com ele. Como explica Renata:

são estágios diferentes, Cris. Uma coisa é aquela pessoa que tá sofrendo e só quer tá junto com outras mães, saber outras histórias, começar a parar de sofrer. Ou aquela que já chega e quer se pintar o arco íris inteiro pra gritar. [...] não necessariamente todos vão passar por todos, mas no mínimo as pessoas já se sentem mais seguras, menos sozinhas, sabem que não tão passando por uma situação que não é só delas, que outros também tem.

O atendimento inicial das novas mulheres-mães que buscam o coletivo fica a cargo das referências de cada região. Renata não gosta de participar desse atendimento inicial que chama de “acolhimento” pois não tem paciência para quem não aceita os/as filhos/as: “vai fazer o que? Mandar de volta? Tu és a mãe, tem que amar do jeito que ele é!”. Iara, Cleuza e Caroline dizem que fazem uma abordagem pelo *whatsapp* quando as mães novas são incluídas. Essa recepção afetiva quem tem como base a própria vivência enquanto familiar de LGBT, vai ao encontro do que Arosi (2013) demonstrou em seu artigo sobre familiares de vítimas de violência de Estado. Ao acontecer um novo caso, os familiares dos casos mais antigos vão ao encontro dos familiares do novo caso como forma de acolhimento e orientação. É desde a primeira conversa com as representantes pelo coletivo que as novas

participantes têm contato com o chamado “mito do amor materno” (ELIZABETH BADINTER, 1998); é por essa via naturalizada do amor incondicional que as Mães pela Diversidade atuam micropoliticamente.

O acolhimento, a participação em assembleias, organizações de eventos, falas em público, são algumas das ações do coletivo. Há uma tentativa de coordenação para que as atividades sejam distribuídas democraticamente, assim nenhuma mulher ficaria sobrecarregada: “nem sempre a gente tá disponível né. Enfim, a luta não pode parar”, nas palavras de Renata. A distribuição das ações e tarefas que aparecem para as Mães se dá por meio de votação. Renata reconhece que existe muita vaidade de algumas pessoas no sentido de querer aparecer, de ter mais destaque que as outras. Para ela, o objetivo de todas deve ser o de fazer o coletivo aparecer, sem o destaque de individualidades. Para Caroline, “tu dizer que faz parte de um grupo e não ser ativo, então tu não faz parte daquele grupo, tu só tá lá. E eu tive tanto apoio quando eu entrei que seria ingratitude, descortês da minha parte não me disponibilizar quando eu estou disponível né”. Durante as entrevistas, fiquei sabendo da existência de um grupo paralelo chamado “Mães pela Diversidade Trans”, no qual Cleuza e Caroline são ativas. Para Cleuza, esse grupo é mais representativo e, por isso, dedica-se mais às atividades desse do que do geral.

Essa dedicação é comum a outros movimentos, como aponta D'Ávila (2016), que afirma que “ir às reuniões somente não bastava para que se sentissem efetivamente participando do programa. Há, além disso, uma necessidade de sentimento de inclusão”, que no coletivo em questão se manifesta no dispor seu tempo e ajudar financeiramente as ações de outras participantes.

Se intitular uma Mãe pela Diversidade, além de ter apoio para sua situação pessoal e ganhar força para lutar por/com outros LGBTs, serve para, segundo Cleuza: “que mais mães conheçam e venham com a gente. Esse movimento de mães acaba atingindo toda a sociedade, né. Em cada lugar que a gente vai e a gente fala, a gente planta uma sementinha lá para as pessoas pensarem ‘a é, eles são normais’”. Dessa forma, entendo que o coletivo se propõe a recusar o individualismo naturalizado no nosso cotidiano, gerando espaços potenciais para a circulação das invenções microssociais de novas formas de vida (D'ÁVILA, 2016), e de ser mulher e mãe.

2.2 – As participantes da pesquisa

Foram entrevistadas quatro representantes do coletivo Mães pela Diversidade no período de janeiro a abril de 2018. O critério de inclusão foi apenas qual delas desejasse participar da pesquisa após um convite lançado pela coordenadora do coletivo, incluindo ela própria. A partir do aceite, passei a acompanhá-las e observá-las em ações do coletivo e nas redes sociais com objetivo de vivenciar o mais próximo possível suas vidas. As trajetórias foram conduzidas a partir da ideia de acontecimento e serão apresentadas conforme elaborações das narrativas através desse pressuposto teórico, tendo como foco os elementos que marcaram cada trajetória em direção à conformação de uma identidade política.

2.2.1 – Renata

“Renata já escutou vários jovens dizerem ‘como eu queria que tu fosse a minha mãe’. Senti vontade de concordar, isso que era apenas a primeira vez que a via”

(Trecho retirado do diário de campo)

Desci do ônibus em um bairro da zona norte de POA, próximo à minha residência. Enquanto procurava pelo número da casa que Renata havia me indicado, ouvi um grito me chamando de uma das casas, a qual tinha o número escondido por um pé de manjerição. Era uma casa diferente das demais: o que parecia de antiga, parecia de alegre, devido ao grande número de plantas que possuía. O grito era de Renata, que surgiu das plantas sorrindo e foi até o portão me receber.

A sala ficava à esquerda da porta de entrada. Grande, com muitos móveis, cores, objetos que aparentavam lembranças de viagens, tudo disposto em uma mistura de estilo rústico com moderno. A casa reflete o estilo expansivo e aconchegante de Renata, uma mulher branca, na época de cabelo curto pintado de loiro e que vestia uma roupa soltinha e fresca naquela tarde de verão. Aos 45 anos de idade, identifica-se como pertencente à classe média.

Renata fez o possível para que eu me sentisse à vontade em sua residência: preparou uma jarra com água saborizada e um bolo de maçã que comemos durante

a entrevista. Apresentou-me aos outros membros da casa que ali estavam: uma gata, um cachorro e sua filha Flora. Após inúmeras interpelações de sua mãe, Flora saiu de uma porta que ficava à direita da sala para nos encontrar. Fomos apresentadas e logo notei que ela era tímida, pois, assim que pode, voltou para a atividade que estava fazendo nesse outro ambiente.

O marido de Renata mora na residência também, mas, naquela tarde, estava trabalhando. O fato de estar desempregada naquele momento era uma fonte de desconforto para ela, pois isso afetava, segundo ela, sua autoestima para liderar o movimento das mães no RS. Além disso, falar da própria trajetória de vida quando sempre se é interpelada a falar da situação das pessoas LGBTs enquanto coordenadora estadual do coletivo, deixou Renata mais pensativa do que em outros momentos que a encontrei.

Apesar desse momento inicial mais “desajeitado”, Renata me conta sobre sua família. Seu pai e sua mãe estão casados há 55 anos, ela tem uma irmã sete anos mais velha e duas sobrinhas com idades próximas a de Flora, que tem 24 anos. Sua família é originária de Rio Grande, uma cidade da região sul do RS. Ela se considera agnóstica, apesar de a família a ter levado para a religião católica na infância. Ter rompido com essa expectativa fez com que ela não batizasse Flora: “foi uma luta, uma conquista muito importante para mim, inclusive, contra toda a família, e eu venci”. Ela me conta isso com um riso feliz.

Quando falou sobre outras possibilidades que teve na vida, a expressão mudou para: “a vida nunca deu folga pra nós, entendeu?”, como um desabafo. “Era sempre essa coisa, muitos desafios. Eu fui mãe muito jovem, minha vida profissional foi um turbilhão, aí engatou a vida profissional e o casamento desandou”. Renata conta que se separou do pai de Flora quando ela tinha nove anos. Renata tem ensino superior, é geógrafa, mas já teve diferentes ocupações, como secretária, a exemplo do seu último emprego. Mesmo sem que eu a questionasse, logo justificou que não fez pós-graduação “porque escolhi ser mãe da Flora, nunca deu tempo”, como se eu tivesse uma expectativa de que ela teria essa formação. Renata, em função dos trabalhos, já morou na Bahia, Rio de Janeiro, São Paulo, sempre levando consigo a pequena Flora. As mudanças de cidade e estado, a gravidez anterior ao casamento, bem como a separação, foram situações que marcaram Renata como uma pessoa diferente do restante da família.

O próprio ser mãe foi algo que modificou sua vida e seus planos. Quando engravidou, foi-lhe dada a opção de interromper a gravidez. Não interromper foi um ato de rebeldia e que lhe deu quase total responsabilidade sobre Flora: “eu que engravidei, eu que queria, eu que tomasse conta, eu que me virasse, eu que fizesse tudo pra coisa acontecer. E desde então eu fiz”. A saída do armário de Flora enquanto lésbica, aos 14 anos, foi mais uma situação que ela precisou enfrentar sozinha. Como a responsabilidade pela criação de Flora era majoritariamente dela, Renata sentiu que deveria vivenciar a situação sozinha também, mas sempre vendo o lado positivo do que fugia dos seus planos: “e esse privilégio de ser mãe da Flora me torna uma pessoa melhor. Me tornou uma pessoa mais diversa, mais plural, menos preconceituosa”.

Quanto à aproximação com o coletivo das Mães pela Diversidade, Renata reconhece que, no Rio Grande do Sul, a história se iniciou com ela. Uma amiga da sua filha foi expulsa de casa aos 16 anos ao contar para a família que namorava uma menina. Segundo Renata, a menina vinha de classe média, com muitos privilégios e pensar no sofrimento da menina fez com que ela se engajasse enquanto uma defensora das pessoas LGBTQs que não têm o acolhimento de ninguém da família. Em função de uma amiga e de outra, Renata foi procurar na internet livros para ler, grupos que existiam, e viu os vídeos das Mães pela Diversidade no *youtube*. Após essa descoberta, foi até São Paulo em busca de Maju, no final do ano de 2014. Na metade do ano de 2015, aconteceu a Parada de São Paulo. Ali, Renata conheceu um representante de uma entidade dos movimentos sociais de POA que a inseriu na organização da parada de POA, a qual ocorreu no final do mesmo ano. Nessa parada, um marco para as Mães pela Diversidade RS, participaram Renata, Iara e outra mãe, as fundadoras do coletivo no Estado.

Sobre esse início do coletivo, que se deu pelo desejo de Renata, ela afirma, com olhos marejados e voz tremida de emoção: “a coisa toda saiu da minha cabeça. [...] eu consegui uma coisa tão brilhante, eu tenho que ficar orgulhosa de mim! Porque não tinha nada! [...] e isso veio preencher uma parte do melhor de mim”.

Renata é uma pessoa com muitos ideais e muita flexibilidade. Em um dos encontros que tivemos, ela me contou, por exemplo, que já foi vegetariana, mas que deixou de ser por achar que não faria diferença no mundo. Ao contrário disso, ao lutar pelos filhxs LGBTQs, ela acredita que faz a diferença, que qualquer pessoa a

mais soma e pode mudar. Noto o político imbricado em sua vida, sendo usado o tempo todo para uma releitura politizada da sua própria história. Renata é muito afetiva. Foi cuidadosa e empática comigo o tempo todo, dos momentos de imersão em campo às entrevistas, do acolhimento em sua casa até o presente de aniversário que me deu durante a segunda entrevista, e nas conversas pelo *whatsapp* após o processo de pesquisa.

2.2.2 – Iara

“Iara me mostrou fotos no celular da sua ‘criança viada’, orgulhosa. A criança fazia de ‘cabelo’ as mangas compridas de uma blusa. Depois, puxou um jornal daquele dia em que seu filho estava na capa ensinando a fazer maquiagem de drag queen”
(trecho retirado do diário de campo)

Iara residia em Charqueadas, cidade localizada na zona carbonífera do Estado do RS, cerca de uma hora de viagem da capital. Combinamos a entrevista para um horário de intervalo entre os trabalhos dela: pela manhã, como assistente social em um CRAS da cidade vizinha, e à noite, como professora em um EJA de Charqueadas. Ela escolheu uma confeitaria próxima à rodoviária da cidade, local onde me buscou de carro no horário combinado. Ela vestia uma roupa fresca de verão e vários acessórios com referência à bandeira LGBT: anel, brincos e óculos escuros com armação de arco-íris, demarcando, para qualquer pessoa que a visse, uma afinidade com o tema da diversidade sexual e de gênero. Iara tem 49 anos, cabelo crespo, colorido de roxo. Ela passa um ar jovial e bem-humorado, apesar do cansaço de trabalhar em dois empregos para manter o nível de vida desejado.

Iara não se envergonha de falar sobre o filho Jean em todos os espaços que ocupa, pelo contrário, orgulha-se dele e de sua história de vida. Ela me contou que faz seis anos que ele foi morar na capital, em função da faculdade. Quando Jean foi à POA, ela não dormia e chorava todas as noites, pois tinha – e ainda tem – medo da violência homofóbica. Com lágrimas nos olhos, narrou as inúmeras violências que seu filho sofreu desde a infância por ser “afeminado”, situações que, segundo ela, moldaram a mãe preocupada e militante que é hoje. O período que Jean, 24 anos, está em POA, coincide com seu tempo de relacionamento com Luan, 25 anos.

O tempo de convivência de Lara com o casal faz com que ambos sejam tratados como filhos por ela. Por vezes, ela até mistura os dois chamando, sem querer, de “Lean”.

A mudança de Jean, bem como o falecimento de seu pai, impulsionou Lara a morar com sua mãe, professora aposentada, pois sentia-se muito sozinha. A família de Lara “é muito diferente” e, como ela diz: “sempre foi mais *pra frente*”. Durante a entrevista, contou-me histórias de parentes feministas e que a ensinaram a respeitar a diversidade; falou, inclusive, sobre uma tia lésbica que não sofreu preconceito no contexto familiar, mesmo saindo do armário em tempos mais antigos. Lara tem uma irmã e um sobrinho de 18 anos e inclui toda a família na luta pelo direito e proteção ao filho, chamando, por exemplo, sua mãe de “vó pela diversidade”, a irmã de “tia pela diversidade”, “madrinha pela diversidade”, e assim sucessivamente. A família, representada por mulheres, a apoia tanto que, sempre que possível, todas vão aos shows feitos por Jean, sendo que até Lara já fez uma performance artística junto ao filho, dublando e interpretando a música “Como os nossos pais”, de Elis Regina. Lara fez teatro por algum tempo, mas havia se “aposentado” disso anos antes desse “retorno aos palcos” com Jean.

Lara separou-se do pai de Jean em seu aniversário de um ano. Desde então, refere que não sabe se é divorciada ou viúva. Acredita que, devido a esse afastamento, o pai de Jean não saiba da sexualidade do filho, assim como não participa de outros aspectos de sua vida. Na criação de Jean, ela diz sempre ter considerado a possibilidade de o filho ser gay e que isso era tranquilo para ela. Atribui essa naturalidade com que trata a questão a ter convivido no meio artístico desde muito jovem e com pessoas LGBTs. Como a possível sexualidade da sua “criança viada” não era uma questão, seu único desejo para ele era que “tivesse que superar eu e o pai dele”, no sentido de escolher uma trajetória de vida que envolvesse estudos e trabalho sem grandes dificuldades como as que ela e o ex-marido passaram.

A partir desse preâmbulo, ela me conta sua história de vida. Aos 18 anos, não queria seguir os estudos universitários. Queria “trabalhar e fazer festa”:

E aí eu só fui estudar depois do Jean ter 3 anos de idade, e foi muito difícil porque eu já trabalhava, eu estudei na PUC de manhã e trabalhava de tarde, bem complicado. E morando aqui, indo de ônibus todo dia, as vezes duas vezes por dia, quando eu tinha aula de manhã de noite, porque eu

tinha que vir para trabalhar de tarde e voltar para a aula da noite. E ele era pequenininho, quase um bebê com 3 anos.

O que ela coloca como uma dificuldade não desejada para Jean é a sobreposição das rotinas de trabalho, de estudo e de responsabilidades familiares, fazendo o possível para que ele não precise viver o mesmo.

Podemos dizer que uma dificuldade que lara tem hoje é a de definir sua sexualidade: teve um relacionamento duradouro com uma mulher após a separação do pai de Jean, e outros, breves, com homens e mulheres, mas há cerca de 20 anos não tem um “relacionamento sério” com ninguém. Se não fosse questionada, lara não me falaria sobre essas experiências. Apesar da entrevista ser sobre ela, suas narrativas pareceram centradas em sua relação com Jean, quase como se, ao narrar de si, a maternidade aparecesse em primeiro lugar quando comparada à sua história individual para além dessa experiência. A dificuldade em se colocar em alguma categoria também aparece quando pergunto sua raça/etnia: “tu só me faz pergunta difícil!”, ela brincou. Isso deixa lara em dúvida, pois é descendente de espanhóis, portugueses, e o que sua avó chamava de “bugre”, uma mistura de negro com índio, segundo ela. Prefere se identificar enquanto “etnia brasileira”.

Na confeitaria que a entrevistei, justificou que não me recebeu em casa devido à bagunça de uma reforma. Mesmo assim, acabou me convidando para conhecer sua residência ao final da tarde. Fomos passando pelo bairro arborizado e ela foi me contando histórias que já tinha vivido por ali, apontando as escolas em que Jean estudou e também onde sofreu violência, os lugares em que ele brincava, etc. Basicamente, ela me mostrou uma cidade marcada pela trajetória de vida dos dois, mãe e filho.

Ao chegar, deparei-me com uma casa laranja. A porta de entrada estava aberta e era protegida por um pergolado de madeira com plantas floridas rosas. Ali dentro estavam dois cachorros, duas gatas e sua mãe. Ela me levou para conhecer os fundos, onde tem uma piscina e um muro pintado com as cores do arco-íris – é a parte da casa que mais sentia orgulho, pois ela mesma o fez. Ao voltar para a sala, em cima da mesa de vidro grande, repousava um álbum vermelho de fotos: eram as fotos de quando ela, o filho e o genro tinham ido à São Francisco (EUA) no ano anterior.

lara foi uma das primeiras mulheres-mães a integrar o coletivo no RS. Em 2014 ou 2015, ela estava revoltada com uma agressão sofrida por Jean na rua, em

Porto Alegre. Ela fez uma publicação no *facebook* com o intuito de desabafar e falar sobre o desejo de proteção que tinha pelo filho e outros LGBTs, além da vontade de fazer as mães entenderem seus filhos, “perceberem que não é uma opção, eles nasceram assim; que a gente tem que amar, respeitar e proteger”. Com isso, conheceu uma pessoa que se tornou sua amiga, quem, mais tarde, conheceu e apresentou o coletivo para Lara. Seu primeiro contato foi com Maju, via *facebook*. Depois, começou a pesquisar, ver as postagens do grupo, conhecer e conversar com algumas mães, e percebeu que a sua angústia “era a mesma de todas as outras mães”. Conheceu e se aliou a Renata. Sua entrada foi “meio que por acaso, mas buscando alguma coisa, né”, segundo sua própria percepção.

Ver as fotos do álbum e ouvir as histórias de cada uma delas, bem como conhecer a cidade de Lara, foi importante para desenvolvermos uma relação mais próxima. Ela optou por me levar até a rodoviária de Charqueadas e aguardar o ônibus comigo, mostrando-se afetiva e preocupada. Depois disso, mantivemos contato pelo *whatsapp* e *facebook*, além dos encontros em outros contextos de militância.

2.2.3 – Cleuza

“Eu e a amiga de Diego ficamos sozinhas um momento. Ela, com brilho no olhar, me disse: ‘eles são maravilhosos né?’, como se fosse um exemplo de relação familiar”

(Trecho retirado de diário de campo)

Cleuza reside em Cachoeirinha, cidade da região metropolitana de POA. Fui até lá de ônibus, conforme as orientações que ela havia me passado via *facebook*, numa sexta-feira à tarde. Desci no local que ela me indicou e me buscou de carro. Cleuza vestia uma saia longa jeans e uma regata estampada, unidas por um cinto largo marrom. A combinação de sua roupa com o cabelo recém pintado de vermelho, a tornava uma pessoa chamativa. Cleuza é uma mulher branca, tem 49 anos, é funcionária pública do município onde trabalha como secretária de uma escola infantil. Além do trabalho e dos cuidados da casa, Cleuza cursa Psicologia numa faculdade perto da sua casa, e estava em período de estágios.

Cleuza e Diego moravam em um apartamento que ficava no terceiro andar de um prédio sem elevador. Sua casa era colorida, mas a cor predominante era amarela, confortável, cheia de plantas e com uma cadela de tamanho médio. À direita da entrada, havia um sofá de canto e um corredor indicando dois quartos e o banheiro. Diego e uma amiga estavam no sofá e a reação dele quando entrei no apartamento foi a de colocar as mãos cruzadas sobre o peito. Nós já nos conhecíamos de espaços de luta em que mãe e filho estavam juntos. Ali, ele estava com uma bermuda, unha pintada de rosa, cabelo loiro comprido e barba. Cleuza havia me dito que Diego estaria em casa durante a entrevista, então convidei-o para participar também, mas não aceitou – apesar de ter feito intervenções na fala da mãe várias vezes. Eu e ela sentamos à mesa: eu de costas para o sofá e Cleuza de frente; isso facilitava o pedido de confirmação para Diego sobre o que dizia para mim.

Ela citou, durante a entrevista, que possui irmãs e a mãe idosa, com origem de Cachoeirinha mesmo. Porém, quando perguntei diretamente sobre sua família, ela afirmou que a mesma era composta pelos filhos: a mais velha (30 anos), definida por Cleuza como de perfil conservador; o filho do meio (idade não especificada), com o qual ela consegue sair para festas e conversar sobre política, mas não sobre religião, já que ela se identifica como espírita e ele como ateu; e Diego (18 anos), com o qual apenas recentemente começou a manter uma relação harmônica. Ela teve a primeira filha com 18 para 19 anos, pois era casada e isso era o que esperavam para a sua vida naquela época. Ela foi uma mãe rígida, que criou os dois primeiros filhos “no cabresto, tipo ditadora”. Com Diego, ela não conseguia: ele contestava suas ordens, sendo marcado como diferente desde novo. Isso fazia com que os dois brigassem, definindo a relação como “complicada”.

A harmonia entre os dois começou a partir da enunciação de Diego de que queria ser uma mulher, há pouco mais de um ano. Ela, desde então, o chama de trans e isso fez com que os dois se aproximassem para entender o processo que ele estava passando e lutarem juntos pelos direitos dele. Cleuza, por um tempo, achou que seu filho pudesse ser gay ou bissexual (como ela) e isso não causava impacto em sua vida: “ser gay pra mim é natural, não me movimentaria pra procurar um coletivo e entrar numa luta política, como me movimentou a questão trans”, tida por ela como mais desafiadora. Diego está passando por um processo de entender como seu gênero e sua sexualidade estão se constituindo e prefere ser identificado

no masculino. Porém, o fato de enunciar seu desejo para Cleuza, já concedeu uma permissão para que ela o marcasse com uma identidade trans e buscasse o coletivo das mães. Ela o chama de “guri trans” e “filho trans”, mesmo que a definição de mulher transexual ainda não esteja consolidada por Diego. Cleuza constituiu uma rede de apoio em torno dela para lidar com os desafios da maternidade de uma pessoa trans, dentre eles, líderes de coletivos LGBTs e um psicólogo:

eu tenho um apoio muito grande lá na minha escola que eu trabalho, as minhas colegas realmente me apoiam. Se eu chego e elas veem que eu não estou bem, elas me abraçam sabe? E na faculdade também, minhas colegas são excepcionais. E aí a gente vai fazendo amigos pelo caminho né [...] Eu me sinto hoje privilegiada, porque eu tenho muita informação e muito apoio.

A inscrição de Cleuza no mundo LGBT iniciou após o fim de um casamento de 23 anos: “quando eu me separei, eu me dei permissão para fazer o que eu quisesse, para fazer experimentações”. Ela contou que, no início, não gostou de ficar com mulheres, mas, depois, foi se sentindo mais à vontade e, hoje, tem a possibilidade de ter uma namorada. Cleuza não esconde sua sexualidade e sua vida de ninguém e, além disso, tem uma teoria de que todas as pessoas são bissexuais, algumas apenas ainda não assumiram. Conta que quem a ajudou a encontrar pessoas por um aplicativo de relacionamentos foi Diego. Segundo ela, exceto sua filha mais velha, o restante da família é tranquilo com sua orientação sexual.

Para Cleuza, o conhecimento do coletivo se deu a partir de uma necessidade de apoio que teve. Um dia após Diego falar sobre seu desejo de se tornar mulher, Cleuza buscou uma livraria e, ali, leu histórias em livros de pessoas trans. Uma trabalhadora do local se solidarizou com o choro de Cleuza e passou o telefone da ONG SOMOS. Ao fazer contato e ser acolhida pela ONG, a entidade indicou que ela procurasse as Mães pela Diversidade, que, naquele momento, era contatada através do telefone de Renata. “Foi tudo muito rápido. Eu vou te dizer que em 15 dias eu já era uma Mãe pela Diversidade, estava muito engajada, sabe? Estava muito feliz, tranquila, ‘ok, vai dar tudo certo’”. Ela reflete que estava em um momento de buscar muita informação, quase como uma tentativa de negar o que acontecia. Ao se dar conta do luto e do sofrimento que estava vivendo, utilizou mais ainda do Mães: “quando a coordenadora do SOMOS me disse ‘um apoio para as mães’, eu pensei ‘um apoio de como lidar com’, para aprender. Eu percebi que era um apoio também para mim, quando eu fui na primeira reunião”. Cleuza disse que entrou no Mães em

setembro ou outubro de 2016, mas foi na Parada de Luta²⁶ de julho de 2017 que percebeu algo diferente: “quando vi aquele monte de gente, eu senti, eu sou uma Mãe pela Diversidade. [...] Eu desci do caminhão e disse pro Diego: “independente do que acontecer contigo, eu sou uma Mãe pela Diversidade, porque essas pessoas precisam da gente”.

Ao final da entrevista, Cleuza preparou um café da tarde para todos nós. Foi um momento descontraído em que Diego se sentiu mais à vontade para falar comigo, apesar de ainda estar tímido. Eles me mostraram as fotos que tinham nos quadros da sala: dos filhos de Cleuza e das viagens que fizeram.

Cleuza é uma mulher com vida social ativa e bem intelectualizada. Tem críticas sobre os privilégios que possui por ser branca e pertencer à classe média. Ela se emocionou várias vezes contando sua trajetória de luta com Diego, não aparentando o prévio afastamento que contou. Como estava preocupada com a minha segurança e meu bem-estar no retorno para casa ao final da entrevista – já eram quase 19 horas –, aproveitou que ia à POA e me deu carona até a porta de casa, conversando sobre as possibilidades de atuação na psicologia, sua nova formação acadêmica, e agradecendo muito pela entrevista.

2.2.4 – Caroline

“Fico muito feliz em participar de um projeto que vai espalhar amor”.

(mensagem enviada pelo *whatsapp* por Caroline ao combinarmos sua entrevista)

Ao saber da pesquisa, quando me conheceu, Caroline se prontificou a conversar comigo. Não tínhamos nenhuma relação anterior, nem referências uma da outra. Surpreendeu-me ela ser tão solícita e disponível. Caroline, o companheiro Frederico e o filho Niko moravam na Zona sul de POA. Peguei dois ônibus até chegar à frente do seu prédio. Eram vários blocos com uma única entrada vigiada por um porteiro. Ao não funcionar o interfone, o porteiro dirigiu-se à frente de um dos prédios e começou a gritar: “Carolina! Carolina!”, para um apartamento com janelas

²⁶ Trata-se de um evento diferente da Parada Livre que será explicado no último capítulo desse trabalho.

teladas. Caroline autorizou minha subida. Entrei no apartamento por uma sala de dois ambientes: de um lado, um sofá e uma estante com televisão grande; e, de outro, uma mesa de jantar com seis cadeiras, decorada com um vasinho de flores, e uma parede com vários quadrinhos de super-heróis e frases engraçadas. Ela me esperava com bolo de laranja e suco de melão veganos, o que corresponde ao seu estilo de vida.

Caroline usava um vestido de caveiras escuro, soltinho, estava com o cabelo colorido e bem maquiada. Caroline é a mais jovem das mães entrevistadas, tem 29 anos e mostra um gosto por roupas pretas que contrastam com as tatuagens coloridas que estampa nos braços. Uma das tatuagens, no ombro/peito direito, me chama a atenção: um gato de cores vibrantes com o nome de registro de seu filho escrito abaixo. Caroline me apresentou seus dois gatos, seu marido Frederico, de 32 anos, e seu filho Niko, de 12 anos, que logo saiu para brincar. Frederico é branco e trabalha como psicólogo. Já Caroline é técnica em biblioteconomia desempregada e não consegue precisar qual sua raça/etnia, pois tem origens muito misturadas. Segundo ela, tem mistura de índio, negro e turco, como “um cinza no meio do preto e do branco”.

Sentei em uma das pontas da mesa, Caroline mais próxima a mim e Frederico ao seu lado. Fiquei um pouco desconcertada com a presença dele à mesa, perguntei se ele queria participar da entrevista e ele respondeu que sim. Eu havia levado só um TCLE em duas vias, pensando que entrevistaria apenas Caroline. Frederico é padrasto de Niko há cerca de dois anos, e disse não participar do Mães pela Diversidade. Caroline, sobre isso, afirmou que “se o pai, que é pai, não participa...”, como se o coletivo não abrangesse essa relação padrasto-enteado.

“Eu sempre fui um ponto fora da reta, isso é fato”, afirmou Caroline sobre sua história de vida. Ela percebeu que não era heterossexual já criança, quando se sentia atraída pelas colegas de dança, mas aprendeu que isso era pecado devido à sua criação na religião das Testemunhas de Jeová. Ela se identificava enquanto bissexual, até iniciar um relacionamento com o pai de Niko, com quem ficou por 15 anos. No término do relacionamento, Caroline passou a não se interessar por homens, identificando-se como lésbica a partir daí. Sua sexualidade é fluida e transformou-se ao longo da sua vida. Hoje, ela se identifica como pansexual e não-monogâmica. Para ela, “a partir do momento que eu gostar daquela pessoa, não faz

a mínima diferença como ela se identifica. A partir do momento que ela me atraiu, para mim serve”.

Assim como a sexualidade, sua religião também foi fluida. Hoje se diz ateia, após passar por várias religiões no intuito de entender a necessidade das pessoas terem alguma crença. Foi espírita, evangélica, hare krishna, católica.

Caroline engravidou aos 16 anos e ganhou o bebê, que foi designado como menina ao nascimento, com 17. A única expectativa que colocou no filho foi, segundo ela, de que ele fosse feliz. Ela não se importava com o gênero ou a orientação sexual desde que isso acontecesse. Assim, quando ele anunciou, com 11 anos, que se sentia um menino, Caroline reagiu de forma muito natural, como se já esperasse. Hoje, um ano depois, ela afirma que: “eu não enxergo um filho trans, eu não enxergo um filho gay... eu enxergo o meu filho, que foi a pessoa que eu dei a vida e criei e tento criar da melhor maneira possível”.

Caroline vê o filho ser marcado como diferente e percebe que isso também a coloca enquanto diferença: “tu viras ponto de referência” e “tipo *Wikipedia*²⁷”, se referindo a expectativa que as pessoas têm de que ela explique a condição do filho e as ensine sobre o assunto. Caroline é muito questionadora das normas e naturalizações sociais, aparentando ser uma pessoa brava em alguns momentos. Ela não foi sempre assim, relatou que ficou mais incisiva nas decisões e opiniões quando sua mãe disse a ela que o maior arrependimento da sua vida é de não ter criado os filhos, no sentido de que ela ouvia a opinião de outras pessoas e criava os filhos conforme o que diziam para agradar, ao invés de como ela acreditava que deveria ser. Caroline não queria seguir o mesmo caminho e rompeu com essa lógica, criando e educando Niko sem se importar com o que falavam para ela.

Em relação à sua família, Caroline economizou palavras. Sua mãe faleceu recentemente em decorrência de Alzheimer, e o seu pai foi quem a colocou para fora de casa aos 18 anos por ela ter uma namorada que a família não gostava; ainda mantém algum contato telefônico com ele. Também estava afastada dos irmãos e irmãs consanguíneos, sobre os quais afirma: “lá em casa a gente não teve uma família, a gente teve pessoas com o mesmo sangue morando junto”. Quem ela chama de família são os amigos: “a família que eu escolhi”. Na sua família

²⁷ Site que se identifica como um projeto de enciclopédia colaborativa, universal e multilíngue, que fornece conteúdo livre e gratuito sobre os temas pesquisados online.

escolhida, tem gays, lésbicas, pansexuais, familiares de outras crianças trans. É onde ela se sente incluída e apoiada. A família de Frederico também é uma referência para ela de pessoas respeitadas com ela e com Niko. Costumam visitá-la aos fins de semana, encontrando tias, irmão, avó e pais do companheiro.

Caroline se considera uma Mãe pela Diversidade “desde que o Niko nasceu”. Ela contou que desde muito pequeno ele desafiou os padrões impostos para alguém que “nasce biologicamente menina”. Caroline, ao contrário das outras mães, conhecia o coletivo antes de seu filho sair do armário: “eu já conhecia o Mães pela Diversidade, eu seguia a página no *facebook*, no *instagram*, essas coisas assim, sabia do trabalho delas, tanto que uma das primeiras coisas que eu fiz quando de fato o Niko se assumiu, foi entrar”. Ela entrou pela necessidade de ter mais informações sobre como proceder a partir daquele momento para respeitar e efetivar a identidade de gênero do filho. Caroline disse que sempre foi alguém que gostou de difundir informações e, por isso, não só entrou no grupo para ter apoio, mas entrou “metendo o pé na porta” pois queria fazer algo a mais ali.

Ao final da entrevista, segui contato com Caroline via *whatsapp* e *facebook*. Percebi que os contatos posteriores nas atividades do Mães que acompanhei, fortaleceram o vínculo que iniciamos na entrevista.

2.3 – Diálogos interseccionais

A noção de interseccionalidade foi cunhada pela feminista negra Kimberlé Crenshaw, tendo como propósito incluir questões raciais nos debates sobre gênero e direitos humanos, bem como questões de gênero nos debates sobre raça e direitos humanos. A interseccionalidade sugere que pensemos as pessoas compostas por diversos marcadores sociais que se articulam nas trajetórias dessas e as tornam singulares. Isso implica em pensar as diferenças dentro da diferença, configurando-se como um desafio constante para os estudos (CRENSHAW, 2004). Discutir a interseccionalidade não se trata de definir, de antemão, um marcador como o mais importante na experiência do sujeito, mas de explicitar os arranjos complexos entre distintos marcadores – como gênero, raça, sexualidade, classe, religião, geração, entre outros – que vão se construindo nas trajetórias de vida de cada pessoa (D'ÁVILA, 2016). Tais marcadores de diferença não podem ser

tratados como apenas “variáveis” independentes entre si. Um está inscrito no outro, o constitui e modifica.

Dessa forma, a partir de Laclau e Mouffe, Brah (2006) traz a noção de articulação como inerente à interseccionalidade. A articulação é uma prática que transcende a simples soma de duas ou mais entidades, “é um movimento transformador de configurações relacionais” (p. 353). Outro ponto importante da articulação é que ela deve ser analisada como construída a partir de relações historicamente contingentes e específicas a determinado contexto, e não como algo geral, estável e a-histórico (BRAH, 2006).

Nesse contexto teórico, o projeto de dissertação previa entrevistar e acompanhar etnograficamente famílias atravessadas por diferentes marcadores, sobretudo raça, classe e localização geográfica (contexto rural e urbano, cidades de diferentes portes). O objetivo era justamente o de explorar analiticamente as articulações entre tais elementos nas trajetórias que levaram as mulheres-mães até o coletivo. Ao inserir-me no campo, por sua vez, percebi uma certa homogeneidade nos marcadores dessas mulheres-mães que compunham o coletivo, sendo inclusive motivo de reflexões entre elas quando apontei, por exemplo, a ausência de mulheres negras.

Renata entendeu que a discussão sobre interseccionalidades estava relacionada a pensar privilégios, e “não se trata de não ter privilégios ou se desfazer deles, mas ser empático e reconhecer eles quando se fala com outras pessoas”. Tal homogeneidade está apresentada no Quadro 1 em seguida de uma discussão mais aprofundada sobre a questão. Abaixo, sintetizei as características das entrevistadas à época da pesquisa de campo (todas a partir de auto declaração):

Quadro 1: Características das Mães pela Diversidade entrevistadas

	Raça/etnia	Identidade de gênero	Orientação sexual	Classe	Escolaridade	Ocupação	Geração	Religião	Região de moradia
Renata	Branca	Mulher cis	Heterossexual	Média	Ensino superior	Desempregada ²⁸	Anos 70	Agnóstica	Capital
Iara	Brasileira	Mulher cis	Não definida	Média	Ensino superior	Servidora pública	Anos 60/70	Espírita	Interior
Cleuza	Branca	Mulher cis	Bissexual	Média	Ensino superior	Servidora pública	Anos 60/70	Espírita	Metropolitana
Caroline	Não definida	Mulher cis	Panssexual	Média	Ensino superior	Desempregada	Anos 80/90	Ateia	Capital

Freitas (2002), quando analisa a formação do grupo das “Mães de Acari”, acredita que conhecer o dia-a-dia, os hábitos, a cultura, a classe, o gênero, a etnia e a idade nos ajuda a pensar como pôde surgir a luta política nas histórias de vida delas. O modo como narram os acontecimentos das suas vidas e suas inserções no coletivo é consequência dessa história marcada e das marcas legadas pelos filhos e filhas de cada uma (FREITAS, 2002).

²⁸ À época da entrevista, Renata se apresentava como desempregada, porém, ao final do primeiro semestre de 2018, a participante teve esse status modificado. No momento, ela trabalha com formação de educadores na temática de diversidade de gênero e sexualidade.

Renata, durante a segunda entrevista que fizemos, como uma figura de coordenação estadual e que tem acesso a todas as Mães pela Diversidade do sul, ao refletir sobre o perfil das mulheres-mães que buscam o coletivo, afirmou:

A gente é bem privilegiada né. Na verdade, quem mais procura é gente que já é mais esclarecida, classe média-alta, branca, né. Classe média branca é nossa grande maioria. Mas assim, estabelecido o perfil de uma coordenadora que queira tocar as coisas, à medida que o grupo vai ficando conhecido, aí vem de tudo. Mas se for pensar, aqui no Rio Grande do Sul a gente não tem uma mulher negra. Não tem. Em São Paulo tem mais de uma, nordeste também, mas a gente aqui não tem. Realmente, eu nunca tinha parado para pensar nisso, tu me fez pensar.

Como dito anteriormente, as participantes da entrevista tomavam a frente das ações do grupo no momento da entrevista. Observando o quadro acima, percebo semelhanças no perfil das Mães pela Diversidade com a análise do perfil da ONG Nuances feita por Anjos (2002). A referida ONG existe há mais de 25 anos em POA e é formada principalmente por homens homossexuais. As lideranças eram, na época, de pessoas altamente escolarizadas. Para ela, a escolarização era um marcador mais proeminente do que o nível de renda, mesmo que todos fossem caracterizados como de “classe média”. Além disso, segundo ela, o fato de serem “assumidos” e politizados permitia que a organização se constituísse como “porta-voz dos homossexuais, representando de forma específica a totalidade da categoria em diferentes espaços sociais” (ANJOS, 2002, p. 223). Pode-se afirmar que o que essas mulheres-mães estão fazendo, então, é também produzir uma espécie de “ideal comum” de familiares de LGBTs. Ainda que esse seja apenas um dos desejos do coletivo, o mesmo se sustenta em torno de um pressuposto que serve de guia para a luta política: o de que todas as famílias devem amar, respeitar e acolher as diferenças como algo “natural”.

Arosi (2013), em seu estudo com familiares de vítimas de violência no Rio Grande do Sul e no Rio de Janeiro, identificou que, no primeiro estado, os movimentos são de classe média, enquanto as mães do segundo, com filhos vítimas de violência policial, podem ser classificadas como de classe popular (AROSI, 2013). O tipo de violência a que foram submetidas as vítimas, bem como as características da região em que o movimento se forma, impactam no perfil de quem o procura, bem como na imagem que passam de si.

Pensar sobre o porquê as outras mulheres-mães não acessam – as diferentes da *norma* do perfil de classe média, escolarizadas, que moram próximas à capital –

foi uma das questões que debatemos durante a presente pesquisa. Um dos motivos elencados pela coordenadora é o perfil das famílias de “bicha de periferia”, identificados por ela como sendo de maior parte evangélica. Devido a isso, não aceitariam o/a filho/a e o/a colocariam para fora de casa sem buscar outro tipo de ajuda para a questão. A religião é tida, então, como uma barreira importante para a busca do coletivo, sendo que as representantes deste apresentam visões críticas a respeito daquelas que pregam a não aceitação e a possibilidade de cura das diversidades de gênero e sexualidade. É relevante apontar que duas das entrevistadas se identificam enquanto pertencentes ao espiritismo e as outras duas enquanto sem religião. Isso mostra uma aproximação com concepções de vida e de norma mais flexíveis do que religiões cristãs tradicionais.

Essa análise mereceria uma maior exploração etnográfica visando entender quais outros recursos essas outras famílias acessam. Mas, entre as hipóteses que surgem, não se pode ignorar, como aponta D'Ávila (2016), que as diferenças que a situação financeira impõe na vida das pessoas, dificultam o acesso a bens culturais mais valorizados e, também, à própria internet que é meio principal de acesso ao coletivo, pois refletem um contexto mais amplo e com outros cruzamentos de marcadores além da religião.

No contexto das mulheres-mães do RS, a certa homogeneidade em marcadores que conferem privilégios foi algo que me chamou a atenção logo no primeiro encontro que participei, pois assim escrevi no meu diário de campo:

Reuniam-se ali oito mães, todas brancas, ao meu ver, com mais de 40 anos de idade, aparentando ser de classe média/alta. Duas se apresentam como mães de *drag queen*, três de lésbicas, uma de gay, duas de trans. Uma afirmava ser bissexual enquanto as outras traziam falas sobre relacionamento apenas com homens.

A diversidade entre elas está representada na diversidade de seus filhos/as: cada um com uma letra da sigla LGBT, e a diversidade com as normas de gênero que perpassam os discursos societários sobre maternidade boa e má. Os/as filhos/as marcam suas mães como diferentes. Elas são diferentes do restante da família e, ao se unirem, suspendem, de certa forma, as diferenças de trajetórias entre elas em nome de um grupo e de uma luta em comum. Ao terem sua imagem difundida na mídia, delineia-se um perfil das Mães pela Diversidade, que acaba por atrair pessoas de semelhantes condições de privilégios.

Acredito que a branquitude, que me chamou a atenção desde os primeiros contatos – apesar da miscigenação mencionada nas entrevistas –, é um marcador relevante de análise. Tendemos a pontuar a presença ou não de pessoas negras nos espaços que analisamos, como se fosse um espaço naturalizado para ocupação ou não dessa raça, mas por que não pontuar a presença de pessoas brancas como um estranhamento dessa naturalização? A branquitude foi considerada – e ainda é – como uma raça “neutra”, que nunca é sinalizada, quase como se definisse a norma da cor de pele que se deveria ter, visão compartilhada por Lia Schucman (2012).

Segundo a autora, devemos ter em mente que nascer branco/a ou ser “lido” como branco/a no Brasil é receber atributos positivos, como da concepção estética, educação, progresso, dentre outros recursos materiais ou simbólicos. Perceber-se como privilegiado/a significa compreender o favorecimento, ainda que involuntário, do racismo estrutural que se formou na sociedade brasileira (SCHUCMAN, 2012). Talvez por já ter alguma crítica sobre seu lugar de privilégio ou pela diferenciação que elas recebem pelo seu fenótipo, ou seja, por não se identificarem completamente com o lugar simbólico da branquitude, que duas das participantes não se identificam enquanto tal, pontuando fissuras no conceito e demarcando crítica.

Como a própria Schucman (2012) pontua, a raça/etnia no Brasil está fortemente relacionada com a escolaridade e com a classe, já que tal questão social é estrutural. É evidente que diferentes estudos mostram diferentes recursos e formas de acesso aos coletivos. As mulheres que participaram das entrevistas apontam que é preciso uma certa rede e um certo capital para poder participar do coletivo, o que inclui acesso à internet e aos meios de informação mais variados, rede de suporte, passagem por ensino superior (maioria). São marcadores que, articulados, abrem a possibilidade de buscar e de fazer parte de um coletivo de luta política em nome de outras pessoas. No entanto, um trabalho como o de D’Ávila (2016) a respeito das Mulheres da Paz, mostram que há outros fatores que se inter cruzam. Na maioria dos casos, trabalhar cedo foi necessário devido à organização socioeconômica daquele local, de modo que diminuiu ou impossibilitou a continuidade nos estudos por parte das participantes. Assim, a autora critica a tríade disciplina, autocontrole e pensamento prospectivo, que está pressuposta nos processos de aprendizagem na escola e no trabalho produtivo/competitivo, diante do

cenário acima, já que desconsidera as discussões de marcadores que estamos fazendo aqui (D'ÁVILA, 2016).

Não só o tempo de estudo, mas o tempo disponível é uma condicionalidade para a participação no coletivo, o que é entendido por D'Ávila (2016) como possibilidade apenas para as classes do privilégio, no sentido de delegarem as tarefas da casa para outras pessoas em nome de descanso e tempo livre. “Estar desempregada”, para as mulheres-mães entrevistadas, é não considerar o trabalho de casa, o que está relacionada à “construção social envolta ao gênero feminino que determina a desvalorização do trabalho doméstico, bem como sua obrigatoriedade enquanto atividade realizada somente pelas mulheres, além do papel ‘cuidador e maternal’ que também fica a cargo da mulher” (D'ÁVILA, 2016, p. 123). O tempo disponível daquelas que se consideram desempregadas, é destinado às Mães pela Diversidade.

Assim como o Projeto Mulheres da Paz é um espaço formado, em sua maior parte, por mulheres acima de 45 anos, semelhante faixa etária é encontrada nas Mães pela Diversidade do RS. A maioria dos filhos e filhas já são maiores de idade, não sendo necessária a delegação dos cuidados deles/as a outras pessoas enquanto elas realizam as atividades do grupo. A atividade militante não gera renda, o que é um aspecto essencial para as jovens que estão se inserindo no mercado de trabalho (D'ÁVILA, 2016) e, muitas vezes, suponho, que deixam de buscar o coletivo por isso, inclusive pensando nas reuniões aos sábados, dia que faz parte da jornada de muitas mulheres-mães-trabalhadoras.

O fator geracional entra em pauta quando pensamos nos diversos modos de lidar com as questões de gênero e sexualidade que surgem nas falas das participantes, em especial na de Caroline, a mais nova delas. Estamos considerando “geração” como “um coletivo de indivíduos que vivem em determinada época ou tempo social, têm aproximadamente a mesma idade e compartilham alguma forma de experiência ou vivência” (D'ÁVILA, 2016, p. 119). Esse marcador diverso fez com que Caroline tenha construído seu modo de ser a partir de nomeações que, na época das outras, não eram possibilidades de modo de existência, como a pansexualidade, por exemplo. Ou seja, reforçamos que os sujeitos são sócio-históricos imersos em relações de poder e discursos que permitem (ou não) o delineamento de trajetórias de vida.

O fator geracional afeta, ainda, a relação que as mulheres da paz desenvolvem com o projeto: algumas pensam que não mudam a si mesmas em nenhum aspecto, mas o que as motiva a seguir na luta, é a possibilidade de mudar algo para as gerações futuras (D'ÁVILA, 2016). Nesse aspecto, não vejo aproximação com as Mães pela Diversidade: elas já iniciam a participação no coletivo pensando na possibilidade de mudar a vida e a sociedade para as próximas gerações e, ao longo do processo de transformação social, tornam-se diferentes e começam a educar outros/as da sua geração a partir dessa diferença. Elas fazem tudo pelos filhos. E também pelos “filhos dos outros”.

A interseccionalidade entre marcadores como gênero, classe, raça, geração, região de moradia, entre outros, salienta processos de subjetivação complexos, onde somente o marcador da classe social, comum nas análises marxistas, “não dá conta sozinho de compreender os enlaces que oportunizam, mais para umas e menos para outras, a possibilidade de ter mais acesso a bens materiais, culturais e afetivos” (D'ÁVILA, 2016, p. 112).

Independente dos arranjos interseccionais únicos e condições sociais de cada mulher, Moreira e Nardi (2009) afirmam que, no caso da maternidade, o gerar e criar filhos equilibrados e saudáveis é definido social e culturalmente como um projeto de vida e de responsabilidade individual de cada mulher que se torna mãe. A autora e o autor concordam que, apesar de falhas no suporte social das mães, essas seguem sendo valoradas conforme se aproximam ou não do cuidado ideal associado ao ser mãe, ou seja: “O que fica explicitado é o quanto se espera que a mãe seja uma pessoa cuidadora, mesmo que ela também esteja imersa nas mesmas relações de violência” (MOREIRA; NARDI, 2009, p. 574), assunto que discutiremos com mais afinco no próximo capítulo desse trabalho.

2.4 – “Um ponto fora da reta”: mulheres-mães que tensionam normas

“tem gente que quando sabe disso [incentivo ao filho a ficar com outros meninos para ter certeza se gostava ou não] acha que eu sou louca”

(Cleuza)

Quem demonstra qualquer grau de distância em relação à cisheteronorma, tanto as pessoas LGBTQs, quanto as suas famílias, mais particularmente as mães que desafiam essa mesma norma quando combatem o preconceito que atinge seus/suas filhos/as, corre o risco de ser identificada como “a louca” mencionada por Cleuza.

Como já comentamos anteriormente, essas mulheres-mães são marcadas como diferentes das outras pessoas da família a partir do momento em que saem do armário enquanto mães de pessoas LGBTQs. A identidade LGBTQ não é uma marca ruim *per se*, mas a sua inscrição no social é lida como algo que foge do esperado, ou seja, distante da dita “normalidade”. Além disso, lutar por “suas crias”, ao invés de abandoná-los, coloca essas mães em um lugar de destaque em relação a outras que não fazem o mesmo, pois percebem que o preconceito e a discriminação não são problemas individuais, mas sim sociais.

Judith Butler (2014) afirma que uma norma não é uma regra ou uma lei, mas opera nas práticas sociais sobre um padrão de normalidade ou de normalização. A norma governa a inteligibilidade social da ação, apesar de aparentar ter uma certa distância das ações governadas por ela. A própria norma produz a ideia de sair dela, produz o desviante – as zonas de abjeção (BUTLER, 2003). Os corpos ou as experiências abjetas não respondem a um certo grau de normatização capaz de conferir reconhecimento e legitimidade da sua materialidade ou existência. Está posto aí um paradoxo: “pois se a norma confere inteligibilidade ao campo social e normatiza esse campo para nós, então estar fora da norma é continuar, em certo sentido, a ser definido em relação a ela” (BUTLER, 2014, p. 253).

Quando nos referimos à população LGBTQ, fica explícito que eles/as estão à margem desta norma e que seriam, então, considerados abjetos em algum grau. Esses sujeitos rompem com as matrizes da inteligibilidade fundadas na norma, o que, muitas vezes, reverte-se em violência, violação de direitos, entre outras agressões dirigidas a esse grupo. Caroline, que se coloca como “um ponto fora da reta” por agir de forma diversa do esperado em vários aspectos da vida, define a sociedade em que vivemos, ironicamente, como “maravilhosa: heteronormativa, machista e misógina”. Estar fora da reta, para ela, é performar distâncias da norma, é ser diferente e, de certa forma, é estar livre das opressões normalizadoras.

As Mães pela Diversidade, a partir do momento que reconhecem a produção de uma norma excludente, apostam no deslocamento/alargamento dessa norma

para que seus filhos/as sejam respeitados. Para elas, a norma está mais aberta para discussão e é nisso que investem para lutar e resistir. Podemos pensar, a partir da própria nomeação do grupo, que se elas são as Mães pela *Diversidade sexual e de gênero*, é porque se presume que existem mães que não o são. Isso traz à tona uma concepção de maternidade *positivada* pelo coletivo, emergindo nesse contexto como um ideal regulatório a ser contrastado com esse outro que as recrimina: o de que toda mãe deveria fazer o que elas fazem, simplesmente por serem mães. Toda boa mãe deveria ser, por definição, uma Mãe pela Diversidade. Aqui, estou afirmando uma espécie de paradoxo com o qual elas negociam: elas são diferentes porque rompem com a norma em diversos aspectos, ao mesmo tempo, para elas, a norma na qual a parentalidade está subsumida, deveria ser justamente o que elas fazem. Ao comentar sobre o dever de mãe, Lara aproxima o gênero e a sexualidade com questões biológicas:

eu também não optei por nascer de cabelo crespo, eu nasci assim, e, depois de sofrer muitos anos, porque todo mundo queria alisar meus cabelos, eu pude usar um creme próprio para cabelo crespo. Eu acho a mesma coisa: ele não escolheu, ele não optou. Então a gente tem que respeitar e a sociedade tem que respeitar.

Mas nem sempre tensionar a norma foi algo dado para as participantes da pesquisa. Renata, por exemplo, contou-me sobre uma psicóloga que atendeu Flora no RJ por indicação da escola. Ao chamar os pais da menina de 9 anos, a profissional argumentou que havia uma “inversão de papéis”, pois o pai trabalhava em casa e estava mais disponível, enquanto a mãe só a deixava na escola e a via à noite, causando uma “identificação com o perfil masculino do pai” e uma “falta de presença feminina”. Renata contou que, na época, sentiu-se culpada e tentou trazer feminilidade através de brinquedos que Flora não gostava, até dar-se conta de que “o feminino na vida dela sempre esteve presente, mas diferente do que era para mim”. Nesse sentido, as diferentes feminilidades (e masculinidades) vão se performando mais próximas ou mais afastadas da norma. Nesse caso, um tipo de feminilidade foi reiterado pela profissional como única possibilidade de constituição “normal”, o que foi aceito pela família, já que a psicóloga era tida como alguém habilitada a fazer afirmações sobre a subjetivação humana normal e anormal.

Para Renata, apesar do aumento da visibilidade das questões de gênero e sexualidade dissidentes, a sociedade ainda lida com essas questões de forma preconceituosa devido à falta de informação. A formação acadêmica que não se

atualiza, o fundamentalismo religioso e a disseminação de ódio por redes sociais são alguns exemplos disso. Nesse mesmo sentido, Cleuza reflete que a construção do que é família “tá muito errada” e é uma forma do preconceito se atualizar de geração em geração. Papéis de gênero são reforçados diariamente nas mais diversas áreas da vida, o que atrapalha tentativas de mudança. Ela própria se coloca como alguém que já lançou olhares preconceituosos para casais homossexuais, mas, com a informação que foi adquirindo, foi modificando sua visão quanto à essa questão. Cleuza acredita que a mãe é a figura que tem mais condições disso, desde que rompa com a submissão estrutural e histórica ao marido machista.

Para Iara, todos nós temos preconceito com alguma coisa que está distante da norma. No contexto sul-rio-grandense, ela afirmou que “o gaúcho tem muito aquela coisa do macho, ‘o macho não come mel, ele come a abelha’ [...] aqui a coisa é muito ‘a prenda e o gaúcho’, ‘o guri nasceu para isso e a guria...’ tudo muito no seu quadrado”. Esse contexto enrijecido, especialmente nas cidades mais distantes da capital, como Charqueadas, favorece atitudes preconceituosas e violentas como as sofridas por Jean, seu filho, desde os primeiros indícios de não ser o “macho” que supostamente deveria ser, conforme conta Iara. A vivência no mundo das artes e convivência com pessoas LGBT foi o que a diferenciou em seu manejo com o filho gay e *drag queen*.

Já Caroline, lidou com a transexualidade do filho de forma tranquila por, além de ter pessoas próximas, ela mesma se identificar enquanto LGBT. Caroline viveu inúmeras violências de gênero, mesmo tendo passado sua infância e adolescência em tempos mais recentes, denotando um avanço muito discreto no tensionamento das normas com o passar dos anos 60 aos 90. Niko, nascido na década de 2000 e com uma mãe LGBT, tem passado por um processo menos violento. Segundo Caroline, ele não se encaixava no “universo feminino”, apesar da pressão da avó paterna: “se ele queria um super-herói, ele tinha um super-herói, se ele queria uma princesa, ele tinha uma princesa, né. Era o que a criança queria, não o que aquilo representava”. Mesmo sem definir uma criação dentro das normas de gênero esperadas, ela percebia sua tendência a gostar de coisas tidas como masculinas e acabou por pensar que: “alguma coisinha de diferente ele tinha ou que a personalidade dele era muito forte [...] Mas tu sente, tu vê a diferença. E eu tava aberta pra o que viesse. Eu tava pronta pro que tivesse que vir”. Ser “um ponto fora

da reta”, como ela se define, não é válido quando o assunto é maternidade, pois a mãe, para ela, é a que protege e respeita independente da circunstância.

Assim como as normas incidem sobre como deve ser um homem e uma mulher, como age uma pessoa heterossexual, a norma também tenta criar como deve ser um homossexual, como deve ser uma pessoa trans, e assim por diante. Tanto Anjos (2002) quanto Zago (2014), afirmam que a ruptura com as classificações estigmatizantes está sujeita a um esforço de enquadramento que é própria da norma: ao mesmo tempo em que fornece os limites para a transgressão, também se apropria dos/das transgressores/as normalizando-os/as. Ou seja, reconhece-se a existência, por exemplo, de homossexuais, desde que ajam de determinado modo para que sejam respeitados enquanto tal.

Romper com as amarras que tentam fixar algo que poderia ser fluido, também se configura como uma missão para as Mães pela Diversidade. Nas palavras de Caroline: “Às vezes falam assim ‘mas tu nem parece’. Tu não tens que parecer! Não tem isso de ‘me passa o contrato de homossexualidade para eu assinar porque eu não vou mais sair da linha ali’”. A norma produz o que é dela e, concomitantemente, o que se desvia. Lutar contra forças normalizantes e a favor de diversos modos de performar quem se é e quem se quer ser, com respeito e sem violência, é o mote do Mães. O paradoxo encontra-se justamente nas normas que elas tensionam quando são relativas à gênero e sexualidade, mas não se tensiona (ou se tensiona no sentido de reiterar o “mito do amor materno”) quando são relativas à maternidade boa ou má.

Quando falamos sobre quais normas tensionar e de que forma, delineamos também o que essas mulheres-mães consideram como o *eles* no seu processo político. Notamos, então, que os tensionamentos começam antes da entrada no coletivo, elas rompem com certos conceitos ou, pelo menos, mostram-se desconfortáveis. A entrada no coletivo que marca a pertença a um *nós*, fortalece essas lutas individuais em uma só voz e estrutura com mais definição quem são *eles* que elas devem atacar para conseguir efetivar as mudanças sociais desejadas. A discussão sobre as normas e como elas se colocam, se agenciam e se deslocam nos diferentes lugares pelos quais circulam essas mulheres serão apresentadas no capítulo a seguir de modo mais esmiuçado.

3 – Mãelitância: Identidade política, lugares de fala, de luta e de cuidado

As Mães pela Diversidade são mulheres marcadas pela diferença dos filhos e que torcem essa diferença na direção de prática política. Ao não se identificar enquanto mãe da “fulana” ou “fulano”, mas sim como uma Mãe pela Diversidade, denotam um cuidado por todos/as/es que, de alguma forma, expressam uma divergência no que se refere a norma à qual elas voltam sua militância: aquela que regula as expressões de gênero e da sexualidade.

Acionar o lugar de mãe vinculado a uma identidade política lhes confere uma posição de destaque e de respeito em meio ao movimento LGBT. Para entender esse processo de se tornar uma mãelitante, passaremos, no presente capítulo, por pontos que analisam as diferentes saídas do armário inscritas em suas trajetórias: a de algumas delas enquanto LGBTs, a dos filhos/as enquanto LGBTs, e a de Mãe pela Diversidade propriamente dita. O que queremos demonstrar com esses acontecimentos é que a cisheteronorma, no exercício capilar e cotidiano de poder, exige que os gêneros e as sexualidades que a transgridem confessem sobre seu desvio. Além disso, exploraremos os lugares que elas passam a ocupar a partir do momento em que passam a se considerar uma mãelitante: lugar de cuidado, lugar de fala e lugar de luta.

3.1 – Saídas do armário: construções de uma identidade política e de militância

3.1.1 – Primeira saída do armário: vivenciando a diferença

A noção de “acontecimento” utilizada nesse trabalho encontra abrigo na ideia que apresentamos anteriormente de pertencer à ordem dos discursos e estar relacionado à norma, já que aparece nas narrativas das trajetórias como uma ruptura. Para três das quatro mulheres-mães entrevistadas, a vivência da não-heterossexualidade se apresentou na vida antes dos filhos expressarem seu gênero/sexualidade de forma diferente do prescrito pela cisheteronorma, o que

considero como uma primeira saída do armário, ou primeiro acontecimento: a das próprias vivências.

Iara contou-me, ao final da sua entrevista, quase como se não fosse um acontecimento relevante na sua trajetória de vida, que, após a separação com o pai de Jean, ela teve um relacionamento com uma mulher que durou três anos. Nesse relacionamento, elas saíam juntas em público: “mas não tinha demonstração de carinho, não andávamos de mãos dadas. Mas eu acho que todo mundo sabia porque a minha namorada era bem sapatão, assim [riso], naquele estereótipo criado há 20 anos ou mais”. Ela acredita que nunca houve necessidade de uma “saída do armário” propriamente dita pois sempre foi respeitada; não havia demonstração de carinho não por medo de violência, mas por um certo medo dos comentários de pessoas do trabalho, o que leio como medo de vivenciar o preconceito.

Iara conta que foi uma surpresa para todos ao seu redor saber do seu relacionamento, pois não sabiam que ela poderia ser lésbica ou bissexual. Surpresa semelhante eu expressei quando ela me contou essa parte de sua vida, pois citou esse acontecimento como algo sem importância após uma história do relacionamento heterossexual com o pai de Jean. Segundo ela, o relacionamento terminou quando elas foram trabalhar juntas. Iara não tem certeza sobre a nomeação que dá para sua sexualidade, questiona se seria bissexual, mas se sente mais confortável dizendo-se apenas como aberta para namorar tanto homens quanto mulheres.

Cleuza, ao contrário, nomeia-se abertamente como bissexual. Após o casamento de 23 anos acabar, ela colocou em prática um desejo que a acompanhava há muito tempo: o de relacionar-se com uma mulher. Segundo ela, anteriormente, ao passar por mulheres na rua, sentia-se atraída, mas estava “presa” no relacionamento com o marido. A experiência buscada, por curiosidade, àquela época, hoje ganha um sentido mais profundo, já que ela acha possível ter uma namorada, inclusive já preparou a família – irmãs mais próximas e mãe – de que poderá apresentar uma mulher como companheira. Cleuza acredita que a família lidou bem com essa possibilidade sobre sua vida, assim como lidou com a possível transexualidade de Diego.

Já Caroline, desde muito pequena, soube que não seria heterossexual: sentia-se atraída pelas colegas de dança, mas a religião em que era criada não permitia qualquer desvio da norma. Ao contar pra sua mãe, essa reagiu dizendo “ai,

que nojo!”, mas ela acredita que a mãe era assexuada e sentiria igualmente nojo de qualquer demonstração de sexualidade e afeto. Seu pai nunca falou/fez algo diretamente em relação a isso, mas Caroline reconhece que ele tinha preconceito, até porque ele a colocou para fora de casa aos 18 anos com o filho, necessidade de afastamento que, para ela, “foi meio mútuo”, pois a convivência não estava agradável. Caroline hoje se considera pansexual e não-monogâmica, após ter tentado, ainda na infância/adolescência, ser heterossexual: “aí depois eu percebi que a vida é minha e eu faço o que eu quiser”. Ela acredita que foi extremamente importante na sua vida ter a própria aceitação: “porque depois que tu te descobres diferente do que a sociedade espera de ti, tu tens que ter a tua aceitação, se não tu não vives bem consigo mesma. É a pior coisa”. Ela evidencia o descobrir-se e o aceitar-se como dois acontecimentos necessários para pessoas que divergem da cisheteronorma.

Em algumas situações, a produção da saída do armário como um “acontecimento” deveu-se ao trabalho de análise do material coletado, pois apareceram nas narrativas como fatos sem relevância, como no caso de Iara. O surgimento nas narrativas sinalizou uma ruptura importante na lógica característica de tal conceito. “Sair do armário” não é mencionado imediatamente por elas quando estão sendo entrevistadas como Mães pela Diversidade, não por não ser um fato relevante em suas vidas, mas por não ser a razão que as aproximou da militância.

3.1.2 – Segunda saída do armário: tensionamentos à maternidade

Para Iara, Cleuza e Caroline, o acontecimento que nomeei como “a primeira saída do armário”, em suas trajetórias, relativo às suas próprias sexualidades, torna o *outing* de seus/suas filhos/as o segundo acontecimento. Renata, por sua vez, se considera “heterossexual convicta” já que nunca sentiu atração afetiva e sexual por mulheres, sendo a saída do armário de Flora o primeiro acontecimento marcado na sua vida de Mãe pela Diversidade.

Renata disse ter tido indícios de que sua filha era “diferente” desde sua infância, pois, segundo ela, a menina gostava de fantasias, brinquedos e brincadeiras tidas como masculinas. Aos 9 anos de idade, uma psicóloga afirmou que Flora tinha uma identificação com o pai e atribuiu tal fato à ausência diária de

Renata em função do trabalho. Após uma viagem com as amigas, aos 14 anos de idade, Flora voltou “esquisita” e, ao ser questionada pela mãe sobre estar apaixonada por alguém, revelou ser por uma menina. A reação de Renata foi perguntar se era recíproco e disse que isso não teria problema nenhum, mas que ela não deveria “fechar portas” sobre gostar ou não de meninos também. Trancada no banheiro, após essa conversa, Renata chorou. Chorou pensando no quanto a vida estava sendo difícil com os desafios que estava impondo para ela e sua família. Guardou sozinha a informação e não quis que seu medo do futuro afetasse sua filha.

A saída do armário de Flora, para a família de Renata, teve diversas reações. Ela acreditava que se não lhe foi imposta a necessidade de dizer para a própria mãe “olha, eu sou hétero”, por que teria que revelar a sexualidade da filha? Entendia que não era ela que devia verbalizar para a família algo que dizia respeito a Flora. Mas, com o tempo, sentiu necessidade de contar para sua irmã, seu pai e sua mãe, em momentos separados. Seu pai tem 82 anos e sua mãe 79 e, segundo ela, receberam a notícia de forma tranquila. Sua irmã demorou mais para compreender a situação. O pai de Flora, que seguiu morando no RJ após a separação do casal, quando soube que sua filha era lésbica, teve uma crença de que era moda e que passaria, mas, agora, aceita a sexualidade da filha completamente.

Jean, filho de Lara, frequentava o teatro amador de sua mãe desde os 7 ou 8 anos. Ele gostava de se fantasiar, colocava saia e maquiagem; Lara acredita que já eram sinais de que Jean seria uma *drag queen*. Quando chegou à adolescência, seu interesse por revistas de moda e programas de televisão direcionados a meninas, deixou Lara desconfiada. Jean chegou a apresentar para a mãe uma menina como sua namorada, mas ela até hoje não acreditou. Logo depois, aos 15/16 anos, ele começou a namorar um menino pela internet, até o dia em que “disse com todas as letras que era gay e que estava interessado num guri”. Lara disse que ia continuar amando e respeitando ele da mesma forma. Apesar de ter reagido assim em um primeiro momento e de ter tido experiências pessoais de relacionamento com mulheres, ela disse que não sabia o que fazer nem como lidar com a questão “e ele nunca me sinalizou com nada assim, nunca me disse ‘não faz nada, deixa as coisas correrem’”. Lara procurou um amigo gay e relaxou a partir do momento que entendeu

que não se tratava de um erro dela e nem de uma opção dele. Ela explica: “e, se tu não tens opção, tu tens que ser acolhido e respeitado”.

A saída do armário para a família foi um acontecimento com dia e hora marcados: deu-se através de uma festa de 18 anos pedida por Jean. Iara não tinha certeza, mas acredita que o tema era Lady Gaga²⁹. Segundo ela, “ninguém falou nada, não precisou. O pessoal foi na festa e viu”: a performatividade de Jean foi suficiente para que ele fosse socialmente reconhecido como homossexual. Logo após, ele começou a namorar Luan e o inseriu na família da mesma forma que as/os namoradas/os dos parentes foram inseridos, “foi tudo correndo naturalmente”. No ano seguinte, Jean “saiu do armário” artisticamente, criando e apresentando, de surpresa para a família, uma personagem *drag queen*: Rebeca Rebu, que foi amplamente aceita por todos, que vão aos shows dela sempre que podem.

A saída do armário de Diego para Cleuza se deu primeiro enquanto a possibilidade de ser bissexual. Quando tinha 14 anos, ao buscá-lo numa festa, Cleuza fez perguntas de praxe e seu filho contou que havia beijado um menino. Ela achou tranquilo de lidar com isso, até por já se identificar enquanto bissexual. Cleuza só pareceu marcada pela diferença diante do anúncio de seu filho, anos mais tarde: “quero ser uma mulher”. Isso ocorreu um ano e meio antes da entrevista que concedeu a mim. Seu outro filho estava em casa e conseguiu contemporizar, fazendo com que os dois conversassem. Sem que ela tivesse percebido, Diego³⁰ revelou que, na infância, ele colocava as roupas da irmã. Cleuza disse que sentiu esse choque pois, além de não ter percebido sinais antes, logo se remeteu à violência a que ele estaria exposto na rua. Após o primeiro dia de choque, ela buscou uma livraria que tinha como referência, leu livros biográficos de pessoas trans e conheceu uma ONG que a direcionou para o coletivo que hoje faz parte.

²⁹ Cantora americana famosa e tida como ícone pelas pessoas LGBTs e *drag queens*.

³⁰ Como dito anteriormente, é com o nome e os pronomes masculinos que se reconhece é reconhecido pela família, mesmo após a enunciação do desejo de ser mulher. Mesmo assim, Diego é chamado de “guri trans”.

A saída do armário para a família se deu através da própria Cleuza, pois ela entendia que tinha que tomar a frente da defesa do filho para que ele não vivesse um suposto preconceito. Ela tinha medo da reação das pessoas e estava pronta para romper laços com quem fosse necessário caso não aceitassem a condição de Diego. Para sua mãe, ela acredita que precisou falar, pois seu filho não queria mais frequentar a casa da avó pois achava que tinha que esconder as unhas pintadas. Sua mãe tinha 92 anos na época e entendeu que Diego era diferente, sendo que “o importante é ser feliz”. O pai de Diego ficou sabendo por ele próprio, nas férias de janeiro de 2017 e, tanto Cleuza como Diego, acham que ele está negando a situação. Outros familiares e amigos souberam através de uma publicação no *facebook* de Diego no dia das mães sobre transexualidade, a qual gerou inúmeras mensagens de apoio. Em decorrência dessa publicação, a avó paterna entrou em sofrimento e ainda tem dificuldade de aceitar.

Caroline não gosta da separação dos gêneros em “menino” e “menina”, mas ela mesma achou inviável não usar esse binarismo ao falar de Niko, já que essa é a forma como a sociedade ainda se constrói. Desde pequeno, ele tendia a gostar de coisas do “universo masculino” (ela mesma sinalizava as aspas com as mãos), por exemplo cores e super-heróis. A partir do desenvolvimento dos caracteres secundários, quando menstruou, Niko começou a ter problemas com seu corpo e a não aceitar as mudanças que estavam ocorrendo contra a sua vontade. Caroline lembrou de chegar para Frederico, seu companheiro, e falar que seu filho seria trans. Outro dia, pouco depois dessa constatação, Caroline percebeu que Niko precisava conversar e o questionou sobre como ele se sentia e quem ele queria ser de fato. Como resposta, Caroline escutou de seu filho de 11 anos que: “eu sou um menino, eu me sinto melhor assim, eu sou assim, sempre me senti assim, só que só agora eu me toquei”. Ela ficou apreensiva por ele não ter falado antes por medo, mas disse ter reagido naturalmente e já iniciou a busca por quem a ajudasse com os trâmites legais para retificação do nome.

Niko sempre conviveu com a família escolhida por Caroline, que incluía pessoas LGBTQs, e sempre soube que sua mãe era uma dessas pessoas. Então “sempre foi muito normal, na verdade é normal”. Frederico contou que não

imaginava que era uma coisa tão definitiva, achou que pudesse ser uma fase, até começar a se informar a respeito. A família de Frederico ainda está se adaptando à mudança do nome para Niko, mas ele é respeitado e aceito por todos.

É no *outing* que a noção de família e de maternidade tem uma torção. Mesmo todas as participantes narrando “sinais” da diferença nos filhos/as desde muito novos/as, foi necessário um momento de verbalização para que elas tomassem um posicionamento quanto à questão. Constatar a divergência cisheteronormativa tencionou a maternidade para elas, para umas mais do que outras (por exemplo no caso de Renata que não tinha nenhuma identificação com os LGBTs até aquele momento), mas as quatro participantes penderam para o lado das mães que amam *incondicionalmente* e devem defender os filhos/as independente de qualquer coisa.

3.1.3 – Terceira saída do armário: politização do afeto

Ao perguntar para cada uma das mulheres como se tornaram Mães pela Diversidade, as respostas pontuaram acontecimentos em suas trajetórias de vida que não foram mencionados linearmente como uma sucessão temporal de eventos, mas que tiveram em comum a saída do armário dos filhos/as como ponto de partida. Meu olhar sobre o material coletado produziu a análise de três acontecimentos principais como fatores que se articularam em suas trajetórias na consolidação de seu engajamento político, os quais nomeei como “saídas do armário” e que organizei, a partir de tal análise, temporalmente. As duas saídas do armário, para Cleuza, Iara e Caroline, e a única saída do armário, no caso de Renata, atravessadas pelos marcadores sociais de diferença, que incidem de formas particulares nas trajetórias de cada uma, produziu a possibilidade da terceira: saída do armário enquanto Mãe pela Diversidade, conforme elas mesmas nomeiam o processo de assunção de tal identidade.

Para Arosi (2013), a entrada política de familiares na luta por terceiros significa o alargamento da categoria vítima para os familiares das pessoas assassinadas – os familiares seriam as vítimas que ficam, já que a ausência dos filhos fica presente através do sofrimento. Relendo essa afirmação para o caso do coletivo em questão, podemos compreender a identidade política formulada por elas

como um duplo alargamento de noções e deslocamento ético-político: tanto a de “maternidade dos próprios filhos/as” para uma “maternidade social e política” – ser mãe de todos/as aqueles –, quanto a de “diferença” que marcam seus filhos/as como LGBTs para a assunção delas mesmas e de suas famílias como LGBTs.

A articulação entre sofrimento e dor é comum em quase todos os trabalhos revisados e apresentados na introdução desta dissertação. Tal articulação é tomada como elemento para mobilização e luta política de familiares na busca pela “justiça”. Arosi (2013a) afirma que os movimentos, associações e frentes por ela estudados “politizam” os sentimentos e afetos, na medida em que investem neles para a constituição dos movimentos. Para ela, a definição dos movimentos tem a ver com a exposição/vocalização pública da dor. A dor torna-se política e age no sentido de denunciar o descaso do Estado com a vida perdida do familiar.

No caso das Mães pela Diversidade, apesar do medo relacionado à violência que os filhos podem sofrer estar sempre presente, o sentimento que parece mais acionado por elas para a articulação política é o amor. A vocalização do amor é a via de busca pelos direitos dos filhos na sociedade e para o Estado. Como explica Cleuza, ser uma delas: “Ser uma Mãe pela Diversidade é estar preparada para te expor, os sentimentos. É muita emoção mesmo”. O amor de mãe figura, aqui, como ato político.

Tomo, nesse sentido, a assunção da identidade política de Mãe pela Diversidade como um processo de (re)subjetivação, de reinterpretação da trajetória, tendo como centralidade uma luta e um amor a partir do lugar de mãe em comum entre as participantes do coletivo. Assumir essa identidade é uma saída do armário que é, ao mesmo tempo, uma politização radical do afeto que passa a se traduzir na luta coletiva. Iara, por exemplo, contou que, por vezes, mesmo lidando bem com a sexualidade do filho, tinha medo e não queria que as pessoas soubessem. Ao entrar no Mães e partilhar da luta em comum do movimento, afirma que perdeu o medo de falar: “agora eu não tô nem aí”.

Um dos objetivos da existência do coletivo é: “arrancar as famílias do armário” (conforme publicação no *facebook* de Maju), ou seja, é essencial que haja uma ruptura com o pacto de silenciamento a respeito dos desvios da norma de gênero e sexualidade. É preciso, para o coletivo, ter e dar visibilidade ao tema de forma positiva. O processo de saída do armário se dá pelo que Iara nomeia de empoderamento. Ao se empoderar, ela se percebe “mais corajosa, mais poderosa”,

perdendo progressivamente o medo e a vergonha de falar em público: “oferecem a palavra para alguém e eu já levanto a mão”. A fala em público diz respeito tanto ao mostrar-se quanto ao mostrar seus filhos/as, pois entendem que ao se mostrarem mães “normais”, seus filhos tornam-se “normais” e podem ser respeitados. Cleuza, assim como Iara, também diz que não só não tem medo de falar, como sente prazer em ocupar esse lugar. Ela levou uns dois meses para “sair do armário” enquanto Mãe pela Diversidade, após a publicação no *facebook* que Diego, seu filho, fez. Essa demora foi motivada porque, segundo ela, “sair do armário é falar, em qualquer lugar, que tu tens um filho trans” (antes, ela restringia essa verbalização ao ambiente familiar, onde ele já era aceito). Ser Mãe pela Diversidade é, então, demarcar reiteradamente o seu lugar de mãe, a diversidade do filho/a e a aceitação incondicional que é tida como “natural”.

A identidade coletiva é algo que captura essas mulheres e suspende as possíveis diferenças entre elas, colocando-as todas no mesmo patamar: “eu costumo dizer que quando eu boto a camiseta do Mães pela Diversidade é como se eu vestisse um manto que me dá força”, refere Iara. Há uma espécie de apagamento de diferenças, como percebemos na discussão sobre a interseccionalidade, inclusive em relação à própria sexualidade para aquelas que passaram por uma primeira saída do armário. Nenhuma das três pensaram em entrar no cenário de luta LGBT em função da sua sexualidade, apenas pela dos filhos – inclusive, meu questionamento sobre isso foi algo que as surpreendeu, demonstrando que não fazia sentido para elas, já que o que faz sentido é posicionar-se na luta enquanto mãe. Todas colocam a maternidade de um/a filho/a LGBT como prioritárias na sua história de vida, como algo que reorientou e deu sentido às suas trajetórias enquanto mulheres e mães.

Sair do armário e marcar a identidade como Mãe pela Diversidade/mãelitante tem implicações como as outras saídas tiveram: tem o lado positivo de validar socialmente o que elas acreditam pois se fortalecem em um grupo, mas, também, traz dificuldades. Caroline sente isso ao se identificar reiteradamente como mãe de uma criança/adolescente trans. Demarcar a diferença do filho o tempo todo faz com que outras pessoas a busquem para ter informações a respeito do tema: “isso é uma coisa que me desgasta, porque quando tu é trans, ou pais de trans, tu viras ponto de referência”. Iara vê-se discutindo com qualquer pessoa que demonstra preconceito de gênero e sexualidade. Renata percebe-se esgotada, às vezes, com as grandes

responsabilidades a que é chamada por estar liderando o coletivo no RS. Ou seja, existe, além de tudo, uma responsabilidade social com o que se fala, semelhante à de uma educadora. Freitas (2002) analisou uma situação semelhante em seu trabalho, pois suas entrevistadas relatavam que sentiam prazer em ser mãe, ao mesmo tempo em que ser mãe significava ser tudo: do bom ao ruim, encarando as situações adversas com fôlego para que melhorassem.

Essas mulheres-mães saíram do armário quando ousaram entrar na luta e expor sua família. A entrada na vida pública se deu através dos três acontecimentos pontuados; elas souberam se utilizar de um saber comum e partilhado entre outras mulheres-mães que possibilitou a união coletiva (FREITAS, 2002). A politização do “amor de mãe” foi o instrumento fundamental para suas saídas do armário e para o prosseguimento de suas lutas.

3.2 – Lugar de cuidado: a politização da maternidade

“Daqui a pouco, ao militar por causa disso, vou sumir! Pela minha militância eu corro risco! Mas também, se não é para ajudar meu filho, se eu não puder fazer nada por ele, eu prefiro sumir mesmo”

(Iara)

As mulheres-mães entrevistadas trilham caminhos desafiadores ao questionar as relações de poder vigentes, como nos mostra Iara. Por mais dificuldades que encontrem nessa trajetória, a luta é vista como uma tarefa necessária de mãe, o que, contrariando a visão tradicional de mulher, nega a fragilidade feminina e faz nascer a cidadã a partir da figura da mãe (FREITAS, 2002).

A maternidade, do modo como tenho percebido, assume um lugar central na construção de uma identidade política que lhes confere não apenas um lugar social, mas também um certo poder. Ao atentar para as múltiplas maternidades que podem ser performadas numa sociedade ou mesmo na trajetória de uma mesma mulher, compreendemos que aquela que constitui uma mãelitante é uma delas. Entrelaçada à constituição de maternidade, vemos ainda a necessidade de explorar que lugar(es) ocupa(m) os homens-pais nesse processo de politização da identidade materna.

3.2.1 – *Maternidades possíveis*

A imagem das mulheres construída socialmente que Freitas (2002) fala, a partir de Higonet (1991), abarca três ícones: a madona, a puta e a musa. Quando falamos de mães, uma das imagens possíveis às mulheres, a de puta, não aparece; não se tem interesse em enfatizar a dimensão sexualizada da mulher-mãe – na verdade, a imagem de mulher quase desaparece em detrimento daquela de mãe. A imagem da mãe tem duas versões para Freitas (2002): a sofredora e a guerreira. A de guerreira tem ganhado destaque e incentivo nas mídias como sendo um ideal de mãe e de mulher “como a responsável pela justiça e pela construção de uma sociedade mais igualitária, pois referenciada ao que seriam os ‘valores maternos’” (FREITAS, 2002). A referência ao papel de mãe é tão forte que vemos que as entrevistadas não se identificam, a priori, com nenhum outro papel ou marcador social além desse.

Valores esses correspondentes a modos específicos de ser mãe, os quais configuram a norma relativa à maternidade a partir da qual as mães se avaliam (e às outras) como “boas” ou “más”, utilizando-se de diferentes discursos que hierarquizam as diferentes possibilidades de ser mãe (MOREIRA; NARDI, 2009). São enunciados que determinam, por exemplo, o número de filhos adequado, o tempo e a idade “certos”, as condições econômicas para a maternidade, entre outros. O reconhecimento da maternidade através dessa norma legitima certos modos de ser mãe que passam a ter maior valor social (MOREIRA; NARDI, 2009). Os autores não nos deixam esquecer que isso varia conforme o momento histórico vivido e que a produção de um discurso aparentemente único sobre a maternidade compõe conexões provisórias.

Conforme Anjos (2008) e Moreira e Nardi (2009), a mulher é a principal agente nas lutas sociais porque é “responsável pela vida”. Isso faz com que ela seja “responsável” pela vida no mundo, uma visão referenciada aos preceitos religiosos antigos, mas que ainda persistem no discurso popular. Além de responsáveis pelo futuro das nações, numa visão mais politizada, as mulheres também são vistas como intermediárias e interlocutoras entre o Estado e a família, são quem ensinam e transmitem as normas sociais.

A politização da maternidade, segundo Moreira e Nardi (2009) se produz através de redes de poder-saber que configuram práticas de intervenção em

diferentes níveis da vida. Essas redes estão atravessadas por discursos médicos, morais, psicológicos, religiosos, pedagógicos e jurídicos, e por diferentes processos sociais, econômicos e políticos.

A maternidade é vista pelas participantes como um compromisso de apoio total e *incondicional* aos filhos, o que foi questionado por algumas autoras que buscavam desconstruir o “mito do amor materno”, como é o caso de Badinter (1998). Elas se solidarizam com as pessoas LGBTs que passam por uma saída do armário sem a família ao lado. Cleuza acredita que a mãe é a pessoa primordial nesse momento, independentemente de ter o pai próximo, já que é a primeira figura de afeto que o/a filho/a teve na infância. Caroline se diz questionada ao apoiar o filho incondicionalmente na retificação de gênero, pois argumentam com ela que Niko ainda é criança e pode mudar de ideia. Sua resposta ao questionamento é sempre de: “se ele quiser voltar, a gente volta. Vai fazer o que? Não pode seguir para frente, vamos voltar. Isso é uma coisa que só ele pode decidir. Eu, como mãe, minha única obrigação é apoiar”.

As mães que compõem o coletivo apontam para um paradoxo que se fez presente em suas vidas: ao mesmo tempo em que ser mãe exige apoio incondicional, contrariamente, há uma expectativa de que não se apoie filhos/as LGBTs. O que elas produzem é, portanto, um rompimento com essa segunda expectativa, de certa forma utilizando-se da primeira prerrogativa do amor incondicional. Tal questão a respeito da incondicionalidade aparece como estratégia de intervenções políticas das Mães pela Diversidade no sentido de expressar uma possibilidade de apoiar, amar e lutar (os sentimentos tornam-se discursos e produzem efeitos) por pessoas que performam alguma divergência nas normas de gênero e sexualidade. No intuito de não enfraquecer o movimento através da desconstrução e questionamento total de termos utilizados, optei por não explorar em profundidade tal tema.

Seguindo a lógica do que se espera de mães de LGBTs tendo em vista os dados sobre violência, e a expectativa de amor incondicional inerente ao ser mãe que as participantes acreditam, quem não performa esse cuidado e apoio, sofre um certo rechaço por não cumprir seu esperado papel de mãe, como demonstra Renata ao dizer que não gosta de fazer um acolhimento inicial a pais queixosos: “eu não tenho paciência para esses pais, essas mães, que não aceitam os filhos. Vai fazer o quê? Mandar de volta? Tu és a mãe, tem que amar do jeito que ele é!”. A igualdade

que se pretende nas ações das mães com os filhos/as LGBTs, além de ter um efeito discursivo, “refere-se mais ao conjunto de exigências que são colocadas para as mulheres como mães do que a uma uniformidade no modo efetivo com que elas exercem a maternidade” (MOREIRA; NARDI, 2009, p. 576). É explícito, assim, o delineamento de uma norma de mãe que é valorizada pelo coletivo e que tem como pressuposto o amor materno como natural e idealmente inabalável.

“Mãe leoa” é uma imagem usada por todas as participantes para explicar o porquê do engajamento na luta. A defesa dos filhos de qualquer possível mal é tida como “instintiva” no ser mãe assumido pelas Mães pela Diversidade e se expressa fortemente no medo que elas sentem pelos filhos no contexto de rua. Romper com a família caso essa se coloque contra o/a filho/a, é algo tranquilo para elas, pois seguirão juntas às “crias” e amando-as sem impor condições. Quanto à rua, por outro lado, a imagem a seguir, compartilhada por algumas mulheres no primeiro encontro que acompanhei, em outubro de 2017, e que registrei em meu diário de campo, é bastante expressiva:

Elas pareciam ter medo do filho/a sair de casa e não voltar. Algumas até preferiam que os filhos escondessem demonstrações públicas de afeto quando não estão “debaixo da asa”. Se elas pudessem estar juntas com eles/as 24 horas por dia, estariam mais tranquilas quanto a essas demonstrações; como se elas pudessem protegê-los da violência simplesmente por estarem ao lado.

Iara trouxe outro exemplo disso durante sua entrevista: “a gente no mínimo tem que defender nossa ‘cria’. Deus o livre que alguém diga alguma coisa contra LGBT na minha frente! E já virou uma coisa incontrolável, quando eu vejo, já falei”. E Caroline também: “se tu és mãe de trans, mãe de gay... tu já começa a se armar! Tu pegas o soco inglês, um pedaço de pau... porque tu vais pra cima, sabe”.

Novamente, o “instinto materno” é acionado quando questiono as três mães não-heterossexuais sobre o motivo de entrar numa luta política em prol dos direitos LGBTs dos filhos e não quanto aos seus próprios direitos nessa mesma agenda. Iara explica que: “Eu acho que com a mulher a sociedade não é tão cruel, com a lésbica. Porque daí acho que medo de violência contra o meu filho eu sempre tive, muito medo né. Talvez uma coisa primitiva, instintiva”. E Cleuza justifica com as dificuldades que a pessoa trans enfrenta inclusive no mercado de trabalho, o que um homossexual ou bissexual não teria, na sua visão. Como bem define Freitas (2002):

o “amor materno aparece em suas falas, não como um mito, mas como um destino; ele tem que ser necessariamente compartilhado por *todas* as mulheres” (p. 86).

Os deveres e responsabilidades de uma mulher-mãe estão definidos por normas e valores desde a enunciação da presença de um/a filho/a. Mas Freitas (2002) nos propõe um questionamento: quando terminam os “deveres” de uma mãe? É quando o/a filho/a atinge a maioridade?

Moreira e Nardi (2009) analisam narrativas em que o sofrimento das mães pesquisadas é produzido pela ideia de que ser mãe é cuidar, junto à ideia de que ser mulher ou ser útil é ser mãe. Ao deslocar-se da função de cuidadora, seria, portanto, inútil. Enunciados como esses definem o que é ser mulher-mãe de uma forma restrita e que torna sofrido para algumas delas repensarem suas vidas quando seus filhos/as se tornaram mais independentes. As mulheres mais velhas passam a não mais se reconhecer, buscando outras possibilidades de reconhecimento: na participação política, na vida profissional e na formação acadêmica, como indicam os autores. Ganha ênfase uma “nova” figura para o imaginário materno: a de mães que lutam (FREITAS, 2002).

Dito isso, retomo as características das Mães pela Diversidade do RS que entrevistei: das quatro, apenas uma tem o filho menor de idade e, por consequência, muito dependente dela. Entendo que militância é uma forma de manter o seu *dever* de mãe em cuidar um filho/a, reorientado pela ausência da proximidade física constante. Forma de cuidado essa que as representantes do coletivo têm expectativas de que toda mãe de LGBT faça. Nesse sentido, a maternidade *deve* ser privilegiada em relação a outras áreas da vida, inclusive sobre o relacionamento com os maridos, como afirma Cleuza: “eu sei muito disso, dela querendo apoiar [...] mas ela não banca, quem banca é o marido. E quando a mãe consegue romper isso, sair dessas amarras de marido, desse casamentinho tradicional, coisa e tal, ela vai à luta. Porque mãe é leoa, vai mesmo”. Porque uma mãe é mãe *acima de tudo*. Essa maternidade à frente de tudo não aparece, contudo, como algo da ordem da submissão ou mesmo de uma mulher que não agencia outros papéis sociais possíveis. As Mães pela Diversidade são politizadas e colocadas socialmente em diversos papéis, transformam a si mesmas e também torcem a ideia do amor incondicional para a causa LGBT. A maternidade acima de tudo aparece como articulação coletiva que une as mães enquanto um *nós* para lutar pelos direitos dos filhos daqueles que tentam ou, de fato, violam tais direitos. O afeto é politizado e

torna-se discurso e estratégia para enfrentar esse *eles* externo que constantemente se constitui.

É nesse sentido que percebemos o limite do ser uma mãe (e de ser uma Mãe *pela Diversidade*): Iara contou-me, na sua entrevista, que até os 45 anos de idade desejou e esperou para ser a barriga de aluguel do filho/a de Jean e Luan. O fato não se consumou por desejo de um deles de adotar uma criança ao invés de utilizar o método proposto por ela. Se levado à cabo o seu desejo, Iara se tornaria, além de uma Mãe pela Diversidade, uma Avó pela Diversidade, por modos pouco tradicionais no contexto brasileiro atual. Mãe, como ela mesma salienta, é aquela que faz tudo pelos filhos/as.

Em uma entrevista publicada *online* com duas outras representantes das Mães pela Diversidade do Brasil³¹, ambas apontam a figura da mãe como diferenciada das demais vozes do movimento LGBT:

A figura da mãe é muito significativa. Então, quando a gente é convidada para falar, as pessoas param e ouvem, de fato respeitam a nossa fala como algo legítimo. Mas esse é também um lugar muito específico. Não podemos falar em nome das pessoas LGBTI. O nosso lugar de fala é enquanto mãe, enquanto pessoa que apoia, que está ao lado, que batalha.

A posicionalidade de mãe (e não a de mulher e/ou a de LGBT) lhes confere respeito e um certo status social, favorecendo a expressão e reivindicação das suas pautas, por mais que elas sejam em defesa de terceiros. “A gente não tá ali pra tratar de filho, entendeu?”, Renata afirma veementemente no sentido de apontar que, por mais que o objetivo do coletivo seja em função dos filhos/as, ele trabalha com os pais e mães que não aceitam, no sentido de acolhê-los e trocarem ajuda. Portanto, os filhos serem ou não ativistas no cenário LGBT não faria diferença na luta delas. Anotei em meu diário de campo falas que ouvi nos encontros das mães quando essas falavam sobre a participação dos filhos/as nos protestos: “mas eles nem tem que estar junto, essa luta é nossa” e “eu vou porque eu quero”.

Renata reafirma que a luta é delas e não precisa envolver os filhos pois “pra nós, os nossos filhos chegam em casa e beleza, tá debaixo da asa ali, entendeu? Mas a gente faz isso pelos filhos dos outros, eu principalmente faço por eles”. Ela

³¹ Mães pela Diversidade saem do armário para enfrentar LGBTIfobia contra os filhos. Publicado em 11/05/2018 <https://nacoesunidas.org/maes-pela-diversidade-saem-do-armario-para-enfrentar-lgbtifobia-contra-os-filhos/>

inclusive afirmou que em alguns lugares como São Paulo têm mobilizações de “filhos das Mães”, mas essa não é uma realidade do RS, já que o número de mulheres ainda é pequeno em comparação. Elas estão focadas em aumentar o grupo delas primeiro, “sem pensar nos filhos”.

Em outras palavras, em um nível, as Mães pela Diversidade estão ali, sim, pelos próprios filhos/as, já que foi isso que as fizeram buscar o coletivo. Porém, a noção de uma “maternidade política” ou de uma “maternidade social” ganha destaque na constituição da identidade do movimento, pois incorpora os elementos de cuidados que deve se estender para os outros. É como se, ao mesmo tempo em que a maternidade se politiza, ela amplia o seu espectro de atuação (FREITAS, 2002). O cuidado que elas conseguem estender aos outros/as, reflete no cuidado dos próprios filhos/as e vice-versa, ou seja, produzem-se mutuamente. Freitas também afirma que, no caso da sua pesquisa com as Mães de Acari - RJ, a maternidade social acontece quando já não há mais esperança de reencontrar os filhos para muitas dessas mulheres, mas a semelhança está justamente no pensamento expresso que: “contudo, permanece a luta, nem que seja pelos outros filhos, pelos filhos de todo mundo, para que isso ‘não volte nunca mais a acontecer’” (FREITAS, 2002, p. 91).

Iara e Jean sempre estiveram juntos em mobilizações políticas LGBT. Inclusive, Rebeca Rebu se apresentou na Parada Livre de 2017, para emoção de sua mãe que acompanhava na plateia. Caroline levava Niko nas Paradas que ia enquanto pessoa LGBT. Flora era um pouco mais tímida, não a vi pessoalmente nas ações, apenas em fotos de Renata na Parada de SP em 2018. Sempre vi Cleuza e Diego juntos, mas ela reconhece que o “atropelou” e o levava contra a sua vontade no início pois ela achava importante; atualmente ela consegue reconhecer que o tempo dele é outro em vários sentidos, mas agora ele segue acompanhando a mãe por vontade própria: “hoje a gente anda junto”. Mesmo afirmando que a participação dos filhos/as não é relevante pois estão ali por elas mesmas e pelos outros, notei que existe uma valorização e orgulho dirigidos àqueles filhos que entraram na luta a partir delas.

Ser Mãe pela Diversidade significa politizar a maternidade tida como tradicional. Alguns sentidos naturalizados se mantêm sem questionamento, outros se transformam, mas é fato que essas mulheres souberam transformar a maternidade em uma categoria fundamental para a legitimação de suas lutas e que

lhes conferiu um lugar social de visibilidade do que tradicionalmente se atribui à esfera privada. Nesse processo, as mulheres-mães reinventaram-se e também ao mundo à sua volta, transformando, além de si, alguns significados históricos ligados à maternidade (FREITAS, 2002). A mãelitância parece concretamente alargar possibilidades e disputar sentidos de ser mãe.

3.2.2 – O lugar do pai

O nome do coletivo aponta para a centralidade que as mães têm nele. Poderíamos pensar que é um coletivo só de mulheres, mas Renata explica que, na verdade, o nome ficou assim por ter se originado só com mães, ainda que pais também tenham passado a integrar o coletivo com o passar do tempo. Esse retardo na procura pelos homens é interpretada pela coordenadora estadual como relacionada ao machismo. A figura do homem-pai que se delinea é a do machista-homofóbico. Essa mesma questão da participação é levantada na entrevista já citada (vide nota de rodapé número 24), onde é respondida da mesma forma: apesar do nome, é um coletivo de familiares.

Arosi (2013) citando Vianna (2012), entende tal investimento centralmente materno a partir da hierarquização dos sofrimentos “em que ser mãe é ter um tipo específico e mais violento de sofrimento” (p. 366). Relembramos que, além do sentimento diferenciado, a responsabilidade pela prole também o é, tanto no momento do nascimento, como depois, deliberadamente pela mulher-mãe ou não. A responsabilidade pelo sucesso ou pelo fracasso dos/as filhos/as “constitui-se numa culpa raras vezes dividida com os maridos” (FREITAS, 2002, p. 82).

O tempo todo há disputas de lugar de fala e do reforço da centralidade da figura feminina no coletivo, sendo os discursos de “coletivo de mães” e “coletivo de familiares”, por vezes, contraditórios, a exemplo do convite publicado no *facebook* do Mães em 23 de outubro de 2017:

Gente, resolvemos fazer um outro post, para que as Mães que ainda estão aí e que gostariam de efetivamente fazer parte do Mães pela Diversidade possam chegar até nós, e também aquelas que estão passando por momentos difíceis e que precisam ajuda! Gostaríamos de pedir que por favor, SÓ as MÃES DE LGBTs se manifestassem nos comentários do post colocando sua cidade e estado para que as respectivas coordenadoras possam chegar até vocês! **[grifos originais]**

Os pais de Flora, Jean, Diego e Niko apareceram muito pouco nas narrativas das participantes. Talvez por não serem os companheiros atuais das participantes, mas, quando apareceram, ou eram diminuídos em sua relevância, ou como ausentes. Renata demarca que ouviu muito de seu ex-marido o fato de ter engravidado porque quis e que, por isso, deveria se responsabilizar pela criação da menina. O pai de Jean foi ausente durante sua criação pois separou-se de lara quando o filho completou um ano e não tiveram mais contato. O ex-marido de Cleuza nega a expressão sexual e de gênero do filho, mas respeita tanto Diego quanto Cleuza. O pai de Niko e Caroline não tiveram uma separação tranquila e até hoje possuem pendências; no meio disso, Niko vê o pai quinzenalmente, o qual diz que o apoia, mas, segundo Caroline, “não mexe um dedo para ajudar”, quando fala sobre estar sozinha investindo no processo de retificação dos documentos do filho.

Meyer (2005) comentou que, à sua época, assistia à emergência de grupos de homens que lutavam pelo direito de serem ouvidos em casos de aborto e pelo direito de não assumir a paternidade se não participaram do planejamento da gravidez. Um dos efeitos de poder desses discursos é, para ela, a naturalização da ausência do homem-pai nos núcleos familiares, e, também, sua desresponsabilização pela vida das crianças. Ambos efeitos são captados pelas narrativas das participantes da pesquisa.

Para Cleuza, ter um filho LGBT, e apoiá-lo, é um divisor de águas em relacionamentos que já não estão saudáveis: “na maioria dos conflitos familiares, quem tem problema com aceitação, terminam a relação mesmo”, já que a maternidade é colocada em primeiro lugar nessas horas: “para tu veres que é mãe! Cada vez mais é a mãe. Eu acho muito triste ver uma mãe que não consegue romper com tudo isso e brigar pelo seu filho”. Caroline, nesse sentido, diz que é “mãe solo” ao assumir total responsabilidade sobre o filho.

Quanto a participação masculina no coletivo do RS, Caroline tem uma percepção de que seu companheiro Frederico não seria aceito nas reuniões, mesmo se expressasse desejo em participar. Ela justificou: “tu podes ver que até as mulheres não levam os pais de fato das crianças”, como se os homens não fossem devido às mulheres não deixarem e como se o pai biológico tivesse algum tipo de preferência sobre o padrasto, ou seja, a figura do pai vale enquanto filiação sanguínea e não enquanto função.

Mesmo com essa percepção, conheci dois “pais pela diversidade”, como se apresentaram, na conferência LGBT de Charqueadas, sendo que um deles fez um discurso sobre a filha lésbica junto à sua esposa (Mãe pela Diversidade) no evento. Eles não participaram dos encontros aos sábados e nem foram contados como pais atuantes por Renata, dando a entender que para ser mãe [pela Diversidade] não é necessário que se tenha um pai, apenas um/a filho/a.

Ao invés deles, Renata e as outras mães mencionam Avelino, pai coordenador do coletivo de Goiás, como destaque e uma espécie de caso paradigmático para o coletivo. Ele perdeu o filho assassinado por homofobia, e se engajou na luta, fazendo da luta e da causa a sua própria vida. Além dele, Renata mencionou um pai do RJ e outro de Brasília. Avelino é um pai que tem destaque midiático, como citado em entrevista “um símbolo de militância paterna de LGBT” e “o pai dos LGBT do Brasil”³². Avelino, às vezes chamado de “pãe”, consagrou uma frase que é repetida por todas as Mães pela Diversidade como um incentivo à saída do armário da família: “A família que não sai do armário está assinando o atestado de óbito do se filho”, e utiliza para isso o exemplo de sua história de vida.

A partir desses elementos, nos perguntamos: além do lugar do pai, qual o lugar dos homens no coletivo quando esses não são os filhos ou LGBTs? A figura do homem-pai que é frequentemente passada é a da violência, é daquele que o filho morreu. Avelino, nesse sentido, é a exceção que reforça a regra do masculino performando o machismo e a homofobia – e dá uma visão positiva de que isso pode mudar e que deve mudar antes de um ato violento acontecer³³.

Quando se trata da participação masculina no cenário familiar LGBT, percebemos uma escassez de participantes ativos nas narrativas das Mães pela Diversidade. Não só na luta, mas também na paternidade em si, identificada nas narrativas das mulheres entrevistadas. Eles não participam, mas, conjuntamente, parece que a produção do ser Mãe pela Diversidade envolve não ter o pai presente. Kofes (2015), ao analisar a participação dos homens (maridos e pais) em atividades

³² “Como nascem as Mães pela Diversidade: Primeira reunião do coletivo Mães pela Diversidade em Goiás é marcada pela memória dos 5 anos de morte do jornalista goianiense Lucas Fortuna, vítima de homofobia”, publicada em 21 de novembro de 2017. Disponível em: <http://folhaz.com.br/colunas/maes-pela-diversidade/>

³³ Avelino esteve presente na Parada Livre de POA em novembro de 2018 e fez a fala ao palco em nome do coletivo das Mães pela Diversidade a convite delas. Tal fato não será analisado pois o trabalho já estava na fase de revisão, conforme cronograma de pesquisa, à época do evento.

domésticas, afirma que esta encontra-se na categoria de eventual e não de frequente, de seletivo quanto às atividades domésticas realizadas, em todos os casos em que há empregadas domésticas na casa. Podemos acrescentar aqui: “em todos os casos em que há uma mulher na casa”. Em unidades domésticas onde há presenças femininas de familiares, a participação dos homens também tende a ser mais restrita. Ou seja, existe uma atribuição feminina das tarefas domésticas, do cuidado e do *sentir* (KOFES, 2015).

Quando essas argumentações surgem nas narrativas das mulheres-mães, Freitas (2002) afirma que essa é uma maneira delas lidarem com a não participação dos pais, como uma forma de justificar essa ausência. A autora alerta para uma justificação que se dá nos limites da “natureza do homem”, sem o questionamento da socialização/educação diferenciada que homens e mulheres recebem e que se reproduzem justamente quando são tomadas como naturais e normais. Podemos ir além e supor que não é apenas porque os homens seriam tidos como “naturalmente ausentes”. As participantes têm uma percepção de que alguns homens seriam interessantes para o movimento devido ao seu envolvimento com os/as filhos/as, por exemplo Frederico, mas elas sustentam de certa forma que aquele é um espaço das mulheres e o mantêm assim.

A educação recebida por homens e mulheres ainda é sim diferenciada. Normalmente é atribuída às mulheres a possibilidade da publicização dos sentimentos, do choro e do grito, o que não ocorre com os homens (FREITAS, 2002), e é justamente essa possibilidade de exposição, juntamente aos marcadores sociais de cada uma e a posição enquanto mães, que as levam para um caminho de luta nas ruas. A identidade política passa por sustentar uma certa possibilidade de maternidade, que ao mesmo tempo que reforça certas naturalizações como o do amor incondicional, supõe o rompimento de algumas amarras morais, o que tem efeitos também para a posicionalidade dessas mulheres nas suas vidas, no espaço público, na política.

3.3 – Lugar de fala: tornar-se Mãe pela Diversidade

Legalização do aborto, feminismo, igualdade de direitos civis para os homossexuais, criminalização da LGBTfobia e despatologização das identidades trans são exemplos de temas que vem ganhando espaço nos movimentos sociais e que convocam coletivos feministas a posicionar-se, como as Mães pela Diversidade o fazem publicamente. Aparecer publicamente sustentando um posicionamento, exige certos cuidados, o que pressupõe que nem toda mãe de LGBT, pode se inserir nessas discussões enquanto uma Mãe pela Diversidade: quem ingressa no coletivo passa por um processo de aprendizado essencial para a representação do coletivo em espaços como esses mencionados. A seguir, aprofundarei esse processo que confere às mães um lugar de fala e quais os limites de tal lugar.

3.3.1 – Processos de ensino e aprendizagem

Quando encontrei Renata pela primeira vez no intuito de conhecer o coletivo e a viabilidade de realizar minha pesquisa com o Mães, algo me chamou a atenção, conforme anotei em diário de campo:

É interessante como tem uma apropriação pedagógica na posição política assumida por Renata. Ela, enquanto mãe, aprendeu como chamar uma travesti e está ensinando outras mães através do lugar político em que se encontra: o de coordenadora. Como se fosse formada em “ciência LGBT”, ela mesma brincou.

Essa situação sobre chamar uma travesti pelo pronome feminino foi relatada nesse encontro e retornou durante a entrevista. Ela contou que, na primeira Parada que participou em SP, ela se emocionou com uma situação e falou para uma outra Mãe pela Diversidade que “um travesti” tinha falado com ela. Essa mãe imediatamente chamou a atenção de Renata para o uso correto do pronome e foi um aprendizado que ela tomou para o resto da vida e passa para as outras mães que entram no coletivo: “então hoje em dia eu já estou fazendo esse papel, outras aqui que já passaram por isso também, nós estamos cada uma aos poucos fazendo esse papel”.

Esse papel de “educadora” sobre o que e como uma Mãe pela Diversidade fala, não cabe apenas à Renata, mas a outras mulheres que já “aprenderam” como

ela e podem se posicionar no ensinamento a outras novas. O ensino-aprendizagem no coletivo das Mães pela Diversidade RS se dá “meio que organicamente: uma passa para outra que passa para outra”. Além daquilo que elas aprendem pela própria experiência, Renata disse estar articulando capacitações com líderes de movimentos sociais LGBTs de POA para qualificar seus conhecimentos sobre o movimento e a militância. O processo de ensino e aprendizagem se volta tanto para outras mulheres como para elas mesmas (D’ÁVILA, 2016), na medida que aprimoram seu conhecimento e nomeiam com ciência algo que lhes é do nível da experiência.

Anjos (2002) fala da “arte de publicizar” como de grande relevância para os movimentos sociais. Está em jogo aqui uma gestão da imagem de si a ser publicizada que exige um aprendizado entre os integrantes da organização de que essa imagem deve ser a de “normalidade” de si, “sob pena de se cair tanto na vergonha quanto no descrédito” (ANJOS, 2002, p. 232). Ainda que tal artigo se refira à publicização de uma identidade homossexual, as mães seguem esse perfil de demonstração de que elas são normais, logo produziram filhos/as normais e que devem ser assim olhados/as.

Além da exposição pessoal, importa para as integrantes do coletivo o conteúdo do que é dito, assim como verificado na organização pesquisada por Anjos (2002). Se o conteúdo do discurso tem a ver com a imagem veiculada de um grupo de pessoas – o dos LGBTs e o dos familiares – então esse discurso precisa ser delimitado com necessidades e restrições do que dizer de acordo com as normas sociais legítimas. A diversidade de gênero e sexualidade a ser apresentada “tem que poder ser relacionada à ‘cidadania’, não só no conteúdo veiculado, mas na apresentação de si de seus porta-vozes, que têm que evocar ‘normalidade’” (ANJOS, 2002, p. 233) para que as demandam sejam lidas como legítimas e reguladas por certas normas.

Empoderamento é uma palavra recorrente nas falas das entrevistadas. O empoderamento aparece como essencial para que elas tenham saído do armário enquanto Mães pela Diversidade e como parte do processo de se sentir à vontade na representação pública do coletivo. Iara comentou sobre o medo que sentiu na primeira vez que falou em nome do Mães numa roda de conversa com alunos de uma escola de Charqueadas. Dois sentimentos são comuns segundo as falas das entrevistadas: o medo inicial e a segurança ao utilizar a camiseta de identificação do

coletivo. Perdido o medo da primeira fala devido ao empoderamento construído nos encontros, as recompensas de carinho que elas recebem são suficientes para que estejam empoderadas para outros momentos.

Aparecer na mídia é visto por Anjos (2002) como uma prova de que o empoderamento atingiu o nível máximo de fazer com que a representante se sinta capaz de o fazer. Considerarem-se preparadas, autoconfiantes e com boa autoestima integram-se em um sentido de processo com a comunidade, a cooperação e a solidariedade (D'ÁVILA, 2016), extrapolando um simples empoderamento direcionado a falar em público em nome do coletivo.

Circular em público com a identificação de Mãe pela Diversidade lhes confere um status diferenciado que as deixa seguras e confiantes, como afirma Iara. Esses aspectos também foram encontrados pela pesquisa de D'Ávila (2016) que disse que as Mulheres da Paz: “ao colocarem sua camiseta ou crachá do projeto social, passavam a serem abordadas nas ruas e em diferentes espaços para esclarecer dúvidas e realizar encaminhamentos” (p. 68).

D'Ávila (2016) reitera que são nos grupos de reflexão ou grupos de mulheres, que elas podem questionar as relações de poder, os estereótipos de gênero e tudo o que sentem que reflete na sua luta. Nesses espaços, se estimula o poder e a reciprocidade “promovendo a participação social e política, incitando o desejo de falar de si mesma, de construir a própria história e de participar na comunidade” (D'ÁVILA, 2016, p. 62). Não é à toa que algumas mulheres-mães iniciam a participação em outros espaços políticos a partir da participação no Mães pela Diversidade, a exemplo de Caroline, que tomou a frente de outro coletivo feminista de POA. Dessa maneira, os grupos podem transformar opressão em resistência, onde o exercício democrático do poder é possível. A resistência e o empoderamento são modos de enfrentar os sistemas de dominação e torcer normas (D'ÁVILA, 2016).

Além do que e como falar, também existe um *quem* pode falar: nem toda mãe de LGBT, ainda que “empoderada”, tem destaque nas ações. Renata pontua que é necessária uma preparação para falar em nome do Mães. Ela dá um exemplo ocorrido com uma mulher de São Leopoldo e a mãe dela. Elas nunca haviam participado de uma reunião presencial, tinham contato apenas via *facebook*, e desconheciam o estatuto. Ambas queriam falar em nome do coletivo na Parada que aconteceu na cidade; Renata as impediu com base no argumento de não estarem preparadas, o que foi reforçado por outras participantes do coletivo. O fato de outras

peças concordarem e reforçarem uma decisão dela trouxe um alívio para a coordenadora, que disse: “o nosso trabalho está dando certo, porque não é assim, não é qualquer um que vai chegar e vai falar”.

Assim como em todo movimento social, a presença de “líderes” institui uma diferença dessa figura para a das outras participantes. A diferença, para Anjos (2008), é de que as líderes são reconhecidas enquanto tal pela “capacidade de planejamento e organização, ligados a alguma instrução” (p. 515). Elas exercem a mediação entre diferentes esferas e instituições que as circundam e as outras participantes do movimento. Na pesquisa sobre o engajamento de mulheres nas comunidades e pastorais da autora, ela conclui que as mulheres vão se descobrindo aos poucos como capazes de liderar, a partir do incentivo e reconhecimento anterior dos líderes da Igreja. Com isso, passam a adquirir os recursos que possibilitam o investimento em uma “carreira militante”, processo semelhante ao vivido pelas Mães pela Diversidade.

O trabalho militante não é possível sem alguma “formação” ou “capacitação” em cursos e palestras (ANJOS, 2008). O processo de ensino-aprendizagem das Mães, através das reuniões e participações em espaços coletivos, visa disseminar e estudar as crenças do movimento para que todas se tornem empoderadas (como elas mesmas definem) e possíveis multiplicadoras desses entendimentos em espaços públicos. Elas realizam um encontro mensal que, além do acolhimento mútuo, tem essa finalidade. Em setembro de 2018, recebi um convite para estar novamente com elas, dessa vez em uma roda de conversa com os movimentos sociais organizadores da Parada Livre, atividade que aconteceria pela primeira vez no RS. A própria Renata, ao me convidar pelo *whatsapp*, disse que o intuito era “capacitar” as mães porque tem muitas que ainda se sentem inseguras para fazer falas”.

Dito isso, ficam explícitos alguns pontos necessários para que uma mulher-mãe seja uma porta-voz do coletivo: estar empoderada e segura para falar, frequentar as reuniões, conhecer o estatuto do coletivo, e ser reconhecida pelas outras participantes do grupo enquanto tal. Mesmo as mulheres-mães já consagradas como representantes as vezes são tolhidas em relação ao que falam e ensinam às outras, como exemplifica Cleuza: “as vezes tem umas mães que estão precisando muito de conversa e esclarecimento, aí quem sabe fala, às vezes eu sei

mais um pouquinho e falo, as vezes a gente dá a informação errada e a Renata vai lá e corrige”.

Cleuza sente-se empoderada como Mãe pela Diversidade e atribuiu isso à sua graduação em Psicologia. Ela contou que na sua primeira aula do último semestre que tem como tema a transexualidade, ela se apresentou como Mãe pela Diversidade e disse ter um filho trans. Os colegas arregalaram os olhos e perguntaram o que ela sabia sobre a transexualidade e ela respondeu: “ah, sei isso, sei aquilo, tem o material ali, bá, bá bá”, claro, porque já é um tempo né”. A graduação somada à participação no coletivo, a coloca em posição de respeito pelo seu saber em determinados contextos, mas a presença das “líderes” se faz constante no movimento das mães, separando as que sabem “mais” pelo seu tempo de trajetória ali.

Limitações e condições de poder geram também disputas internas, as quais são vistas por Anjos (2008) como acontecimentos essenciais na constituição da liderança. Renata citou situações de disputa quanto a quem apareceria em público em determinados eventos que aconteceram em outros estados, mas também vivencia isso com nitidez por estar na coordenação estadual do RS. Ela comentou que, após não aceitar uma ideia tida por uma participante do coletivo, esta participante saiu do coletivo e não quis retornar. Outra tensão que vivenciou foi em relação a qual mulher-mãe iria falar na Parada Livre de 2017: em função da segurança para acessar o palco, as entidades organizadoras definiram que ela seria a oradora. Ao comunicar isso para as outras, uma delas não ficou contente pois queria aparecer, discutiu e ficou brava com Renata por um tempo. Nessa situação, uma acabou acusando a outra de vaidade.

A questão do lugar de fala está definida em no documento das diretrizes do coletivo. O tópico “4- Lugar de Fala” traz o texto:

Em mesas, rodas de conversa, palestras ou qualquer lugar que o grupo seja convidado ou esteja para expor a vivência das mães e pais pela diversidade só mães e pais de LGBT tem o protagonismo. Pessoas LGBT, pais e mães de pessoas heterocis, outros familiares podem ser convidados a se juntar nesses momentos, mas sempre com uma mãe ou pai de LGBT presente. No caso de reuniões e assuntos burocráticos, para tratar de um evento, para tratar de um acordo com uma secretaria, para ir numa reunião de uma empresa, para pedir financiamento, etc, outras pessoas que não mães e pais de LGBT podem ir representando o grupo desde que autorizadas pelas coordenadorias de cada estado quando o assunto for local e pela nacional quando for nacional.

As disputas quanto ao lugar de fala no cenário LGBT ficaram evidentes em muitos momentos durante meu trabalho de campo. Um exemplo disso foi quando estive com as Mães pela Diversidade no fórum de Charqueadas. Em um determinado momento, um jovem não-inscrito para falar pegou o microfone e falou que tinha uma vida muito difícil mesmo sendo heterossexual. Ele pediu perdão a todos os gays que ofendeu e disse que não o faria mais. Além dele, um deputado estadual presente no evento falou que: “o nome social é tipo um apelido, igual a Lula”, entre outros equívocos a respeito da transexualidade (que chamou de transexualismo). Nessas duas falas, as mães presentes gritaram que ali não era lugar de fala deles, não era o lugar para homens cis e héteros falarem sobre a condição LGBT. Ao ver um jovem gay ser invisibilizado frente ao discurso dessas duas pessoas, elas acionaram o lugar de fala delas como mães, cuidadoras, protetoras e todos os sentidos que o amor materno “instintivo” devem carregar, no intuito de reforçar o lugar de fala dele como LGBT. O lugar de fala de uma Mãe pela Diversidade precisa ser demarcado constantemente, bem como os seus limites, como é o caso com os diálogos com o movimento LGBT.

3.3.2 – Diálogos com o movimento LGBT

Quando temos um movimento que luta por direitos das pessoas LGBTs formado por pessoas que não se identificam enquanto tal – mesmo que suspendendo essa identidade em detrimento da de mãe – nos questionamos a respeito de como são os diálogos desse com outros movimentos de pessoas LGBTs. Essa relação entre movimentos já está pré-estabelecida pelo documento das Diretrizes, onde traz tal tema no tópico “7- Conselhos e Conferências LGBT”:

Mães e pais de LGBT não são LGBTs portanto não podem concorrer com LGBTs para vagas em Conselhos LGBT em qualquer nível da federação ou concorrer com vagas de LGBTs para as Conferências. Caso existam vagas específicas para pais e mães de LGBTs que de maneira alguma concorram com pessoas, ONGs, Coletivos, organizações LGBT, então as mães e pais pela diversidade podem pleitear esse espaço.

Para Renata, o diálogo entre os movimentos é tranquilo. O espaço em comum foi constituído a exemplo de SP e a participação na organização da Parada foi conquistada a partir da demonstração de que não tentariam usurpar o lugar das

ONGs já atuantes. Demonstração necessária, pois, no início, havia comentários negativos sobre elas não serem LGBTs e estarem inseridas ali, até que se alcançasse uma relação de confiança³⁴.

Renata afirma que elas são parceiras da causa, acredita que é importante a visibilidade da família porque fortalece o movimento. Segundo ela, os organizadores sempre quiseram um contexto familiar para a Parada Livre, mas, antes delas, não haviam conseguido efetivar isso da forma que imaginavam. Hoje, elas não se consideram um coletivo LGBT, mas *apoiadoras diferenciadas* desses movimentos; um apoio “diferenciado” pois vão além de um apoio “comum” que as colocaria na retaguarda e fora das decisões do cenário LGBT da cidade. Na forma que elas assumem, seus votos nas pautas entram em consenso com o coletivo e têm o mesmo valor do que os das entidades LGBTs – nem atrás nem à frente, mas ao lado do movimento.

Todas as entrevistadas já tiveram contato com esse documento mencionado acima ao longo das participações nas reuniões, então noto que os discursos a respeito dos diálogos possíveis com o movimento LGBT é muito semelhante entre elas. Lara, apesar de verbalizar as mesmas normas, também as questiona. Ela reconhece seu lugar de fala como não sendo o mesmo de uma pessoa gay e que não pode falar no lugar de um deles – desconsidera sua inscrição não-heterossexual. Ser LGBT, para ela, confere um peso a mais, uma legitimidade maior para falar. Apesar disso, ela passou a ocupar uma cadeira no conselho da cidade para organizar o Fórum devido à ausência de outros coletivos em Charqueadas. Para ela, deveria haver uma igualdade: elas não só deveriam ser apoiadoras na retaguarda dos movimentos LGBTs, mas deveriam ter um espaço garantido para a família nos espaços de luta, como dois espaços diferentes e igualmente relevantes.

Caroline e Cleuza, que demarcam sua pansexualidade e bissexualidade, respectivamente, em diversos momentos, não parecem ter um peso maior na sua voz, como Lara imagina acontecer com quem demarca sua posição de LGBT além de mãe. O que a(s) insere(m) no movimento é a experiência como mãe,

³⁴ Nota-se que as próprias diretrizes do movimento sobrepõem a identidade parental sobre a expressão de gênero e sexualidade que porventura esses pais e mães possam performar.

exclusivamente, deixando invisível outros marcadores e articulações em prol da luta comum que as une.

O lugar de fala, portanto, é um dos entendimentos centrais que as Mães pela Diversidade têm. Elas tensionam o tempo todo quais os limites e possibilidades de falar por e falar com os LGBTs, respeitando os movimentos que seriam “mais representativos” da causa, colocando-se ao lado desses.

3.4 – Lugar de luta: onde e como o coletivo atua

“Quando nós pedimos para abrir as Paradas [...] queremos o ato simbólico de estar na frente dos nossos filhos, mais que endossando, dizendo para a sociedade: ‘Para chegar neles, vão ter que passar por cima de nós primeiro’ [...]”

(Publicação de Maju no facebook em 28/11/2017)

Essa escrita de Maju a respeito das participações em paradas LGBTs denota a importância que a mesma tem para o coletivo: escancara o cuidado que elas têm por todas as pessoas LGBTs e a consideração deles/as como filhos/as, o que vai no sentido do conceito de “maternidade social”, já descrita anteriormente. Para Renata, a Parada é muito simbólica, pois “é um dia na vida em que as pessoas podem ser exatamente como querem”.

Uma categoria social como a das pessoas LGBTs é constituída em termos negativos simplesmente por tensionarem normas de gênero e sexualidade. A publicização dessas identidades envolve romper com as categorias de percepção que fundamentam sua inferioridade, o que podemos ver nas Paradas em todo o país. Esse rompimento permite que diferentes experiências ganhem visibilidade a partir de sua enunciação pública e que se constituam em signos de pertencimento a um grupo social (ANJOS, 2002), grupo esse que sai às ruas mostrando que a “minoridade” é um conceito não relacionado ao número de pessoas que divergem de uma norma.

Dentre as paradas mais significativas, está a Parada do Orgulho LGBT de São Paulo (SP). Para Renata, que participa dela como Mãe pela Diversidade há alguns anos, essa Parada “é emblemática demais para o nosso movimento, é onde

o Brasil inteiro consegue se conectar”. Conexão que acontece também entre as Mães pela Diversidade do país inteiro, pois se encontram em uma programação que se inicia desde o dia anterior ao evento, como uma reunião anual.

O domingo, dia em que ocorre a Parada propriamente dita, é programado a partir de uma caminhada e de trios elétricos. As duas primeiras Paradas que Renata participou em SP foram abertas pelas Mães que desfilaram no chão; a terceira foi aberta com elas em cima do trio elétrico. Abrir no chão, tanto para Renata quanto para Iara, é mais emocionante devido ao maior contato com as pessoas: “as pessoas te pegam pelo braço, vêm e abraçam”. Isso não só quando a caminhada começa, mas desde o momento em que elas chegam, juntas, para o local de concentração. Iara se emociona falando sobre isso: “quando eu cheguei com aquela camiseta, abraçada com aquela bandeira colorida... quando a gente chega, aquele monte de mãe, a Avenida Paulista se abre. Ah... aquilo não tem explicação!”.

A Parada em SP é tradicional no modelo de caminhada e trio elétrico. Segundo Iara, a forma como foi estruturada a de POA, com palco e show, é incomum. As Mães pela Diversidade, na figura de Renata, participam da organização do evento e têm uma fala garantida no palco, além, obviamente, da abertura da caminhada. A participação de Iara em sua primeira Parada em POA foi, segundo ela, libertadora, pois começou a pensar na sorte que seu filho tem em ser aceito por ela e pela família quando comparou a sua história com a de outros jovens que se aproximavam.

Anjos (2002) menciona uma reportagem veiculada em um jornal local sobre o “Dia do Orgulho Gay” dos anos 2000, a quarta Parada da série anual. Tal evento foi citado como um “desfile”, como uma apresentação estilizada, da diversão proporcionada por quem desfila, e do correspondente bom humor e curiosidade, o que quer dizer, para a autora, a impossibilidade de levar a sério por quem assiste (ANJOS, 2002). Naquela época, o NUANCES promovia a Parada e colocava deliberadamente as travestis na linha de frente no sentido de dar a ver o que a mídia queria ver, e isso conquistava a simpatia da mídia para a “causa”. O caráter festivo da Parada é visto por Anjos (2002) como a suavização de seu possível caráter reivindicativo, mas isso, por outro lado, torna as reivindicações “bem vistas” pela mídia, já que as que aparecem cruamente tendiam a ser malvistas pelos jornalistas – os grupos já estigmatizados ficariam ainda mais marginalizados.

É pelo protesto, estilizado ou inusitado, quase sempre de alguma forma reduzido, que a organização consegue ser notícia e, a partir disso, divulgar sua “causa”. Por outro lado, a capacidade que a organização tem de mostrar força, quer dizer de mobilizar contingentes de pessoas, de tal forma que consiga inserir-se na “agenda da mídia” é extremamente limitada, dependendo então de estratégias, artifícios que vão variar conforme o momento (ANJOS, 2002, p. 238).

No país em que mais se mata LGBTs, negros e mulheres no mundo, as Paradas funcionam justamente para conscientizar as pessoas e dar visibilidade ao tema, conforme reportagem realizada sobre a Parada de São Paulo em 2018³⁵. Para algumas pessoas entrevistadas nessa reportagem, a Parada (podemos estender para a de POA) é mencionada como um evento divertido, como outro qualquer, onde as pessoas estão alegres e passam boa energia para ir em família. Da mesma forma como relatado por Anjos (2002) sobre a Parada dos anos 2000.

Apesar de manter semelhanças, especialmente no ponto festivo, mesmo que se esteja “berrando contra os retrocessos”, vejo as mudanças de estratégias para que a causa seja veiculada midiaticamente. Tendo mulheres-mães à frente, anunciando gritos de guerra como “Tire seu preconceito do caminho, queremos passar com nosso amor”, vejo um retorno e, ao mesmo tempo, uma torção da noção de família e de maternidade. Aciona-se a imagem da família/mãe que protege, ama e aceita tudo o que está sendo feito pelos filhos/as. Elas legitimam o que vêm atrás como normalidade, mesmo que ainda mantenham o caráter festivo da Parada, e reiteram que o normal das famílias e o ideal de mãe *deveria* ser o que elas fazem ao invés da perpetuação do preconceito.

Vi que são mulheres que não fogem da luta mesmo cansadas. Que apresentam seu orgulho e seu amor, deixa-os expostos como um exemplo a ser seguido. Cuidam de quem as procura e cuidam umas das outras. A postura que elas têm carregando a faixa, o choro de emoção abrindo a Parada, são experiências transformadoras para quem assiste sua passagem. Elas estão ali pelos seus filhos/as e por todos os outros, nas palavras de Cleuza:

Então é isso, tudo começou com o Diego, e que bom, porque se não fosse isso, eu não estaria em todos os movimentos que eu gosto, eu gosto de transitar nesses espaços e não é só por ele não. No início era com certeza, mas hoje não é mais, a luta é por todos.

³⁵ <https://emails.estadao.com.br/blogs/familia-plural/familias-vaio-a-parada-do-orgulho-lgbt-e-tratam-com-criancas-questoes-como-diversidade-e-respeito/>

Outra Parada acontece em POA meses antes da Parada Livre de novembro e que motivou essa fala de Cleuza: a Parada de Luta. Essa segunda iniciativa surgiu a partir da ruptura entre alguns movimentos sociais do cenário LGBT da cidade, e acontece há dois ou três anos (não foi encontrado registros precisos até o momento). Cleuza teve sua estreia como Mãe pela Diversidade na Parada de Luta de 2017, ao subir no caminhão com outras mulheres e ouvir muitas meninas se abraçando e dizendo: “minha mãe não faz isso por mim”. Ela, que até então não tinha tão definida a sua participação no coletivo, apontou que, após descer do caminhão, disse para Diego: “o Mães pela Diversidade é mãe de todos”, e que ela seguiria sendo uma delas independente do que acontecesse com o filho em termos de seu desenvolvimento performático de gênero e sexualidade.

Em 2018, as Mães pela Diversidade foram convidadas a participar da organização da Parada de Luta também. No intuito de manterem-se como figuras neutras na disputa que ocorre entre Parada Livre e Parada de Luta, Renata disse que houve um acordo: “ok participar, desde que fique bem claro que a gente vai participar dos dois grupos e não vai tolerar nenhum tipo de comentário ofensivo tanto de um lado quanto de outro”, e uma outra integrante do coletivo as representaria nas reuniões. Alguns dias antes da referida Parada, Renata me avisou que a participação delas havia sido interrompida, mas que elas estariam no local carregando sua faixa e espalhando seu amor da mesma forma que fariam – o que, de fato, fizeram.

Tão prioritárias quanto a divulgação de seu trabalho e de seu amor nas ruas, outras ações são feitas pelas Mães pela Diversidade que incluem a ida em colégios conversar com alunos e professores, a divulgação de notas e textos, aparições na mídia.

As conversas são, normalmente, em colégios estaduais/públicos. Iara contou como organizou sua fala em uma escola de Charqueadas no período das ocupações³⁶: “eu preparei um material assim, bem básico, peguei um vídeo bem

³⁶ O cenário político brasileiro contou com ocupações escolares e universitárias durante o segundo semestre de 2016 ao longo de todo o país, abrindo a possibilidade de novas discussões e novos temas dentro dos espaços educacionais.

pesado sobre agressão. Depois eu peguei um que é do Mães pela Diversidade para mostrar um final feliz”. Renata diz que a condição de mãe favorece que elas falem de outros assuntos relevantes que não só ligado à diversidade como Direitos Humanos e *bullying*. Ela também é adepta da metodologia de “mostrar como é bem negativo e terminar mostrando o positivo, que nossos filhos são iguais a qualquer outro”.

Cleuza participou de uma atividade em Cachoeirinha, tratava-se de uma palestra voltada para discussão sobre o acesso da população trans aos postos de saúde da cidade. Foi um evento da Secretaria Municipal de Saúde que desejava mapear o território de moradia dessas pessoas para poder planejar ações de inclusão. Segundo ela, tinha no máximo quinze pessoas, tendo abertura para a participação dela enquanto uma Mãe pela Diversidade, o que resultou num apoio da ação da prefeitura.

Caracterizo essas ações como fazendo parte do processo de ensino-aprendizagem tão valorizado pelo coletivo. Estar na posição de alguém que sabe e, mais do que isso, uma *mãe* que sabe através da sua experiência, capacitação e empoderamento, e de alguém que tem algo a ensinar, lhes confere uma posição de destaque e credibilidade. Elas afirmam que a base do preconceito é a ignorância então, ao levar informação nas escolas, elas se percebem favorecendo a quebra de preconceitos.

Outra via de ação e visibilidade do coletivo se dá por meio da escrita e divulgação de notas. Por exemplo, em setembro de 2017, foi divulgada uma que repudiava a liminar concedida à psicólogos para tratarem e curarem os homossexuais e bissexuais. Outra foi uma carta aberta com direcionamento aos pais de uma transexual que foi agredida até a morte em março de 2018, entre outras. Esses textos de domínio público ficam acessíveis a quaisquer pessoas que busquem pelo coletivo *online*, igualmente à campanha lançada por elas nas redes sociais chamada “#acriançaLGBTexiste”.

Tal campanha ganhou força em 2017 com o fechamento precoce da exposição Queer Museu em POA. Uma das instalações da exposição chamava-se “Criança Viada”, fazendo menção as características da diferença que apareceriam desde a infância. As Mães pela Diversidade identificaram-se com tal instalação e passaram a afirmar que seus filhos/as foram/são “crianças viadas”, reiterando a existência dessa definição sobre a infância.

A frase-lema da campanha “a criança LGBT existe” foi criada pelas Mães para denunciar a violência sofrida nos mais diversos contextos pela criança que não se encaixa nos modelos normativos de gênero e sexualidade. Majú Giorgi, em uma publicação na sua página pessoal em 5 de junho, afirmou:

No momento em que entramos na Paulista com aquela faixa, nós já sabíamos que íamos ser trucidadas...e entramos mesmo assim porque algum dia em algum momento alguém ia ter q colocar a cara no sol pra quebrar esse tabu...e fomos nós...Graças a Deus e a Cher...então alguém avisa lá pra eles que a criança LGBT existe sim e que essa é a nossa verdade e sai, sai da frente, sai que com as Mães é diferente! 😊

Ao buscar por essa frase na internet, nos deparamos com diversas notícias negativas (de jornais religiosos) sobre tal iniciativa, como se as Mães pela Diversidade estivessem tentando sexualizar a infância ao definir “comportamentos transitórios” como fixos e associados às identidades LGBTs. Mesmo tentando afirmar seu saber de mães ao dizerem que com elas é diferente, elas estão, portanto, sujeitas aos mesmos ataques e pedidos de explicação vivenciadas pelas pessoas LGBTs ao saírem do armário.

As aparições nas redes sociais (*facebook, instagram, youtube*), as visitas a programas de televisão, como novelas e entrevistas e o protagonismo em documentários (“Eu LGBT”, por exemplo) lhes confere ampla visibilidade. A mídia tornou-se, assim, um interlocutor fundamental entre o movimento e o público-alvo. Freitas (2002) acredita que ao ressaltar valores como afeto, amor e solidariedade, elas enfatizam uma luta que é melhor aceita, mas acabam por enfatizar também que “as armas usadas pelas mulheres não podem ser as mesmas que as dos homens. Já de início se estabelece uma leitura bastante dicotômica dos valores (e papéis) atribuídos a mulheres e homens” (FREITAS, 2002, p. 80).

A participação no protesto contra a cura gay em 2017 exemplifica outra forma de luta do coletivo. Nesses espaços, não basta apenas segurar faixas e distribuir panfletos. As mulheres-mães assumem o microfone e falam, para todos/as/es, coisas como as que Lara disse naquela ocasião:

[...] Nós temos que ocupar os espaços, nós temos que ir pra rua porque os nossos filhos precisam de nós, e se nós, mães, pais, madrinhas, avós, não fizemos nada por eles, quem vai fazer? Eles já sofrem violência diariamente nas ruas, ainda mais nas ruas de Porto Alegre. Então a gente precisa berrar sim, a gente precisa falar e sair do armário, né. E o meu filho, se eu não posso deixar ele 24 horas embaixo da asa, eu vou pra rua, eu luto, eu batalho por ele, e a única arma que a gente tem é essa, é o amor e é a palavra.

Ao denunciar casos de discriminação e violência contra a população LGBT, as Mães pela Diversidade demonstram as “tecnologias sociais” utilizadas para chamar a atenção do poder público. Anjos (2002) exemplifica que essas ações vão desde a manifestação pública ao protesto por escrito junto a órgãos públicos julgados competentes. Trata-se, mais do que chamar a atenção, daquilo que Zago (2014) chama de “desejar o desejo do Estado”; elas querem que o cenário denunciado mude para os/as filhos/as e para todos/as.

Como ser mulher-mãe significa ser e fazer tudo pelos filhos/as, significa também que elas podem e *devem* invadir as ruas. E aqui se confirma uma outra dimensão como atividade materna: a luta. Como bem diz Freitas (2002): “A mãe que impulsiona o filho para a luta é a mesma mãe que pede licença, mas invade, sempre que for preciso, as praças e as salas das autoridades” (p. 81). Ao meu ver, abrir as Paradas é simbolicamente se colocar como escudo que protege quem mais tem valor por detrás dele das ofensivas preconceituosas e violentas. É assumir uma responsabilidade de performar como as mulheres-mães devem ser. Mesmo assim, todas as Mães pela Diversidade entrevistadas concordam que estar ali: “É uma coisa tão linda, a gente só vê amor, só recebe amor”, e só oferecem amor também – amor de mãe.

Como diz uma integrante do movimento em reportagem recente: “Nosso papel é ficar na frente do primeiro trio, na frente da parada toda, para dizer à sociedade que nós temos orgulho deles, eles são nossos e que, para pegar eles, vão ter que pegar a gente primeiro. É simbólico”³⁷.

³⁷ Matéria disponível em: <https://noticias.bol.uol.com.br/especiais/as-maes-que-lutam-pela-causa-lgbt/index.htm#dez-anos-de-luta?cmpid=copiaecola>

Considerações finais

“O que faz com que essas mulheres-mães se tornem assim?” foi a pergunta que guiou a construção desse trabalho e que busquei responder ao longo do mesmo. Evidenciei que os lugares ocupados por cada participante do Mães pela Diversidade são situados por diferentes marcadores sociais de diferença que, articulados, conformam o(s) sujeito(s) político(s) estudado(s). Ser um sujeito, para Scott (1999), significa se sujeitar a condições de existência definidas e que possibilitam escolhas, mesmo que limitadas. Essas mulheres-mães escolheram lutar pelos/as filhos/as.

O primeiro capítulo desta dissertação apresentou os conceitos fundamentais pelos quais me embasei para a escrita e apresento a inspiração na perspectiva etnográfica para a condução do trabalho de campo e das entrevistas, que buscaram, principalmente, o mapeamento de acontecimentos nas trajetórias de vida das participantes. A norma é uma construção histórica do que se espera que cada sujeito seja. Os/as filhos/as tomam um certo posicionamento frente a cisheteronorma que pode ser lido atualmente como dissidente. Isso implica diretamente na forma como essas mulheres-mães tomam o seu posicionamento frente às normas que delineiam a maternidade ocidental/latina. Por vezes, fazem o que “toda mãe deveria fazer” – cuidar, amar, proteger – e, em outras, rompem com a lógica que as obrigaria a se afastar dos filhos/as desviantes ou a repreendê-los/as. A constituição de uma identidade política como Mães pela Diversidade se inicia no momento em que elas se dão conta e rompem com as relações opressivas que recaem tanto sobre elas como sobre seus/suas filhos/as. É iniciado um caminho em que, progressivamente, elas não se percebem mais como sozinhas em seu medo da violência e em seu amor, e decidem unir-se ao coletivo para lutar pelos seus ideais. As aproximações iniciais que realizei para a pesquisa dizem sobre o modo cuidadoso e cauteloso com que permitem minha inserção no movimento e a descrição dos campos de observação visaram apresentar os pontos do mapa que circulei com elas.

No segundo capítulo, adentrei as histórias do coletivo, com vistas a apresentá-lo ao leitor/a. Dou destaque para os processos “formativos” que delineiam o lugar de fala delas. Trata-se de um conjunto de mães com os mesmos ideais e preocupações que se uniram em São Paulo e iniciaram o movimento. Dessa união,

destaquei as trajetórias de quatro mães do Rio Grande do Sul que representavam o coletivo naquele momento: Renata, Iara, Cleuza e Caroline. Atravessadas por marcadores sociais de gênero, classe, raça e escolaridade que as aproximavam, discuto justamente a articulação entre tais marcadores que abriu a possibilidade de um caminho na luta política, em especial a raça, a escolaridade e a classe. Discuto, então, o conceito de norma e as fissuras nela produzidas por essas mães, bem como os paradoxos que surgem nessas rupturas como, por exemplo, o desejo de romper com naturalizações ao mesmo tempo em que se apela para um amor incondicional e instintivo de mãe.

O terceiro capítulo foi construído a partir das análises sobre as entrevistas em que busquei sinalizar os acontecimentos relevantes para a trajetória política dessas mulheres: a saída do armário de três delas, a saída do armário dos filhos e a saída do armário enquanto Mãe pela Diversidade, marcando essa última como momento final do processo que teve, segundo elas, um caráter transformador em suas vidas. A conformação da identidade política passa por esses acontecimentos que culminam em um *nós*: ser/sermos Mães pela Diversidade. A partir disso, exploro os pressupostos e estratégias de articulação e aliança que essas mulheres fazem uso para que sua luta ganhe força no meio LGBT, bem como impulsionarem as lutas comuns. Ainda no terceiro capítulo, trouxe discussões acerca das maternidades possíveis apontadas pelas entrevistadas a partir do repertório histórico e localizado disponível em nossa cultura. Mulheres-mães necessitam romper com alguns sentidos de maternidade e criar um novo em prol da diversidade e da real proteção dos/as filhos/as, caracterizando o que chamo de “lugar de cuidado”. A figura do pai aparece aí como a da ausência ou do mau, o que pode em parte explicar a pouca participação masculina no coletivo. Explorei o “lugar de fala” e os processos de formação de uma Mãe pela Diversidade depois que ela sai do armário e a relação das mesmas com outros movimentos sociais, em especial o LGBT. O “lugar de luta” retoma os campos de observação como principais ações do coletivo e mostra a importância de estar nesses lugares para a luta delas – que as fortalece enquanto coletivo e enquanto sujeitos.

O desejo de estar com elas nos diversos espaços de circulação e militância incluía ir na Parada de SP para conhecer os outros contextos brasileiros onde existem Mães pela Diversidade e onde está situada a coordenação nacional. Porém, as questões de trabalho que se impuseram para mim impediram tal plano de ir

adiante. A relação que estabeleci com elas incentivou esse meu desejo, já que elas sempre me convocavam. Ser filha, psicóloga, militante e pesquisadora em Psicologia Social transformou também a minha vida.

As maiores dificuldades no processo disseram respeito ao tempo limitado para fazer um trabalho de maior qualidade. Gostaria de ter investido mais em leituras para embasar as análises, como, por exemplo, o novo livro de Judith Butler, “Corpos em aliança”, de 2018, que me ajudaria a adensar a compreensão sobre a conformação da subjetivação política. Ao final da escrita, relendo o trabalho, percebi ainda a importância que teria tido explorar o conceito de maternidade social e também a urgência em discutir os afetos e sentimentos enquanto discursos que produzem efeitos políticos. Uma das questões que se impôs ao pesquisar com um movimento social diz respeito à delicadeza necessária para desconstruir alguns conceitos apresentados como naturais, por exemplo, o de incondicionalidade, que optei por não aprofundar nesse momento. Tal cuidado ético-político deve permear as pesquisas para que não acabem por enfraquecer o movimento ao questionar termos que são estratégias de luta. De todo modo, acredito que a intenção de compartilhar minha densa experiência com o pesquisar e produzir uma experiência disso com o/a leitor/a tenha tido êxito.

Acredito que esta dissertação se aproxima do pensamento de Donna Haraway (1995) quando esta diz que: “precisamos do poder das teorias críticas modernas sobre como significados e corpos são construídos, não para negar significados e corpos, mas para viver em significados e corpos que tenham a possibilidade de um futuro” (HARAWAY, 1995, p. 16). As Mães pela Diversidade fundam e reafirmam mais um sentido da maternidade para que os corpos e experiências precárias sejam reconhecidas e respeitadas na sua existência, sendo necessário se aproximar afetivamente de tal questão contra a onda fascista que assola o contexto brasileiro no momento. A “arma”, conforme elas nos ensinam, é o amor. Assim como a maternidade delas se torna política, há uma torção também do amor: ainda que reivindiquem um “amor incondicional” que todas as boas mães e pais deveriam ter, mostram que amar supõe respeitar as diferenças, supõe posicionar-se contra a violência e isso é político.

REFERÊNCIAS

ANJOS, Gabriele dos. Homossexualidade, direitos humanos e cidadania. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 4, nº 7, jan/jun 2002, p. 222-252. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1517-45222002000100010&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 19 ago 18.

_____. Liderança de mulheres em pastorais e comunidades católicas e suas retribuições. **cadernos pagu** (31), julho-dezembro de 2008: 509-534. Disponível em: < www.scielo.br/pdf/cpa/n31/n31a21.pdf >. Acesso em: 10 jul 18.

AROSI, Ana Paula. **Os usos da categoria vítima: o caso dos movimentos de familiares de vítimas de violência no Rio Grande do Sul e no Rio de Janeiro. Interseções**: Rio de Janeiro, v. 15 n. 2, p. 356-373, dez. 2013. Disponível em: <www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/intersecoes/article/download/9510/7362>. Acesso em: 05 mai 2017

BADINTER, Elizabeth. **Um amor conquistado: o mito do amor materno**. São Paulo: Círculo do Livro, 1998.

BEAUD, Stephane; WEBER, Florence. **Guia para pesquisa de campo: produzir e analisar dados etnográficos**. (Trad. Almeida, S. J., Nardi, H. C.). Petrópolis: Editora Vozes, 2007.

BIRMAN, Joel. A lei e a norma: as leituras de Deleuze e Foucault. **Revista Trágica: estudos de filosofia da imanência –2015 – Vol. 8 – nº 1 – pp.01-13**. Disponível em: < tragica.org/artigos/v8n1/birman.pdf >. Acesso em: 03 abr 2018.

BONI, Valdete, QUARESMA, Sílvia Jurema. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. **Em tese: Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC**. Vol. 2 nº 1 (3), janeiro-julho, p. 68-80, 2005. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/emtese/article/viewFile/%2018027/16976>>. Acesso em: 05 fev 2017.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

_____. Regulações de Gênero. **Cadernos pagu** (42), janeiro-junho, pp. 249-274, 2014. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/cpa/n42/0104-8333-cpa-42-00249.pdf>. Acesso em: 24 set 2016.

BRASIL. **Resolução nº 446/2012, de 12 de dezembro de 2012**. Dispõe sobre diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. Ministério da Saúde, Conselho Nacional de Saúde. Brasília, 2012.

BRASIL. **Resolução nº 510/2016, de 07 de abril de 2016**. Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais. Ministério da Saúde, Conselho Nacional de Saúde. Brasília, 2016.

BRAH, Avtar. Diferença, diversidade, diferenciação. **Cadernos pagu** (26), janeiro-junho, pp.329-376, 2016. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/cpa/n26/30396.pdf>. Acesso em: 24 set 2016.

CRENSHAW, Kimberlé Williams. A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero. **Cruzamento: raça e gênero**. Brasília: Unifem, p. 7 – 16, 2004. Disponível em: <www.acaoeducativa.org.br/fdh/wp-content/uploads/2012/.../Kimberle-Crenshaw.pdf>. Acesso em: 27 mai 2017.

D'ÁVILA, Michele Nunes. **Mulheres da paz: histórias de vida, interseccionalidades e processos de subjetivação**. (Dissertação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2016.

DELEUZE, Gilles. **Lógica do Sentido**. (Trad. Luiz Roberto Salinas Fortes). São Paulo, Perspectiva, Ed. da Universidade de São Paulo, 1974.

DESPRET, Vinciane. Leitura etnopsicológica do segredo. **Fractal: Revista de Psicologia**, Jan./Abr. 2011. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/fractal/v23n1/v23n1a02.pdf>. Acesso em: 12 ago 2018.

FLEISCHER, Soraya. Etnografando ONGs feministas: Algumas lições da Guatemala e do Brasil. In: Alinne Bonetti e Soraya Fleischer (Orgs). **Dossiê entre pesquisar e militar: contribuições e limites dos trânsitos entre pesquisa e militância feministas**. [online]. Dezembro de 2007. Disponível em: <www.fazendogenero.ufsc.br/7/artigos/A/Alinne_de_L._Bonetti_52.pdf>. Acesso em: 03 abr 2017.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: A vontade de saber**. São Paulo: Graal, 1988.

FREITAS, Rita de Cássia Santos. **Famílias e violência: reflexões sobre as Mães de Acari**. Psicologia USP, Vol. 13, No.2, 69-103, 2002. Disponível em: <www.revistas.usp.br/psicousp/article/view/53502>. Acesso em: 20 abr 2017.

GEERTZ, Clifford. Uma Descrição Densa: Por Uma Teoria Interpretativa da cultura. In: **A Interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Zahar, 2008. P. 3-21.

JAUQUET, Gabriela Menezes. Discursivo e Não Discursivo: Acontecimento em Foucault, Deleuze e Veyne. **Sapere aude** – Belo Horizonte, v. 7 – n. 14, p. 715-731, Jul./Dez. 2016. Disponível em: <periodicos.pucminas.br/index.php/SapereAude/article/download/P.2177.../10815>. Acesso em: 14 ago 2018.

HARAWAY, Donna. Saberes Localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **cadernos pagu** (5) 1995: pp. 07-41. Disponível em: <www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?down=51046>. Acesso em: 19 jun 2016.

JUNIOR, Hélio Rebello Cardoso. Acontecimento e história: pensamento de deleuze e problemas epistemológicos das ciências humanas. **Trans/Form/Ação**: São Paulo, 28(2): 2005. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/trans/v28n2/29417.pdf>. Acesso em: 04 mar 2018.

KOFES, Suely. Experiências Sociais, Interpretações Individuais: histórias de vida, suas possibilidades e limites. **Cadernos Pagu** (3) 1994: pp. 117-141. Disponível: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1725>>. 08 abr 2018.

KRAUS, Cynthia. Como se coalizar? Corpos aliados e democracia. (Trad. Raquel Patriota). In: **Dissonância: Teoria Crítica e Feminismo**. Campinas, vol.1, nº 2, Dezembro/2017. P. 130 – 144.

LOURO, Guacira Lopes. **Um corpo estranho** – Ensaios sobre sexualidade e teoria queer. Belo Horizonte: Autêntica. 2004.

_____. Heteronormatividade e homofobia. In: **Notas para conferencia de abertura do I Simpósio Paraná-São Paulo de Sexualidade e Educação Sexual**, Araraquara, abril de 2005.

MAGALHÃES, Maria José; CRUZ, Angelica Lima; NUNES, Rosa Soares. Pelo Fio se Vai à Meada: Percursos de Investigação em Histórias de Vida. **Ela por Ela**: Lisboa, 2012. Disponível em: <https://sigarra.up.pt/fpceup/pt/pub_geral.pub_view?pi_pub_base_id=15924&pi_pub_r1_id=>>. Acesso em: 16 mai 2017.

MEYER, Dagmar Elisabeth Estermann. A politização contemporânea da maternidade: construindo um argumento. **Revista Gênero**, Niterói:, v. 6, 2005. Disponível em: <www.revistagenero.uff.br/index.php/revistagenero/article/view/198>. Acesso em: 07 ago 2018.

MONTEIRO, Igor Ramon Lopes. **A exclusão democrática de travestis e transexuais na gestão educacional: um estudo das relações entre gênero, sexualidade e hierarquia** (dissertação) – Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte, 2015.

MOREIRA, Lisandra Espíndula; NARDI, Henrique Caetano. Mãe é tudo igual? Enunciados produzindo maternidade(s) contemporânea(s). **Estudos Feministas**, Florianópolis, 17(2): maio-agosto/2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-026X2009000200015&script=sci_abstract&lng=pt>. Acesso em: 22 jul 2018.

OLIVEIRA, Leandro de. Diversidade sexual, gênero e família: notas sobre o problema da superioridade moral da heterossexualidade. In PASSAMANI, Guilherme. **(Contra)Pontos**: ensaios de gênero, sexualidade e diversidade sexual. Campo Grande: Editora UFMS, 2011. [p. 53-65].

PRADO, Marco Antônio Máximo. Psicologia Política e Ação Coletiva: Notas e reflexões acerca da compreensão do processo de formação identitária do “nós”. **Revista Psicologia Política**: julho de 2000. 149-172. Disponível em: <www.fafich.ufmg.br/~psicopol/psicopol/artigos_pub/artigo_10.pdf>. Acesso em: 01 jun 2018.

_____. Da mobilidade social à constituição da identidade política: reflexões em torno dos aspectos psicossociais das ações coletivas. **Psicologia em Revista**, Belo Horizonte, v. 8, p. 59-71, jun. 2002. Disponível em: <<http://periodicos.pucminas.br/index.php/psicologiaemrevista/article/view/137>>. Acesso em: 11 mai 2017.

PRADO, Marco Antônio Máximo; Costa, Frederico Alves. Estratégia de articulação e estratégia de aliança: possibilidades para a luta política. *Sociedade e Estado*, 26(3), setembro/Dezembro 2011. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922011000300013>. Acesso em: 19 jan 2018.

PRADO, Marco Antônio Máximo; TONELI, Maria Juracy Filgueiras. Política e sujeitos coletivos: Entre consensos e desacordos. **Estudos de Psicologia**, 18(2), abril-junho/2013. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/epsic/v18n2/v18n2a22.pdf>. Acesso em: 20 mar 2018.

SCHUCMAN, Lia Veiner. **Entre o “encardido”, o “branco” e o “branquíssimo”: raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana.** (Dissertação). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

SCOTT, Joan. Experiência. In: **Falas de Gênero** (Orgs Alcione Leite da Silva, Mara Coelho de Souza Lago e Tânia Regina Oliveira Ramos). Editora Mulheres, Santa Catarina, 1999, p. 21-55.

VELHO, Gilberto. Capítulo 9 - Observando o familiar. In: **Individualismo e cultura: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1981, p. 121-132.

ZAGO, Luiz Felipe. Quando a norma range os dentes – corpo, norma e transgressão. **Textura: Canoas** n.31, maio/ago. 2014. Disponível: <www.periodicos.ulbra.br/index.php/txra/article/view/1209>. Acesso em: 16 fev 2018.

ANEXO A

ANDRADE, Maristela de Paula. Mutirões, empates e greves: Divisão sexual do trabalho guerreiro entre famílias de quebradeiras de coco babaçu, no Brasil. **Lusotopie**: XII(1-2), p. 175-189, 2005.

AROSI, Ana Paula. **A vítima como categoria política: um estudo etnográfico sobre os Movimentos de Familiares de Vítimas de Violência no Rio Grande do Sul e no Rio de Janeiro**. (Dissertação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2013a.

_____. **Os usos da categoria vítima: o caso dos movimentos de familiares de vítimas de violência no Rio Grande do Sul e no Rio de Janeiro**. **Interseções**: Rio de Janeiro, v. 15 n. 2, p. 356-373, dez. 2013b. Disponível em: <www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/intersecoes/article/download/9510/7362>. Acesso em: 05 mai 2017

CHERUBINI, Zuleika Ana; BOSA, Cleonice Alves; BANDEIRA, Denise Ruschel. Estresse e autoconceito em pais e mães de crianças com a síndrome do X-frágil. **Psicologia: Reflexão & Crítica**. Sept. 2008, 409-417, Porto Alegre.

FREITAS, Rita de Cássia Santos. Famílias e violência: reflexões sobre as Mães de Acari. **Psicologia USP**, Vol. 13, No.2, 69-103, 2002.

MODESTO, Edith. Preconceito e intolerância: considerações sobre a obstinação e a obsessão. **estudos semióticos**, vol 8, nº 1 p. 11-24, São Paulo, junho 2012.

NUNES, Fernanda; ORTEGA, Francisco. Ativismo político de pais de autistas no Rio de Janeiro: reflexões sobre o “direito ao tratamento”. **Saúde Soc.** São Paulo, v.25, n.4, p.964-975, 2016.

TEUBAL, Ruth; VEIGA, Clarisa; BETTANIN, Cristina. Familiares de desaparecidos en la sombra: las voces de los Hermanos. **Cuadernos de Trabajo Social**, Vol. 18: 181-195, 2005.

WOLFF, Cristina Sheibe; SILVA, Tamy Amorim. Movidas pelo Afeto: Três mulheres na resistência à ditadura no Brasil, Paraguai e Bolívia (1954-1989). **Revista Internacional Interdisciplinar INTERthesis**, Florianópolis, v.10, n.1, p. 190-211, Jan./Jul. 2013.